



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPRI)**

DEPENDÊNCIA E RECONSTRUÇÃO PÓS-BÉLICA
ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO PEACEBUILDING NO TIMOR-LESTE

FÁBIO DE SOUZA ROCHA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

DEPENDÊNCIA E RECONSTRUÇÃO PÓS-BÉLICA
ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO PEACEBUILDING NO TIMOR-LESTE

FABIO DE SOUZA ROCHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na área de Estudos para a Paz, Segurança Internacional e Direitos Humanos, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco

Foz do Iguaçu
2022

FABIO DE SOUZA ROCHA

DEPENDÊNCIA E RECONSTRUÇÃO PÓS-BÉLICA
ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO PEACEBUILDING NO TIMOR-LESTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na área de Estudos para a Paz, Segurança Internacional e Direitos Humanos, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco
UNILA

Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

Prof. Dr. Fernando Jose Ludwig
UFT

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

R672d

Rocha, Fabio S.

Dependência e reconstrução pós-bélica: análise da dimensão econômica do peacebuilding no Timor-Leste / Fabio de Souza Rocha. - Foz do Iguaçu, 2022.

122 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ILAESP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco.

1. Construção da paz - Timor Leste. 2. Dependência. I. Blanco, Ramon. II. Título.

CDU 327.36

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação marca a finalização de um ciclo decisivo em minha vida. Há três anos, quando entrei para o programa de mestrado, imediatamente escrevi uma carta para meu mestre da vida, o filósofo e pacifista Dr. Daisaku Ikeda, relatando minha conquista. Como resposta, o Dr. Ikeda enviou a seguinte consideração: “Desfrute de ótima disposição”. Não tinha dimensão do significado de cada palavra nesta consideração até vivenciar estes três anos de mestrado.

Iniciei esta caminhada buscando um emprego visto a ausência de bolsas para todos no programa de pós-graduação. Agarrei a primeira oportunidade que surgiu como assistente de marketing em um e-commerce de estética. Lembro-me de no primeiro dia, em meio a correria de uma carga horária de nove horas acompanhada das aulas do mestrado a noite, de pensar diversas vezes o que estava fazendo naquele local. Estabeleci uma rotina exaustiva, acordando às quatro da manhã para realizar as leituras, que não durou muito tempo. Me sentia frustrado por sempre chegar atrasado nas aulas, sempre estar com sono e um pouco perdido por não ter conseguido ler tudo.

O que vivenciei, apesar de particular nas subjetividades, é o que grande parte dos estudantes vindos da periferia passam. Entretanto, posso afirmar que sou muito privilegiado. Em primeiro lugar por ter um mestre da vida que mesmo à distância jamais deixou de me incentivar e nos momentos em que não me senti capaz, que pensei que não conseguiria terminar esta pós, que este não seria meu lugar, lia suas frases de incentivo dizendo: “A ilimitada força do avanço, da felicidade e da vitória existe inerentemente a vida de vocês”, ou “Independentemente do que digam, eu confio em você. Confiarei em você até o fim”, e também “Se for você, sei que consegue, sem falta”. Todas as vezes que me via nesse beco sem saída e lia incentivos como esse, meu coração se renovava de disposição e vontade de romper as barreiras à minha frente. Portanto, não posso deixar de manifestar minha gratidão a meu mestre da vida, Dr. Daisaku Ikeda.

Em meio a pandemia e após muitas crises existenciais, enxerguei que era sim capaz e que se este ambiente acadêmico não fosse meu lugar, eu o faria ser. Esta compreensão veio acompanhada com uma forte decisão de me dedicar integralmente ao que escolhi como trajetória de vida. Neste momento, pude ver mais uma vez o quanto sou privilegiado. Ao compartilhar com minha família que iria deixar o trabalho que me encontrava, pude ser acolhido por todos, que abraçaram meu sonho junto comigo e até agora estão doando suas vidas na realização do meu sonho. Assim, esta dissertação é meu presente para minha mãe

Rosilene, minha avó Leny e minha tia Rosicleide, que não permitiram que passasse um só momento de dificuldade. Mais que isso, deixo registrada minha mais profunda gratidão a minha mãe por ter me ensinado com a própria vida a mais incrível filosofia de empoderamento humano, o budismo.

Também em meio a pandemia, sem conseguir produzir ou avançar em uma única página da dissertação, o apoio de meu orientador Ramon foi acalentador. Por cerca de um ano, suas únicas mensagens eram para saber se estava bem. Além de me sentir abraçado por esta consideração, posso afirmar, sem dúvida que cresci no meio acadêmico e sai da condição de apenas estudante para ser um pesquisador. Registro assim meu muito obrigado, por todo apoio, suporte e orientação.

Por fim, gostaria de expressar meu agradecimento aos amigos e a minha namorada, que compartilharam comigo esta trajetória oferecendo carinho, espaço de escuta e incentivos. Não foi um percurso fácil ou tranquilo, foram dias de muito desafio e de várias descobertas sobre meu próprio eu. Contudo, minha maior conquista não é a conclusão desta dissertação, mas o ser humano que me tornei até chegar aqui.

RESUMO

O processo de reconstrução pós-bélica tornou-se a principal referência de atuação em prol da paz no mundo no período pós-guerra fria. Nesse sentido, estudá-lo corresponde a analisar qual a visão de paz, aplicada de modo prático, é dominante no mundo a partir deste período. Assim, tem-se como objetivo desta pesquisa, identificar no processo de reconstrução pós-bélica do Timor-Leste os impactos da dimensão econômica do instrumento de peacebuilding, a partir das ferramentas analíticas da Teoria Marxista da Dependência. A hipótese é a de que, a atuação das Instituições Financeiras Internacionais na dimensão econômica do peacebuilding timorense, foi responsável pela criação de estruturas favoráveis à dependência e conseqüentemente, para um cenário incompatível com a nova percepção onusiana de paz. Para tal análise, desenvolve-se neste trabalho o método qualitativo que é operacionalizado por meio do estudo de caso timorense, com análise de documentos oficiais da ONU e suas organizações, que expõe sua visão de paz e os direcionamentos econômicos que regem o peacebuilding, do levantamento de relatórios socioeconômicos fornecidos pelo país, com a fundamentação da teoria marxista da dependência. Como resultado, foi possível encontrar respostas para os obstáculos ao estabelecimento de uma paz positiva e duradoura em um cenário de diretrizes econômicas liberais no processo de construção da paz - a construção de estruturas favoráveis à dependência caracterizadas pelos mecanismos de transferência de valor. Além disso, é possível concluir que as respostas encontradas aqui servem não apenas para explicitar as relações desiguais de poder que são expressas na dificuldade de pacificação do Timor-Leste, mas revelam também as pistas para a compreensão das tentativas de desenvolvimento de nações dependentes, permitindo uma reflexão a partir de seus objetivos e os reais impactos das políticas econômicas para esse fim em outros países.

Palavras-chave: Peacebuilding; Dependência; Reconstrução pós-bélica; Timor-Leste.

ABSTRACT

The post-war reconstruction process became the main reference for action in favor of peace in the world after the cold war period. In this sense, studying it corresponds to analyzing which vision of peace, applied in a practical way, is dominant in the world from this period onwards. Thus, the objective of this research is to identify in the post-war reconstruction process of East Timor the economic dimension impacts of the peacebuilding instrument, from the analytical tools of the Marxist Dependency Theory. The hypothesis is that the role of International Financial Institutions in the economic dimension of East Timor peacebuilding was responsible for creating favorable structures to dependence and, consequently, a incompatible scenario with the new UN perception of peace. For this analysis, this work develops the qualitative method that was operationalized through the East-Timor case study, with official documents analysis of the UN and its organizations, which exposes their vision about peace and the economic directions that govern peacebuilding, from the survey of socioeconomic reports provided by the country, based on the Marxist Dependency Theory. As a result, it was possible to find answers to the obstacles to the establishment of a positive and lasting peace in a scenario of liberal economic guidelines in the peacebuilding process - the construction of structures favorable to dependence characterized by the mechanisms of value transfer. Furthermore, it is possible to conclude that the answers found here not only serve to explain the unequal power relations that are expressed in the difficulty of East Timor pacifying, but also reveal the clues for the understanding of the development of dependent nations attempts, allowing a reflection based on their objectives and the real impacts of economic policies for this purpose in other countries.

Palavras-chave: Peacebuilding; Dependency; Post-war reconstruction; East Timor

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESO	Centro de Estudios Socio Económicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNE	Diretório Nacional de Estatística
DPA	Departamento de Relações Políticas das Nações Unidas
DPKO	Departamento de Operações de Apoio à Paz
EAP	Estratégia de Assistência ao País
EAT	Estratégia de Apoio Transitório
ECA	Comissão Econômica para a África
ECE	Comissão Econômica para a Europa
ECOSOC	Conselho Económico e Social das Nações Unidas
ESCAP	Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico
ESCWA	Comissão Econômica e Social para a África Ocidental
ETPS	Serviço de Polícia de Timor-Leste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
ILPES	Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social
IMPP	Processo de Planejamento de Missão Integrada
INTERFET	International Force for East Timor
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
LICUS	Países de baixa renda sob estresse
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PBC	Peacebuilding Commission
PBSO	Peacebuilding Support Office
PCNA	Avaliação de Necessidades Pós-conflito

PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRSP	Plano Estratégico de Redução da Pobreza
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SMN	Salário Mínimo Necessário
TFET	Trust Fund for East Timor
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNAMET	United Nations Mission in East Timor
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East Timor
UNMISSET	United Nations Mission of Support to East Timor
UNOTIL	United Nations Office in Timor-Leste
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DEPENDÊNCIA: O ESPECTRO DESIGUAL DO DESENVOLVIMENTO	19
2.1 O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20
2.2 DEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO SUI GENERIS DA PERIFERIA	24
2.2.1 A categoria dependência como campo de disputa	27
2.2.2 As ferramentas analíticas da Teoria Marxista da Dependência	32
2.2.2.1 O segredo da relação de subordinação a partir da teoria do valor	32
2.2.2.2 A manifestação dependente da transferência de valor	36
2.2.2.3 A superexploração da força de trabalho como consequência última da dependência	39
2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA TMD COMO INSTRUMENTO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	42
2.4 A TEORIA CRÍTICA DA PAZ LIBERAL FRENTE A TMD	45
2.5 CONCLUSÃO	48
3 A DIMENSÃO ECONÔMICA DO PEACEBUILDING: CONSTRUINDO DESENVOLVIMENTO OU REPRODUZINDO A SUBORDINAÇÃO?	50
3.1 ANÁLISE HISTÓRICA DOS INSTRUMENTOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DA PAZ	52
3.1.1 Conexões históricas, políticas e econômicas da virada paradigmática	57
3.1.1.1 O crescimento da autonomia das Nações Unidas	57
3.1.1.2 Novas ameaças e atores: a ampliação do conceito de segurança	58
3.1.1.3 Desenvolvimento: fundamentos e conexões com a paz positiva	62
3.2 ESTRUTURA DO PEACEBUILDING E PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS (IFIs)	64
3.2.1 Autoridade e direcionamentos das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) no peacebuilding	68
3.2.2 A construção de uma paz controversa	74
3.4 CONCLUSÃO	76
4 ANÁLISE ECONÔMICA DO INSTRUMENTO DE PEACEBUILDING NO TIMOR-LESTE	77
4.1 DO COLONIALISMO ÀS INTERVENÇÕES DE PAZ: A MARCA HISTÓRICA DA SUBORDINAÇÃO	79
4.1.1 Treze anos de reconstrução: as operações de peacebuilding no Timor-Leste	80
4.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: AS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO BANCO MUNDIAL E FMI	84
4.2.1 Atuação do Banco Mundial no peacebuilding do Timor-Leste	84
4.2.2 Atuação do FMI no peacebuilding do Timor-Leste	89
4.2.3 Balanço dos resultados gerados pela atuação das IFIs	92

4.3 OS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR OPERACIONALIZADOS NO TIMOR-LESTE	94
4.3.1 Estrutura de deterioração dos termos de intercâmbio	95
4.3.2 Estrutura de transferência de valor via endividamento	98
4.3.3 Estrutura de transferência de valor por remessas de lucros, royalties e dividendos	99
4.3.4 Estrutura de transferência de valor pela apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais	100
4.4 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: OS IMPACTOS DA COMPENSAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA A POPULAÇÃO TIMORENSE	102
4.5 CONCLUSÃO	108
5 CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

Quando olhamos o cenário internacional, a partir do final do século XX e início do século XXI, podemos afirmar que a ONU tornou-se uma instituição que representa a busca pela paz de maneira global e possui certa legitimidade para atuação em sua defesa como representante dos interesses de seus 193 membros, como prevê o artigo 1 de sua carta de fundação (UN, 1945), onde fica clara a intenção de atuar em prol da desenvolvimento e manutenção da paz entre as nações do mundo. Nesse sentido, segundo Ana Isabel Xavier (2007, p. 87), tratando-se de manutenção da paz e segurança internacional, as operações de prevenção e resolução de conflitos vêm se tornando cada vez mais importantes e ampliando sua área de atuação. Uma vez aprovada no Conselho de Segurança, as intervenções constituem-se como a maneira legítima de a organização atuar em territórios de conflito.

Entretanto, o modo de atuação destas operações de paz passou por mudanças ao longo do tempo, e como Ramon Blanco e Lucas Guerra (2018, p. 8) afirmam: “são paradigmáticas as transformações em curso na configuração das operações de paz no período de transição da bipolaridade sistêmica vigente durante a Guerra Fria para a ordem internacional pós-Guerra Fria”. Isso porque, durante o período da Guerra Fria, a ação das operações de paz concentravam-se no processo de cessar fogo para patrulhar e garantir a condução de uma atuação diplomática para resolução do conflito (XAVIER, 2007, p. 88). Contudo, a partir do fim da Guerra Fria, os massivos auxílios económicos e militares ofertados pelas superpotências aos países da periferia global são suspensos, gerando crises sociais, políticas, económicas e a formação de grupos rebeldes para o controle de recursos (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 9). Alterou-se com isso, a visão de um conflito com explicações essencialmente ideológicas, abrindo espaço para enxergar outros fatores inseridos na lógica fomentadora do conflito.

Em resposta a essa implosão de conflitos geradas em sua maioria pela escassez de recursos materiais, Boutros-Ghali, então secretário geral das Nações Unidas, em “uma agenda para a paz” (UN. 1992, p. 2), reconhece a fonte dos conflitos, guerras e suas soluções para além de questões militaristas, relacionando-os a conquistas de direitos humanos, liberdades fundamentais e desenvolvimento económico e social. Neste mesmo documento, os instrumentos já existentes de diplomacia preventiva (*Preventive Diplomacy*), estabelecimento da paz (*Peacemaking*) e manutenção da paz (*Peacekeeping*) são somados ao instrumento de consolidação da paz (*Peacebuilding*) (UN. 1992, p. 5). Neste último, encontramos ações

sócio-econômicas para minar a fonte dos conflitos e guerras, já citados, através do desenvolvimento econômico.

As razões para essa mudança de atuação, segundo Thaise Kemer, Alexsandro Eugenio e Ramon Blanco (2016, p. 140), são reforçadas pela hegemonia estabelecida acerca do projeto de desenvolvimento vencedor da Guerra-Fria - a liberal democracia. Ou seja, o caminho para o desenvolvimento estaria condensado no modelo estadunidense de política econômica. Assim, o ponto de partida do processo de consolidação da paz passa a estar no entendimento sobre o que é desenvolvimento e suas consequências sobre as causas do conflito. É a partir deste entendimento que ações concretas são traçadas para que os países envolvidos em processos de reconstrução pós-bélica garantam estruturas capazes de assegurar as condições de paz estabelecidas por instrumentos anteriores, obtida a partir do desenvolvimento e do enfrentamento de problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários (UN. 1992, p. 18).

Contudo, a Teoria da Dependência nos auxilia a entender que este modelo de desenvolvimento não pode ser universalizado. Desenvolvida na periferia, a Teoria da Dependência, principalmente sua vertente marxista, realiza uma crítica ao pensamento desenvolvimentista que estabelece uma rota evolutiva do subdesenvolvimento ao desenvolvimento (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 32). Através da Teoria Marxista da Dependência, é possível compreender como o subdesenvolvimento é parte da estrutura contraditória do próprio capitalismo, que através da contínua extração de valor dos países periféricos, reproduz as contradições internacionais no território nacional, refletindo em desigualdades e conflitos derivados dela.

Assim, o argumento que se estabelece neste estudo é o de que o instrumento de peacebuilding em sua dimensão econômica e toda a base teórica que conecta o desenvolvimento capitalista à paz, tem o potencial de contribuir para criação de uma estrutura socioeconômica favorável à relação de dependência. Tal aspecto será observado através da análise dos impactos da aplicação econômica do peacebuilding no processo de reconstrução pós-bélica do Timor-Leste. A escolha deste caso se dá pelos seguintes aspectos: (1) Ser considerado um caso de sucesso pela ONU (BLANCO, 2015, p. 42); (2) Estar inserido em um momento histórico no qual o ideário neoliberal, com o fim da guerra fria, sepulta outros horizontes acerca do que é necessário para a paz; (3) Pelo Timor-Leste ter passado por uma série de expropriações históricas enquanto colônia (CANDIO; BLEIKER, 2001, p. 65); (4) Por apresentar um espaço de tempo (que compreende o final da Guerra Fria, o período de aplicação do instrumento de peacebuilding seguido da retirada administrativa da ONU) satisfatório para se analisar os efeitos da Paz Liberal na região.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar a dimensão econômica do processo de reconstrução pós-bélica do Timor-Leste, coordenado pela ONU, à luz da Teoria Marxista da Dependência. Isso porque, o Timor-Leste ganhou grande destaque mundial pelas operações de paz realizadas na ilha pela ONU, considerada pela organização como um exemplo de sucesso (BLANCO, 2015, p. 42). Os conflitos na região remontam às divisões sociais que explodiram em 1975 como forma de conflito civil, após anos de domínio colonial português e as históricas disputas territoriais entre Portugal e Indonésia pelo controle da região (CANDIO; BLEIKER, 2001, p.65). Como resultado, em 1999, tem-se início às operações de paz no país que irão durar até 2012 (BLANCO, 2015, p. 42). Espera-se com a análise da dimensão econômica do peacebuilding no Timor-Leste, compreender como a simbiose das categorias paz e desenvolvimento (em seu sentido capitalista), a partir do pós-Guerra Fria, impactam na criação de novos Estados independentes no marco formal e dependentes política e economicamente. Ou seja, vamos entender como são criadas estruturas de transferência de valor que posicionam o Estado timorense no mercado internacional em uma condição de fornecedor dos recursos necessário para as grandes potências econômicas mundiais compensarem a lei tendencial à queda da taxa de lucro, implicando na superexploração da força de trabalho do país.

Para atender tal objetivo, este trabalho segue uma abordagem de pesquisa qualitativa por considerar como fundamentais alguns pressupostos descritos por Rosana Barragan como característicos desta área. Dentre eles se destacam: a ideia de que as ações humanas são dotadas de significado, ou seja, os processos estudados aqui não são analisados a partir de uma ótica objetiva ou mecanicista; há diversidade na forma de vida e sociedade, aspecto fundamental para analisar até que ponto o universalismo das ações para construção para a paz podem ser generalizada; a realidade constitui-se socialmente e não independente dos indivíduos; o recorte estudado aqui é como uma peça do mundo que pode ser relacionado a outros processos no mundo (BARRAGÁN et al., 2007, p. 95). Mais que isso, a análise realizada neste estudo depende de um processo de abstração a partir de conceitos, hipóteses e teorias, que são vitais para interpretação de todos os levantamentos realizados. Como ressalta Augusto Triviños, "questionários, entrevistas, dados são neutros até receberem a luz teórica" (TRIVIÑOS, 1987, p. 141), ou seja, a abordagem qualitativa permite a retirada da neutralidade dos dados, atribuindo significado para eles.

Angela Alonso (2016, p. 9) acrescenta ainda: a impossibilidade de se trabalhar um fenômeno social de maneira isolada, sendo necessária a compreensão de seu contexto histórico e relações causais envolvidas no processo estudado. Assim, o foco será a realização

de um estudo de estruturas e processos, caracterizado por uma análise de trajetórias e processos para buscar “desvendar a lógica e um nível mais subterrâneo da realidade social” (ibid, p. 17). Os objetos aqui pesquisados serão analisados assumindo uma posição epistemológica emancipatória crítica ao questionar as relações de poder inseridas nas relações internacionais e tornar a investigação em um meio para ação, capacitação ou desenvolvimento de um poder de resistência no investigado (BARRAGÁN et al., 2007, p. 11).

Nesse sentido, um primeiro desafio estabelecido pelo tema é a junção de categorias de campos teóricos diferentes que precisam conversar entre si. Portanto, faz-se necessário como primeiro passo a execução de uma delimitação teórica que permita “ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50). Além disso, este método torna-se indispensável por exigir dados que estão dispersos como as fontes da teoria da dependência, os instrumentos de construção da paz e a análise econômica das reformas aplicadas no Timor Leste.

Assim, adotamos uma revisão de fontes primárias e secundárias. Segundo Barragan, o estudo das fontes primárias atribui uma comprovação ao que está sendo estudado ao analisar, documentos oficiais da ONU e suas organizações ramificadas, e de instituições do estado timorense. Esta busca visa encontrar acontecimentos históricos e decisões capazes de “comprovar os fatos e fundamentar os preceitos desenvolvidos” (BARRAGÁN et al., 2007, p. 268) por estas ordens, mais especificamente, aqueles relacionados à condição socioeconômica criada no país e os princípios que as fundamentam. Além disso, como afirma May (2004, p. 105), a pesquisa documentos oficiais passa por um entendimento do propósito de construção da estatística, não podendo ser entendidas como simples fatos sociais, mas como uma construção social e política podendo ser baseadas nos interesses daqueles que a encomendaram. Nas fontes secundárias, encontradas em livros e artigos especializados, têm-se as definições teóricas e procedimentais que são necessárias para trazer o diálogo entre a teoria da dependência, os estudos pela paz e aplicá-los na análise do estudo de caso.

Por fim, a escolha do estudo de caso como método contribui, segundo Robert Yin, uma vez que:

[...] permite uma investigação para se preservar características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos. (YIN, 2001, p. 21)

Tais aspectos caracterizam o estudo de caso como uma ferramenta indispensável para esta pesquisa, onde a pergunta central se debruça no como e no porquê a situação

econômica-social do objeto estudado encontra-se da maneira atual. Em relação a ter-se um único caso em questão, Robert Yin (2015, p. 29) também nos ajuda a compreender que o objetivo não é realizar uma amostragem enumerando uma frequência (generalização estatística), mas sim expandir a teoria a partir deste caso com uma generalização analítica. Nesse sentido, como apresentado por Alda Judith Alves-Mazzotti, o estudo de caso aqui [tipo instrumental] tem como objetivo ser um insight para um debate mais amplo, apresentando um caso em que pode ser possível que a generalização a respeito da paz aceita atualmente não se encaixe (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 641).

O caso a ser analisado será o processo de reconstrução pós-bélica do Timor Leste. Dentre os aspectos apresentados anteriormente que levaram à adoção do caso timorense, podemos destacar o de ser considerado um caso de sucesso pela ONU (BLANCO, 2015, p. 42). Isso porque, considerando a realização de um estudo de caso para fins diagnósticos, onde as informações coletadas podem ser utilizadas para confirmar a hipótese levantada aqui (GERRING; COJOCARU, 2016, p. 402), faz-se necessário a utilização de um caso crucial. Segundo os autores John Gerring e Lee Cojocar, “se o objetivo é provar uma hipótese, o caso crucial é conhecido como o caso menos provável” (2016, p. 404-405, tradução nossa¹), caso contrário o estudo de caso seria conduzido a partir de uma estimativa tendenciosa (ibid, p. 397), sendo o uso mais adequado para caso mais prováveis o de refutação de hipóteses (ibid, p. 404).

Nesse sentido, o fato do Timor-Leste ser entendido como um caso de sucesso, tendo-se construídas estruturas democráticas e um direcionamento econômico liberal, além de não apresentar um cenário de guerra civil após a operação de peacebuilding, torna o caso do timorense o menos provável. Isso porque, a hipótese levantada aqui, é a de que o modelo de desenvolvimento capitalista aplicado no país, contribuiu para criação de uma estrutura socioeconômica favorável à relação de dependência, conseqüentemente permeada de violências estruturais. E justamente por isso, corrobora com a escolha do caso, entendendo-o como um caso crucial para provar nossa hipótese.

Desse modo, esta pesquisa encontra-se organizada em três partes. No primeiro capítulo lançamo-nos ao desafio de compreender o debate teórico acerca do que é desenvolvimento, bem como as limitações e implicações impostas à periferia pela perspectiva de desenvolvimento capitalista, a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Assim, dividimos este debate analisando primeiramente as Teorias do Desenvolvimento, suas

¹ Texto original: If the goal is to prove a hypothesis, the crucial case is known as a least-likely case.

principais estratégias e proposições. Posteriormente, como as Teorias da Dependência visualizam essas formulações a partir da realidade da periferia e, por fim, quais as particularidades e os instrumentos analíticos da Teoria Marxista da Dependência que tornam ela uma importante ferramenta para o entendimento e análise de temas atuais como o do instrumento de peacebuilding, frente às demais Teorias da Dependência ou mesmo à formulação crítica da Paz Liberal presente nos Estudos pela Paz.

A parte dois abarca: (1) análise histórica das operações de paz e do instrumento de peacebuilding; (2) análise do instrumento de peacebuilding a partir de sua dimensão econômica; (3) o papel desempenhado pelas Instituições Financeiras Internacionais (FMI e Banco Mundial) nas operações de peacebuilding. A partir do primeiro ponto, tem-se como objetivo investigar a evolução histórica dos instrumentos de atuação para a paz da ONU e a mudança de paradigma no conceito de paz a partir do pós-Guerra Fria, que resultou na criação do instrumento de peacebuilding. Num segundo momento, analisaremos como a paz está conectada às estratégias de desenvolvimento capitalista em sua fase neoliberal. Por fim, investigamos o papel desempenhado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, realizando uma análise dos direcionamentos econômicos pontuados por estas instituições aos países em reconstrução.

Na terceira parte, temos como objeto o estudo de caso do Timor-Leste, buscando compreender como o projeto de desenvolvimento proposto para o país, resultou na formação de mecanismos de transferência de valor e superexploração da força de trabalho que inviabilizam um projeto sustentável de paz positiva. Tendo como base da análise a Teoria Marxista da Dependência, a investigação se dará compreendendo em um primeiro momento o contexto histórico do conflito no Timor-Leste e o desenrolar das intervenções de paz ocorridas no país. Posteriormente, será realizada uma análise das recomendações e relatórios acerca do país, produzidos pelas duas principais instituições econômicas presentes no instrumento de peacebuilding - FMI e Banco Mundial. Em seguida, analisaremos os mecanismos de transferência de valor operados no país, conforme os aportes da TMD: deterioração dos termos de intercâmbio; serviço da dívida; remessas de lucros royalties e dividendos; e apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Por fim, verificaremos os impactos da compensação desta transferência de valor investigando a ocorrência da superexploração da força de trabalho em suas manifestações de violação do fundo de vida e consumo dos trabalhadores.

2 DEPENDÊNCIA: O ESPECTRO DESIGUAL DO DESENVOLVIMENTO

Desde o pós-Segunda Guerra Mundial a categoria desenvolvimento ganhou um destaque especial nas ciências sociais e econômicas. Ao realizar um balanço histórico do período, Theotônio dos Santos (2020, p. 6-17) nos auxilia a compreender os processos históricos que influenciaram as ciências sociais e econômicas a se lançarem na formulação de teorias que tinham como foco a questão do desenvolvimento. Nesse sentido, temos este período do pós-guerra marcado pelo declínio definitivo das potências imperialistas que dominaram o mundo do século XIX até a primeira guerra mundial. Entre essas potências, tanto Inglaterra como a França, mesmo saindo vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, não conseguiram sustentar seus domínios territoriais no mundo provocando um grande movimento de independências nacionais nas ex-colônias. Como consequência, temos um cenário internacional marcado pelo surgimento de novas economias e organizações políticas fragilizadas depois de anos de domínio colonial.

Em contrapartida, os EUA e a URSS passam a protagonizar uma disputa internacional baseada em suas distintas percepções de mundo - o capitalismo e o comunismo. Se por um lado, temos a estratégia adotada pelos Estados Unidos buscando a contenção da expansão do comunismo soviético em todo globo, por outro, temos a URSS se esforçando para ampliar suas alianças e exportar seu modelo de organização econômica e social a outras partes do globo. Portanto, é a fragilidade econômica dos países em processo recente de independência, o atraso e a crise vivenciada por boa parte dos países no pós-guerra e a disputa travada entre EUA e URSS, que passam a ser o produto da atenção das ciências sociais neste período. E assim, temos o surgimento de uma literatura dedicada a buscar respostas para o atraso econômico e político, e a identificar os fatores necessários para desenvolver os novos países - são as chamadas Teorias do Desenvolvimento.

Ainda segundo Theotônio dos Santos (2020, p. 9), essas teorias estão marcadas pelas concepções norte-americanas e soviéticas de desenvolvimento, uma vez que tomam como horizonte ideal de sociedade, estas potências. Ao mesmo tempo, nas décadas de 1950 e 1960, tem-se também um movimento teórico crítico a partir do olhar latino-americano, que buscou “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 2020, p. 18). Ou seja, esta teoria crítica aos modelos de desenvolvimento, que passa a ser conhecida como Teoria da Dependência, traz o questionamento se estas formulações sobre o desenvolvimento seriam realmente capazes de

produzir resultados efetivos nos países econômica e politicamente vulneráveis tendo em vista que o cenário internacional já estava historicamente construído com base nas demandas e interesses das grande potências imperiais. Pôs-se então os seguintes questionamentos: qual o papel da periferia no cenário internacional? É realmente possível universalizar um projeto de desenvolvimento? O chamado ‘subdesenvolvimento’ não seria resultado do desenvolvimento desigual realizado por essas potências imperialistas?

Apesar deste debate ter se iniciado na metade do século XX, ele ainda segue impactando a maneira como entendemos o desenvolvimento. Um exemplo disso, da importância que a categoria desenvolvimento tem ainda nesses primeiros anos do século XXI, pode ser encontrado no instrumento mais recente de construção da paz - *peacebuilding*. Desde "Uma agenda para a paz" (UN, 1992, p. 2), as Nações Unidas reconhecem a ausência de desenvolvimento econômico e social, bem como a pobreza, desigualdade e suas outras manifestações, como a causa fundamental dos conflitos. Através da esfera econômica do instrumento de *peacebuilding*, busca-se oferecer estratégias para o desenvolvimento das nações com incidência de guerras civis, reproduzindo um movimento semelhante e bebendo das teorias desenvolvimentistas apresentadas anteriormente, principalmente ou exclusivamente, da estratégia vencedora da Guerra-Fria - a liberal democracia (KEMER et al., 2016, p. 140)

Deste modo, lançando-nos no desafio de compreender os impactos da teoria liberal democrata do desenvolvimento no instrumento de *peacebuilding*, bem como suas limitações e implicações, esta primeira parte da dissertação concentra-se em debater este conjunto temático a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Para tanto, dividimos este debate analisando primeiramente as Teorias do Desenvolvimento, suas principais estratégias e proposições. Posteriormente, tornar-se-á importante compreender como as Teorias da Dependência visualizam essas formulações a partir da realidade da periferia e, por fim, quais as particularidades da Teoria Marxista da Dependência que a tornam uma importante ferramenta para o entendimento e análise de temas atuais como o do instrumento de *peacebuilding*, frente às demais Teorias da Dependência ou mesmo à formulação crítica da Paz Liberal presente nos Estudos pela Paz.

2.1 O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O título desta seção é o mesmo utilizado por Celso Furtado em um artigo de 1974. Nele, o autor desdobra a concepção de desenvolvimento econômico a partir da ideia do mito.

O autor inicia seu artigo propondo que o mito tem um importante papel social, servindo como uma ferramenta que “ilumina o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros” (FURTADO, 1974, p. 7). Tal afirmação é colocada como uma maneira de problematizar a tentativa de universalização do processo de desenvolvimento econômico praticado pelos países que lideraram a revolução industrial. Isso porque, a principal característica das teorias do desenvolvimento deste período é que elas entendem o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores, identificada com a racionalidade moderna de máxima produtividade, geração de poupança e criação de investimentos que levassem a acumulação de riquezas (DOS SANTOS, 2020, p. 9). Ou seja, esta perspectiva evolutiva, etapista, do desenvolvimento, produz a ideia de que qualquer país, desde que siga os passos certos, pode se tornar desenvolvido. Mais que isso, estabelece um horizonte claro a ser alcançado, atribuindo sentido à ideia de atraso ou mesmo de subdesenvolvimento.

Como colocado anteriormente, a Teoria do Desenvolvimento sofreu influência dos dois modelos em disputa na década de 1950 - o capitalismo e o comunismo. Na perspectiva comunista, temos a explicação do não desenvolvimento de alguns países a partir das contradições excludentes do sistema capitalista e a proposição da modernização das burguesias locais, setor considerado indispensável para a transição do modo de produção. Além disso, o modelo soviético de crescimento econômico sustentado na industrialização de base, seguido pela indústria de bens de consumo, passa a ser o modelo para todos os países alinhados ao bloco comunista (DOS SANTOS, 2020, p. 12-13). Entretanto, para fins desta pesquisa, é o modelo de desenvolvimento capitalista que nos ajudará a entender a base de atuação do *peacebuilding* e é essencialmente nele que encontramos a operacionalização da teoria da dependência.

As teorias do desenvolvimento com a perspectiva do capitalismo tentam explicar o subdesenvolvimento “como um produto de sua lentidão ou de seu fracasso em adotar os padrões de eficiência característicos dos países desenvolvidos” (DOS SANTOS, 2011, p. 5). Três autores nos ajudarão a entender esta perspectiva a partir de 3 diferentes prismas: Simon Kuznets (2010, p. 163-181), explicando a categoria subdesenvolvimento; Gerald Meier (2010, p. 87-107), expondo os fatores que prendem estas economias no ciclo do desenvolvimento limitado; e Walt Whitman Rostow (2010, p. 181-215), com as etapas para o desenvolvimento. Dessa forma, Kuznets (2010, p. 164) descreve o subdesenvolvimento como: (1) incapacidade de utilizar plenamente o potencial produtivo, fruto de obstáculos presentes nas instituições sociais internas ou externa desses países; (2) atraso no nível ou no caráter do desempenho

econômico quando comparado aos países avançados; (3) incapacidade de proporcionar níveis de vida aceitáveis para sua população, traduzindo-se em miséria material para a maioria da população.

Como um pensamento complementar, Gerald Meier (2010, p. 90) agrega que os fatores que aprisionam esses países nesta condição de subdesenvolvimento podem ser encontrados: nas 4 imperfeições do mercado que impedem a alocação ótima dos recursos: o conhecimento deficiente dos recursos disponíveis no país, bem como da técnica necessária para trabalhar-los; mobilidade geográfica e ocupacional imperfeita; produção concentrada em monoproduto de baixo valor; e divisibilidade imperfeita dos fatores. Nesse sentido, a falta de conhecimento e de técnicas com o manejo dos recursos resulta em uma produtividade baixa e em uma monocultura com pouco valor agregado, que impede a formação de reservas, cria uma dependência por empréstimos e todo o recurso é redirecionado a produção, repetindo o ciclo de subdesenvolvimento.

Rostow, por sua vez, realiza nas palavras de Theotonio dos Santos (2020, p. 12) “uma das intervenções mais fortes e brutais da ideologia no campo científico”. Ele define 5 etapas para o desenvolvimento: A primeira etapa é caracterizada por uma sociedade tradicional, com economia voltada para a agricultura, repleto de limitações de produção por não ter acesso ao conhecimento científico e com o poder político concentrado em interesses particulares dos terratenentes. A segunda, se dá com a saída da condição primitiva através da centralização de um interesse de Estado, em sequência, o autor também coloca o papel desempenhado por entradas (e aqui uma observação crítica seria entender ‘entradas’ como invasões) estrangeiras de nações mais evoluídas na promoção do desenvolvimento dos países mais atrasados. Uma vez caracterizado o cenário anterior, chegamos ao impulso inicial, que só é possível quando se tem uma estrutura (capital social fixo) e uma onda de desenvolvimento tecnológico no campo e na indústria, sendo importante a importação de capitais e investimentos no setor privado. Dado o impulso, tem-se um longo período até a fase de amadurecimento destes processos, chegando-se ao ponto de substituir importações pela produção local e criar novas necessidades de importação. Por fim, temos um período de consumo em massa no qual predominam os investimentos em bem-estar social, segurança e sociedade têm mais oportunidade de desfrutar do consumo de bens duráveis (ROSTOW, 2010, p. 182-204).

Nesse sentido, o que o pensamento de Kusnetz, Mier e Rostow nos revelam é uma ideia de que o subdesenvolvimento é o produto de falhas estruturais internas, que a reprodução destas falhas políticas, econômicas e sociais prendem estes países nesse ciclo incessante de atraso, e que a superação de algumas etapas conduziria o país do

subdesenvolvimento a um estágio de desenvolvimento capaz de sanar as problemáticas sociais por meio de investimentos em bem-estar, segurança e consumo. Entretanto, alguns aspectos desta linha teórica levam a Furtado a caracterizá-la como mito, que não pode ser universalizado, e é inadequado para o caso da periferia.

Segundo Furtado, tal aspecto se deve às peculiaridades dos países periféricos, bem como a um equívoco ontológico acerca da compreensão de desenvolvimento. Celso Furtado contribui com o entendimento dessa incompatibilidade pontuando:

As economias periféricas conhecem um processo de agravação das disparidades internas à medida que se industrializam guiadas pela substituição de importações [...] Fizemos referência a esse fato, consequência inelutável da tentativa de reprodução em um país pobre das formas de vida de países que já alcançaram níveis muito mais altos de acumulação de capital (FURTADO, 1974, p. 44)

E acrescenta:

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos (FURTADO, 1974, p. 44-45)

Em sua primeira colocação, Furtado apresenta uma associação diretamente proporcional entre as disparidades internas e o processo de industrialização. A partir daí introduz que esse aspecto contraditório se dá por particularidades presentes na periferia relacionadas à concentração de renda e a baixa capacidade de consumo das massas da periferia. Mais que isso, Furtado aponta de maneira delicada o que mais tarde os autores das Teorias da Dependência irão expor em seus pensamentos, que a produção e o poder de consumo dos países centrais possuem ligação com as manifestações contraditórias de um mesmo processo - industrialização. Theotonio dos Santos (2011, p. 334) completa esta crítica pontuando que este conceito de desenvolvimento está desprovido de validade científica e fundado em princípios que não respondem a uma linearidade no tempo histórico

Neste sentido, estas colocações nos dão pistas da particularidade das estruturas presentes na periferia global, ao evidenciar os diferentes tempos históricos e características sociais, e para além disso, que o subdesenvolvimento não pode ser compreendido somente a partir dele mesmo, sem observar toda a estrutura mundial com suas possíveis interconexões e papéis delimitados no cenário internacional entre o desenvolvido e o subdesenvolvido. Tais fatores obrigam o pesquisador a repensar a universalização do desenvolvimento. Ademais, abre caminho para um diálogo ainda mais profundo sobre os limites deste processo a partir da

lente dos autores da Teoria da Dependência. É através dela que investigaremos o possível equívoco ontológico presente na dimensão econômica do instrumento de *peacebuilding* na totalidade desta análise, uma vez que, na periferia, a ligação estabelecida entre paz e desenvolvimento (KEMER et al., 2016, p. 142) pode solicitar referências distintas do modelo de desenvolvimento capitalista liberal, praticado pelo instrumento de *peacebuilding* (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 10) e descrito acima nas teorias do desenvolvimento. Faz-se necessária, com isso, uma análise aprofundada das contribuições bibliográficas das teorias da dependência.

2.2 DEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO SUI GENERIS DA PERIFERIA

No final da década de 1940 têm-se início a criação das comissões econômicas regionais como braços do Conselho de Econômico e Social das Nações Unidas - Ecosoc (ALVES, 2013, p. 32). Tais conselhos visam articular perspectivas regionais para questões globais, para facilitar a criação de agendas na ONU e prestar assistência para implementação de recomendações da organização. As primeiras organizações regionais têm como foco auxiliar a reconstrução da Europa e Ásia no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, em 1947 temos a fundação das comissões regionais para a Europa (Comissão Econômica para a Europa, ECE) e para países da Ásia e Pacífico (Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico, ESCAP). Somando-se a elas, são criadas posteriormente Comissão Econômica para a África (ECA), Comissão Econômica e Social para a África Ocidental (ESCWA) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (ALVES, 2013, p. 354-355).

Desse modo, a CEPAL, que também surge no mesmo período de criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, tinha como objetivo diagnosticar os principais problemas relativos ao atraso econômico da América Latina. Por isso, Rui Mauro Marini (2011, p. 214) traz a CEPAL como um órgão promotor das ideias das Teorias do Desenvolvimento. Entretanto, Theotonio dos Santos (2020, p. 19) agrega apontamentos importantes que posicionam a CEPAL como uma primeira tradição crítica da visão centrada das Teorias do Desenvolvimento, contribuindo assim para abrir o caminho para as Teorias da Dependência. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (2011) podem nos auxiliar na compreensão dos apontamentos desenvolvidos pela CEPAL:

Esse órgão das Nações Unidas centrava sua explicação sobre a realidade do atraso latino-americano a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma

relação dispar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar - homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores - heterogênea e especializada). (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 22)

Além disso:

A deterioração dos termos de troca para a periferia é o elemento central na desigualdade entre países com diferentes processos de desenvolvimento econômico. Esse elemento gerava uma subordinação e um atraso para a periferia, que deveriam ser suplantados para que esta pudesse alcançar outros níveis mais compatíveis com o momento histórico de reprodução ampliada do capital em uma fase de maior inovação tecnológica. (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 23)

Nesse sentido, é interessante chamar atenção para alguns pontos importantes da reflexão cepalina. O primeiro deles é a menção ao desenvolvimento desigual. Trabalhar com a categoria desenvolvimento desigual distingue fundamentalmente o pensamento cepalino da tradição teórica desenvolvimentista. Isso porque, passa-se a reconhecer o caráter contraditório do desenvolvimento, que em determinadas regiões do globo - neste caso, especificamente na América Latina - o avanço produtivo se deu inerentemente atrasado por concentrar-se no monoproduto sem a distribuição tecnológica para os demais setores. Esta colocação tem um caráter ímpar pois, ainda que sustente argumentos trazidos pelos teóricos do desenvolvimento, como o monoproduto, por exemplo, o faz a partir de uma crítica estrutural à Divisão Internacional do Trabalho (DIT) ou a ideia de vantagens comparativas², atribuindo responsabilidades externas e históricas para o subdesenvolvimento.

Outro aspecto importante é a apresentação da classificação de países de centro e periferia (termos que já utilizamos aqui anteriormente) para descrever as relações desiguais, nos aspectos políticos e econômicos, entre os países do globo. Estas categorias ampliam o debate em torno da classificação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos por expor a relação de subordinação entre esses países. Ou seja, há uma conexão indissociável entre desenvolver e subdesenvolver, entre centro e periferia, uma vez que os países do centro se beneficiam da condição econômica periférica por meio do abastecimento de produtos primários - obedecendo a lógica da DIT, como esclarece Raul Prebisch que na periferia, o progresso técnico “penetra unicamente onde se faz necessário para produzir alimentos e matérias-primas a custo baixo, com destino aos grandes centros industrializados” (PREBISCH, 2000, p. 139)

A saída para este diagnóstico do desenvolvimento desigual podem ser enumeradas da seguinte maneira: (1) estímulo à industrialização nacional como substitutiva as importações; (2) atuação do Estado como promotor do desenvolvimento a partir de políticas públicas de

² “Segundo essa teoria, as relações internacionais equilibrariam tais desigualdades - ‘necessárias’ para o bom funcionamento do mercado mundial -, dado que a periferia deveria se especializar em um determinado setor de produção (produtos primários ou semielaborados)” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 23)

industrialização e redistribuição de renda; (3) estímulo da heterogeneidade produtiva a partir da disseminação e incorporação do progresso técnico nos setores prioritários da economia; (4) redirecionamento da exportação a partir da agregação de valor aos produtos nacionais (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 25).

Transpadini e Stedile ressaltam ainda que estas proposta serviram como base concreta para vários países do continente, com destaque para o México, a partir dos anos 2000 com o fim da ditadura militar, Brasil, principalmente no governo de João Goulart com Celso Furtado como ministro do Planejamento e Argentina (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 26). Entretanto, os autores destacam que, apesar das política nacionais desenvolvimentistas de substituição de importações terem sido aplicadas nos países economicamente mais fortes da América Latina, não foi possível acompanhar “a implementação de um Estado do bem-estar social que conjugasse as reformas estruturais com as políticas econômicas essenciais” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 26). Somando-se a esta argumentação, Theotônio dos Santos (2011, p. 375) pontua que o período de industrialização que se sucedeu no território latinoamericano, esteve condicionado às exigências dos mercados internacionais num período em que o mercado norte americano se expandia para o mundo em busca de oportunidades de investimento e de escoamento de seu maquinário industrial. Maquinário este, pertencente à revolução científica do período da Segunda Guerra Mundial, ou seja, defasado tecnologicamente, e vendido com exigência de royalties (DOS SANTOS, 2011, p. 12) .

Com isso, diante da inseparabilidade dos processos de desenvolvimento na periferia e no centro, na qual os países da periferia em uma tentativa de industrialização, a fazem obedecendo aos interesses do centro, e considerando a impossibilidade de conversão dos avanços produtivos em benefícios sociais, abre-se espaço para um grupo de pensadores de esquerda, que passaram a debater a particularidade estrutural que implica ao continente um papel contínuo de servidão às grandes potências. Através de uma nova categoria, a Dependência, estes autores buscaram debater os limites do pensamento cepalino na América Litina, valendo-se de diferentes bases teóricas e metodológicas (SEABRA, 2019, p. 263). O pensamento desta escola de autores ficou conhecido como Teoria da Dependência e reuniu nomes como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que se encontravam exilados no Chile na década de 1960 transformando a sede chilena da CEPAL, o ILPES (Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social) e CESO (Centro de Estudios Socio Económicos) em um ambiente de intenso debate teórico (BAMBIRRA, 1983, p. 22)

Contudo, as respostas e as interpretações encontradas para o desenvolvimento dependente latino-americano não foram unânimes, possuindo ao menos dois diferentes entendimentos, a depender da divisão metodológica, para a categoria dependência e suas saídas. No agrupamento feito por Roberta Traspadini e João Pedro Stedile encontramos duas principais correntes: a vertente Marxista, capitaneada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Austin Cueva; e a vertente weberiana, crítica ao marxismo, que tem como principais expoentes Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 28-29). Estas vertentes irão representar o principal debate da época em torno da dependência e possuem diferenças quanto à raiz da dependência e sua força transformadora.

Assim, a compreensão teórica acerca deste debate estabelecido dentro do campo da dependência auxiliará na delimitação teórica da lente utilizada para a leitura crítica do instrumento de peacebuilding em sua dimensão econômica e as implicações relativas à sua aplicação do Timor-Leste. Dessa forma, torna-se importante analisar nas próximas seções, as principais divergências dos dois campos teóricos, de tal modo a ser possível selecionar a mais adequada para a problemática geral tratada nesta tese.

2.2.1 A categoria dependência como campo de disputa

Tendo em vista a divergência teórica entre as duas vertentes e as necessidade futuras de análise e operacionalização de um caso concreto, torna-se imprescindível esclarecermos o significado das categorias: desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência. Delimitaremos o debate, deste modo, a partir desta busca. Como é possível perceber no nome, a Teoria Marxista da Dependência possui suas bases alicerçadas nos aportes categóricos oferecidos por Marx, além das influências das teorias do Imperialismo (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 29). Nesse sentido, segundo Bianca Bonente, o desenvolvimento a partir do marxismo pode ser analisado da seguinte maneira:

Podemos dizer que o capital é tanto mais desenvolvido quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contraintuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência a formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto, etc) e atuar em um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuída e o retorno é mais demorado), imprimindo em todos esses casos a sua lógica de funcionamento, significa que o capital se desenvolveu. (BONENTE, 2014. p. 6).

Têm-se com isso, que a categoria desenvolvimento a partir da ótica marxista não encontra seu significado na ampliação da capacidade econômica de um Estado, com a melhora das condições da vida social, ou simplesmente com a dinamização e distribuição dos recursos estatais. Quando se fala em desenvolvimento, trata-se da capacidade de capilarização do poder mercantil em todas as áreas citadas por Bonete. Ou seja, desenvolvimento nestes termos, é o desenvolvimento do próprio capitalismo carregado de suas contradições. Sendo assim, pensar o desenvolvimento a partir do marxismo é: (1) indagar-se a respeito das condições históricas; (2) enxergar as condições únicas do tempo e do espaço que moldam a estrutura de cada época; (3) observar as leis causais que formam sua tendência (BONENTE, 2014, p. 12-13)

Por consequência, na Teoria Marxista da Dependência temos a leitura do caráter estrutural do desenvolvimento desigual, onde a América Latina se estabelece como palco histórico desde seu período colonial como território necessário ao desenvolvimento mercantil “para que esse modo de produção permaneça alcançando seus fins: a apropriação privada da riqueza e da renda” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 29), através da contínua transferência de riqueza dos países subdesenvolvidos para os mais desenvolvidos, alimentando seu ciclo de acumulação.

Em contrapartida, no que se denominou de Teoria da Dependência Associada, Cardoso e Faletto propõe o desenvolvimento como:

[...] resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 22)

Ainda que tenhamos a definição de desenvolvimento apresentada pelos autores enquanto movimento, e não enquanto resultante, ela traz elementos que marcam uma diferenciação fundamental da Teoria Marxista da Dependência. Cardoso e Faletto, tem como epicentro de sua análise o espaço interno dos países, relacionando o desenvolvimento como uma resultante de uma combinação nas relações sociais. Ou seja, se por um lado a vertente marxista da dependência reconhece esta categoria como um fenômeno integrado estruturalmente, onde o desenvolvimento acontece simultaneamente no centro e na periferia através da própria expansão do capitalismo, na Dependência Associada, esse fenômeno será lido como um processo desassociado do movimento internacional do capitalismo.

Em contrapartida, se o desenvolvimento de cada país está atrelado às relações sociais internas, quando Cardoso e Faletto trabalham a questão do subdesenvolvimento, temos o reconhecimento dos impactos da estrutura internacional. Para os autores o subdesenvolvimento foi produzido historicamente quando o processo de expansão do capitalismo “vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista” (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 25 - 26). Assim sendo, há uma diferença entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos que está articulada com o estágio produtivo, a função desse país no esquema de produção e distribuição, além de uma estrutura definida de dominação como consequência.

O subdesenvolvimento para a Teoria Marxista da Dependência, abarca tanto essas diferenças como também insere a categoria como uma condição necessária para o desenvolvimento. Segundo Traspadini e Stedile: “o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são entendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução internacional do modo de produção capitalista” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 32). Em consequência disso, o subdesenvolvimento pode ser lido como desenvolvimento expresso em uma relação desigual. Sendo assim, o desenvolvimento desigual (subdesenvolvimento) “é o resultado de uma relação também desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam essa esfera de acumulação global” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 33). Tal afirmação revela o subdesenvolvimento como uma categoria que expressa, para além das diferenças de produção e distribuição, a reprodução das relações desiguais que sustentam os grandes donos dos capitais privados no mundo, eliminando a suposição de casualidade e desvelando a essência da contradição internacional.

Por fim, podemos entrar no entendimento da categoria dependência. Segundo a teoria da Dependência Associada, a dependência pode ser entendida a partir da maneira pela qual “as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe” (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 26). Ou seja, a dependência se configura pela maneira como as classes sociais se formam na periferia, de tal modo, que grupos sociais internos optaram por orientar as relações de produção para os países centrais. Desse modo, Cardoso e Faletto falam sobre “dependência da situação de subdesenvolvimento” (ibid, p. 26), ou em outras palavras, uma vez que o

subdesenvolvimento se deu pelo posicionamento da produção dos países periféricos na economia mundial, a dependência se traduz na condição de perpetuação desta relação através do posicionamento de grupos sociais dentro do próprio país subdesenvolvido.

Segundo Marini, um dos autores da interpretação marxista da dependência, esta se constitui como uma “relação de subordinação de nações formalmente independentes, em cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134). Ou seja, para Marini, a dependência se dá por meio de uma relação de subordinação, fora de um contexto colonial. Portanto, a subordinação é resultado da capacidade de modificação e recriação das estruturas internas de um país (estruturas políticas, econômicas e sociais), de tal forma, que mesmo em condição de nação independente formalmente, ainda perdura uma condição dependente. Em uma mesma linha, Theotônio dos Santo define dependência como:

[...] situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato. (DOS SANTOS, 2011, p. 5-6).

A partir desta definição, pode-se inferir que a dependência se constitui como uma relação de subordinação que se insere em uma lógica de desenvolvimento inversamente proporcional entre os países dominantes e a periferia. Nesse sentido, a Teoria Marxista da Dependência, em discordância com a definição da Teoria da Dependência Associada, propõe um entendimento da categoria a partir da estrutura internacional, sendo impossível entender a dependência apenas pela organização social interna. Aliando as definições de Marini e Theotônio, temos esclarecida uma condição de subordinação indispensável para que os países que historicamente lideraram o desenvolvimento industrial, assim o fizessem. Mais que isso, esta relação desigual, constitui-se como necessária para uma contínua perpetuação do desenvolvimento no centro, de tal modo, que as estruturas sociais, políticas e econômicas dos países dependentes, são constantemente reformadas para a ampliação deste desenvolvimento dos países dominantes, resultando na ampliação do fosso de desigualdade das relações internacionais mundiais.

Dessa forma:

A dependência, no enfoque marxista [...], é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. A

dependência é, assim, o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo internacional. (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 32).

Ou seja, para a Teoria Marxista da Dependência, não existe a possibilidade de se pensar em um desenvolvimento igualitário ou em uma relação de não subordinação, quando se tem como base as relações já existentes no marco do modo de produção capitalista. Na qual todos os esforços realizados a partir da lógica capitalista só resultam em mais dependência e subordinação. Em contrapartida, a teoria da dependência associada, enxerga a possibilidade de uma associação entre a dependência e o desenvolvimento. Segundo Bresser Pereira (2010, p. 37), a dependência associada enxerga que com uma boa associação política é possível se desenvolver aproveitando as brechas e necessidades dos países mais desenvolvidos. Isso porque, não há como se desenvolver de maneira autônoma, financiar a industrialização, uma vez que as nações dependentes não possuem recursos suficientes para investir na própria industrialização, sendo necessária a formação de uma poupança externa e o auxílio das multinacionais.

Entretanto, como afirma Roberta Traspadini (1998, p. 106), na prática a dependência associada “não foi capaz de resolver os problemas estruturais inerentes à condição de economia periférica”. Entre pontos destacados por Traspadini, destaca-se que esta vertente teórica deixa de perceber a incapacidade da economia nacional em competir com o mercado internacional no caso de abertura econômica, que o capital financeiro trás uma novos desafios ao controle que o Estado possui sobre a economia e que as disparidades sociais não podem ficar de fora em um projeto de desenvolvimento (TRASPADINI, 1998, p. 106). Principalmente em relação a este último ponto, Ruy Mauro Marini (2011, p. 149) esclarece que os mecanismos de intercâmbio desigual no desenvolvimento dependente só permitem a realização do lucro através de uma estrutura de compensação - a superexploração da força de trabalho (a ser detalhada posteriormente).

Deste modo, a teoria marxista da dependência é a vertente teórica da dependência que nos permite uma aproximação dos impactos das tentativas de desenvolvimento associadas ao funcionamento vigente do mercado mundial. Mais que isso, permite compreender que o desenvolvimento da periferia já acontece, porém em um curso desigual. Assim, com base no exposto, não falamos sobre subdesenvolvimento, mas em desenvolvimento desigual que combina o posicionamento da periferia na divisão internacional do trabalho com mecanismos de compensação sociais para dentro delas. Ressalta-se com isso, a incompatibilidade do

modelo de desenvolvimento hegemônico com as melhorias de cunho socioeconômico na estrutura periférica.

Entretanto, faz-se necessário compreender detalhadamente: (1) quais os elementos, presentes nas relações entre centro e periferia, são as causas fundamentais para a dependência; (2) como a dependência se manifesta de forma concreta na periferia; (3) como esta relação torna a classe trabalhadora dessas sociedade um importante ator das relações internacionais, uma vez que são os que sofrem diretamente os efeitos da dependência. Tais aspectos são importantes para esclarecer nas próximas seções o porquê da Teoria Marxista da Dependência e suas ferramentas analíticas serem a perspectiva mais adequada para compreensão da esfera econômica do instrumento de *peacebuilding*, aplicado em países periféricos no processo de reconstrução pós-bélica.

2.2.2 As ferramentas analíticas da Teoria Marxista da Dependência

Como citado anteriormente, o desafio desta seção é compreender: (1) os elementos, presentes nas relações entre centro e periferia, que atuam como as causas fundamentais para a dependência; (2) como a dependência se manifesta de forma concreta na periferia; (3) como esta relação torna a classe trabalhadora dessas sociedade um importante ator das relações internacionais, uma vez que são os que sofrem diretamente os efeitos da dependência.

2.2.2.1 O segredo da relação de subordinação a partir da teoria do valor

Antes de se iniciar um debate aprofundado acerca da compreensão da dependência a partir da Teoria Marxista, é necessário entender os pressupostos que fundamentam sua leitura. Encontraremos estes pressuposto na Teoria do Valor, por meio da qual se evidenciarão as contradições do modo de produção que inviabilizam um modelo de desenvolvimento equânime tanto para os países quanto para suas populações. É nesta teoria que encontraremos a essência dos fenômenos da dependência que se manifestam concretamente neste constante ciclo de subordinação aos interesses das grandes potências. Como afirma Carcanholo (2008, p. 13): “Entendida adequadamente, a teoria do valor de Marx leva-nos a concluir que a relativa comodidade em que se vive nos países mais ricos, mesmo uma parte de seus trabalhadores, não seria possível sem a pobreza e a miséria encontrada nos países periféricos”.

Em primeiro lugar é preciso entender o que significa “valor”. Quando pensamos o valor de uma coisa, de um objeto, podemos pensá-lo primeiramente a partir de duas

manifestações: a partir de sua utilidade, quando se transforma “uma matéria-prima - ou um produto semi elaborado - em alguma coisa útil” (COGGIOLA, 2021, p. 27), temos o valor de algo expresso pelo uso que o será dado (Valor de Uso); Em contrapartida, em uma sociedade em que dependemos da utilidade de diversas coisas que não produzimos, precisamos pensar o valor de algo que temos em relação ao seu poder de troca, ou a partir de sua “propriedade de trocar-se por outros produtos no mercado, ou, o que é a mesma coisa de vender-se (por meio do dinheiro, papel-moeda, cheque ou cartão de débito/crédito)” (COGGIOLA, 2021, p. 27), onde encontramos o valor de algo expresso em termos de troca (Valor de Troca).

O modo de produção capitalista inaugurou um período no qual se desproveu uma grande massa de pessoas de sua capacidade de produzir seus próprios bens com valor de uso e de troca (COGGIOLA, 2021, p. 28-29). Ou seja, um contingente humano se viu privado dos meios de produção (matérias-primas e ferramentas) necessários para se trabalhar algo de modo a atribuir-lhe utilidade para si e para terceiros, de modo a conseguir trocá-lo. Adiantando e simplificando este diálogo com a Teoria do Valor em Marx, a classe social que se apoderou desses meios de produção, precisou também de algo que fosse capaz de transformá-los em riqueza, que fosse capaz de gerar valor a partir deles, movendo-a a comprar como uma mercadoria o “trabalho”. Nesse sentido, esta mercadoria trabalho, será responsável por conferir valor a transformação desses objetos que se tornarão mercadorias, de tal forma que a produção atenda às suas necessidades e as necessidade dos donos desses meios, ou seja, a força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar outra mercadoria que valha mais que ela mesma. Em termos marxistas, a classe detentora desses meios é chamada de capitalista, por ter a propriedade do capital - relação entre meios de produção, a mercadoria trabalho e o mais-valor produzido por esta força de trabalho (COGGIOLA, 2021, p. 9). Coggiola completa este entendimento da seguinte maneira:

Chamamos capital, então, o valor capaz de produzir um mais-valor. Para poder fazer isso, deve encontrar no mercado a força humana de trabalho disposta a vender-se: os trabalhadores livres. Livres em dois sentidos: livres de qualquer ligação pessoal com um senhor feudal, um proprietário de escravos ou um patrão de grêmio, e livres da posse de qualquer outra mercadoria que não seja sua força de trabalho, e obrigados a vendê-la para poder subsistir. (COGGIOLA, 2021, p. 87).

Esta relação poderia aparentar ser um jogo de soma positiva, uma vez que o trabalhador ao vender sua única mercadoria - a força de trabalho - receberia uma parcela de valor em sua manifestação monetária (salário) suficiente para a manutenção e reprodução de sua vida. Contudo, não é esta a matemática presente no modo de produção capitalista.

Inserido em um ambiente de concorrência com outros donos de capitais, o capitalismo revela uma “lei tendencial a queda da taxa de lucro” como expõe Marx (2017) na seção III, tomo III, de seu livro “O Capital”. Segundo Marx, o “lucro não é outra coisa senão o mais-valor calculado sobre o capital social, e a massa do lucro, sua grandeza absoluta, é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais-valor” (MARX, 2017, p. 253). Assim, $\text{lucro} = \text{mais-valor} / \text{capital (meios de produção + mão-de-obra)}$, ou seja, a taxa de lucro recebida pelo capitalista é uma relação entre o mais valor gerado, dividido por tudo que é investido nos meios de produção (capital constante) e na mão de obra (capital variável, representado pelos salários). Como o mais-valor só pode ser gerado por esse capital variável, o lucro é proporcional à mão-de-obra envolvida no processo produtivo.

Segundo esta relação, quanto mais-valor for produzido, maior a lucratividade. Tal incremento pode ser realizado de duas maneiras - absoluta e relativa. Coggiola traduz essas duas categorias propondo que o mais-valor absoluto se dá “quanto [mais] o capitalista consegue impor aos operários um aumento no gasto de força de trabalho humana” (COGGIOLA, 2021, p. 37), isso pode ser obtido, por exemplo, com o prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho ou das duas forma simultaneamente. Por sua vez, o mais-valor relativo se traduzem em inovações técnicas no capital constante (COGGIOLA, 2021, p. 40), sendo possível, com o aumento da tecnologia, reduzir tanto as mercadorias de consumo do próprio trabalhador (reduzindo o valor do capital variável) quanto aumentando a produtividade do trabalho. É aqui que encontramos a contradição do processo de produção capitalista.

Em um cenário de concorrência entre capitalistas, como o lucro é tão maior quanto mais for possível gerar mais-valor e considerando que a força do trabalhador possui um limite de exploração, o capitalista tende a aumentar os investimentos no capital constante. Tal solução é viável enquanto uma empresa consegue oferecer um produto de custo de produção mais baixo e, conseqüentemente, uma maior elasticidade de preço ao se relacionar no mercado. Entretanto, quando esta tendência generaliza-se, “terá se alterado a relação entre capital variável e constante a favor deste último” (COGGIOLA, 2021, p. 128), fazendo com que, apesar do montante de lucro ter aumentado, haja a redução da taxa de lucro segundo a fórmula apresentada. Tal aspecto irá se somar a um aumento excessivo da produção sem a demanda suficiente, baixa generalizada de preços e conseqüentemente em uma queda ainda maior da taxa de lucro. Dessa forma:

Aqui se constata a contradição básica do modo de produção capitalista: pela motivação individual de cada capitalista, aciona-se um mecanismo que atinge o objetivo primordial do modo de produção, sabotando a valorização crescente e contínua do capital. No interior desse modo de produção, inocula-se aquilo que é a sua negação, sua própria restrição, pois a queda da taxa de lucro é equivalente à queda da rentabilidade do capital, que mina as bases da acumulação capitalista [...] (COGGIOLA, 2021, p. 132)

O que liga esta lei tendencial de queda da taxa de lucro, com a dependência e respectivamente pelo papel ocupado pela periferia encontra-se nos mecanismos de compensação a esta lei. Coggiola (2011, p. 135-137) sintetizou 5 pontos essenciais do pensamento marxista que explicam os mecanismos de compensação desta lei, que são: (1) Aumento do grau de exploração do trabalho para aumentar a extração de mais-valor produzido; (2) Redução do salário abaixo do seu valor; (3) Barateamento dos elementos do capital constante; (4) Superpopulação relativa como forma de aumentar a proporção do capital variável; (5) Comércio exterior como forma de baratear o capital constante e o variável. Estes itens revelam a importância do trabalhador como mantenedor do lucro ao ter sua vida subordinada às necessidades dos donos do capital, bem como o papel cumprido pela periferia nesse mecanismo de compensação. Ao concentrar sua análise na América Latina, Marini reforça esses aspectos:

Essa contradição, crucial para a acumulação capitalista, é contraposta por diversos procedimentos que, desde um ponto de vista estritamente produtivo, se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio se apresente. Na segunda classe de procedimentos, interessa aqui o que se refere à oferta mundial de matérias-primas industriais, a qual aparece como contrapartida - desde o ponto de vista da composição-valor do capital - da oferta mundial de alimentos. Tal como se dá com esta última, é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (MARINI, 2011, p. 141).

Portanto, o que a Teoria Marxista da Dependência revela com base na teoria do valor é a dialética presente na relação de desenvolvimento e subdesenvolvimento, de avanço e atraso, onde a contradição presente na reprodução do capitalismo necessita que a periferia ocupe este espaço de transferência desigual de valor que compensa a queda do lucro nos centros econômicos. Assim, o que na aparência dos fenômenos se mostra como atraso periférico a partir das Teorias do Desenvolvimento, como intercâmbio desigual e necessidade de industrialização a partir da perspectiva cepalina ou como um problema de ordem social interna na Dependência Associada, revela-se em essência como a própria natureza

contraditória do modo de produção capitalista. Nesse sentido, quando Marini coloca que a dependência se constitui como uma “relação de subordinação de nações formalmente independentes, em cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134), ele está assegurando que, mesmo que as relações de produção sejam agroexportadoras, industriais ou financeiras, essas reestruturações de uma nação que foi inserida no correr deste ciclo do capital para sustentar suas contradições, ainda sim responderão a uma lógica de transferência de valor.

2.2.2.2 A manifestação dependente da transferência de valor

Com base no exposto acima, a dependência se manifesta a partir da necessidade contraditória do capital de suprir/compensar a queda do lucro a partir da criação de mais-valor. É nesse contexto que a periferia ocupa, como vimos, um papel central no barateamento do capital constante, como produtora de matérias-primas e alimentos, e como fornecedora de mão-de-obra (capital variável) responsável por produzir através de sua força de trabalho esse mais-valor excedente a ser exportado sobre a forma de capital constante barato. Nesta linha, Mathias Luce destaca que:

[...] as causas para as desigualdades estruturais que marcam as relações de exploração nas economias dependentes, para além da questão da defasagem entre os preços dos produtos manufaturados e dos produtos primários, que preocupava a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), sendo a deterioração dos termos de intercâmbio uma das formas de manifestação, mas não a própria essência da transferência de valor. (LUCE, 2018, p. 15).

Entretanto, cabe aqui o esforço de compreensão da manifestação dependente desta transferência de valor. Mathias Luce (2018, p. 51) enumera as 4 formas assumidas pela transferência de valor no contexto da dependência: (1) Deterioração dos termos de intercâmbio; (2) Serviço da dívida (remessa de juros); (3) Remessas de lucros, royalties e dividendos; (4) Apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Assim, vamos concentrar nosso esforço na explicação de cada aspecto a seguir.

A Deterioração dos termos de intercâmbio foi um dos elementos identificados pela Cepal como causadores do atraso econômico da periferia latino-americana. Entretanto, a partir da teoria do valor é possível buscar as “raízes para a queda dos preços relativos do comércio

internacional em desfavor dos países dependentes” (LUCE, 2018, p. 53). Isso porque, segundo este marco teórico, a troca de mercadoria deveria ser expressa através da troca de valores equivalentes. Uma vez que determinada mercadoria só adquiriu valor pela transformação realizada pelo trabalho, a troca equivalente se traduz no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dela. Ou seja, o tempo de produção de trabalho socialmente necessário para extração de uma matéria-prima, por exemplo, deveria encontrar seu equivalente manufaturado com base na mesma grandeza.

Entretanto, essa relação é subvertida. A origem da troca desigual e sua realização na transferência de valor não encontram-se na lei da oferta e da demanda ou no método de fabricação (MARINI, 2011, p. 143), mas subversão da lei do valor. No cenário de transações de classes de mercadorias distintas, como as que ocorrem entre manufaturas e matérias-primas, Marini aponta que “o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual” (ibid, 2011, p. 145). Isso faz com que as nações periféricas fornecedoras de matérias-primas, sempre cedam de forma gratuita parte do valor contido em sua mercadoria através da queda do poder de troca.

O segundo item refere-se ao serviço da dívida. Nele encontramos a manifestação da transferência de valor através da relação entre mercado de crédito e de títulos, ou seja, na aquisição de empréstimos ou na oferta de títulos (LUCE, 2018, p. 58). Quando no desenvolvimento do capitalismo, segundo Marx, “A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (MARX, 2017, p. 520). Isso porque, “ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária” (ibid, p. 520). Assim, para os países centrais a concessão de empréstimos se constitui como uma maneira de acumulação de riquezas que não implica em esforços produtivos e seus riscos, acumulando riqueza através do recebimento de juros.

Se por um lado Marx ressalta a importância do endividamento público no processo de acumulação originária do capital, Maria Lucia Fatorelli em seu estudo sobre o endividamento público, esclarece que a partir dos anos 1970 tem-se início uma fase de financeirização do mundial do capitalismo (FATORELLI, 2013, p.12). Assim, a dívida pública que deveria ser um instrumento não nocivo de complemento de recursos necessários para melhorar a gestão pública, garantir direitos sociais e realizar investimentos, nesta fase do capitalismo se tornou

um mecanismo de saque denominado “Sistema da Dívida” (FATORELLI, 2013, p. 43). Isso porque, como afirma Fatorelli:

Logo após a sua geração, a dívida segue crescendo e multiplicando-se em decorrência de seus elevados custos e devido aos aspectos circundantes ao sistema, tais como ajustes fiscais, anti-reformas, modificações das leis, controle inflacionário, arranjos contábeis etc., impostos por organismos internacionais que intervêm quando surgem crises fiscais provocadas, justamente, pela demanda de um elevado volume de recursos para o pagamento de juros e custos financeiros da dívida. (FATORELLI, 2013, p. 49).

Ou seja, nesse cenário de endividamento sistêmico, temos uma saída de recursos muito maior do que a entrada, provocada por imposições onerosas ao país devedor. De tal modo que “exigem, continuamente, a assunção de novas obrigações para pagar dívidas anteriores, em processos reiterados, sem transparência, cujo resultado é a dominação financeira e econômica e uma ofensa à soberania nacional” (ibid, p. 50). Esta saída de riqueza impacta tanto as relações econômicas internacionais, quanto a dinâmica interna dos países dependentes, uma vez que o fundo público é canalizado para o pagamento da dívida e seus juros em detrimento de gastos sociais fundamentais, como educação e saúde (LUCE, 2018, p. 63). Assim, realizando uma relação com a lei do valor exposta acima, podemos observar que o desdobramento final dessa extração de valor, recai na vida do trabalhador, que no território dependente precisa gerar mais valor, enquanto os recursos para reprodução de sua vida (a exemplo da saúde e educação como bem garantido pelo Estado) vão se sucateando.

A terceira forma de transferência de valor da nação dependente se dá através da remessas de lucros, royalties e dividendos. Segundo Marisa Amaral e Pedro Evangelista, os processos de avanço industrial na periferia dependem de um montante de moeda estrangeira voltada para a compra de maquinários que não são produzidos internamente (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 117). Tal aspecto nos faz ressaltar a necessidade dos empréstimos e endividamento já citados, como também chama atenção para as condições impostas à compra desses maquinários. Essa compra está sujeita ao constrangimento das patentes, exigindo o pagamento de royalties, ou entrada de investimentos externos diretos convertidos na instalação de filiais, o que faz os montante que sai do país ser maior do que o que entra (ibid, p. 117). Assim, com “a saída de recursos superando os montantes investidos, [...] o investimento externo capitalista atua sobremaneira como veículo de desenvolvimento do subdesenvolvimento” (LUCE, 2018, p. 67).

Por fim, temos a transferência de valor como apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Quando se fala em apropriação de renda

diferencial, está se expondo a apropriação (por meio de investimentos externos diretos ou participação em ações de empresas que extraem o recurso) de terras que, em comparação com outras, são altamente produtivas naturalmente ou com aporte de capital constante. Como afirma Luce, essa forma de renda “é alcançada quando um terreno opera com produtividade superior à da terra marginal, a qual atua como critério de comparabilidade” (LUCE, 2018, p. 68). A apropriação se dá quando esse mais-valor extraordinário produzido nessas terras são levados ao exterior por aqueles que investiram nela de forma direta ou através de ações.

Ao se tratar o monopólio sobre os recursos naturais, tem-se a extração de renda quando uma empresa monopolista detém o controle exclusivo de determinado recurso natural do país dependente (LUCE, 2018, p. 68). Um exemplo ilustrativo é o do controle do canal do Panamá entre 1914 e 1999 pelos EUA, onde “as receitas que fluíram para o Estado panamenho como pagamento pelo trânsito bioceânico de embarcações foram somente de 1,83 bilhões de dólares” (ibid, p. 68), contrastando com os 8,59 bi de dólares acumulado após a devolução do canal (LUCE, 2018, p. 73). Tal exemplo mostra, na prática, como durante muito tempo um montante significativo foi transferido da periferia para o centro por meio da prática do monopólio sobre o canal.

Os quatro mecanismos de transferência de valor que se articulam na promoção da dependência utilizando a periferia como mecanismos de compensação à queda da taxa de lucro, aparentam realizar esta compensação no nível do mercado. Apenas aparentam, porque segundo Marini (2011, p. 147), ela é realizada no nível da produção interna - no mecanismo de superexploração do trabalho. Ou seja, se apenas a mercadoria trabalho tem o potencial criador de mais-valor, a reação da economia dependente à espoliação internacional de valor é compensá-la na produção interna através de uma intensificação da extração de valor da força de trabalho. Portanto, o próximo bloco será dedicado ao entendimento de como esta relação torna a classe trabalhadora dessas sociedade um importante ator das relações internacionais, uma vez que são os que sofrem diretamente os efeitos da dependência.

2.2.2.3 A superexploração da força de trabalho como consequência última da dependência

Como demonstrado até o momento, uma análise da dependência a partir da Teoria Marxista só encontra sua completude ao se chegar na categoria da superexploração da força de trabalho. Isso porque, a teoria do valor expõe como as contradições engendradas no processo de produção capitalista, exigem mecanismos de compensação traduzidos sob forma de transferência de valor da periferia para os centros econômicos. Como consequência, as

economias dependentes encontram na superexploração do trabalho, o mecanismo necessário na esfera da produção interna, para a reprodução do capitalismo dependente.

Entendemos a superexploração da força de trabalho, como o mecanismo de extração de mais-valor no qual “são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” Marini (2011, p. 149). Nesse sentido, se na lógica normal de reprodução do capitalismo a mercadoria trabalho é responsável por produzir o valor necessário para sua própria reprodução e o excedente apropriado pelo dono do capital, a partir da dependência, há uma violação do valor da força de trabalho, onde esse trabalhador têm tanto suas horas de excedentes apropriada, quanto o valor que ele mesmo produziu para sua subsistência - em relação ao consumo e a reposição de suas forças. Luce (2013, p. 172) classifica esta apropriação realizada pelo dono do capital dependente em: Violação do fundo de consumo e Violação do fundo de vida.

Segundo Mathias Luce (2013, p. 172) a violação do fundo de consumo se dá de duas maneiras: (1) remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, convertendo o que seria necessário para o consumo do trabalhador em acumulação de capital; (2) e através do aumento do valor da força de trabalho sem que seu salário acompanhe esta progressão. Nesse sentido, com base no primeiro item, o trabalhador da economia dependente não recebe o salário (expressão monetária do valor da força de trabalho) necessário para suprir suas necessidades básicas de subsistência como gastos com: moradia, alimentação, saúde, lazer, transporte, previdência, etc. Para além disso, o segundo item ilustra o caráter histórico da cesta básica, onde no decorrer do tempo alguns itens vão se agregando às necessidades indispensáveis para a reprodução da vida do trabalhador tornando a força de trabalho mais cara para o dono do capital. Exemplo disso, é a necessidade atual de acesso a meios de comunicação como o celular ou do acesso à internet, coisas que antes eram luxo e que progressivamente têm se tornado itens básicos de consumo.

Luce elucida que podemos encontrar no Brasil uma ferramenta importante para mensurar “a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor [que é] o salário mínimo necessário (SMN)” (LUCE, 2013, p. 173). O cálculo realizado pelo DIEESE³ desde 1970, utiliza o conceito de Salário Mínimo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que seria “o salário que constitui o piso para a estrutura salarial e é destinado a proteger os trabalhadores inseridos na base da distribuição salarial” (DIEESE, 2010, p. 19).

³ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>> . Acesso em: 12 de outubro de 2021.

Segundo a Convenção nº 131 da OIT, o objetivo de fixação de um salário mínimo é o estabelecimento de uma política de eliminação da pobreza, na qual o salário seja capaz de proporcionar proteção social assegurando a satisfação das necessidades de todos os trabalhadores e de suas famílias, levando em conta aspectos como o custo de vida, suas variações e o nível geral de salários no país (apud, DIEESE, 2010, p. 20).

Assim, uma vez estabelecido o salário mínimo constitucionalmente, essa instituição analisa o custo da cesta básica levando em consideração as particularidades de diferentes regiões do país. Com o resultado, tem-se uma estimativa de qual o Salário Mínimo Necessário para atender as necessidades dos trabalhadores de determinada região, em comparação ao Salário Mínimo Legal praticado no país (DIEESE, 2010, p. 118). Com base na série de dados oferecidos pelo DIEESE, Mathias Luce sintetiza sua análise do caso brasileiro da seguinte maneira:

Hoje em torno de R\$2.617,00 (outubro de 2012), o SMN equivale a mais de quatro vezes o salário mínimo vigente de R\$622,00. Se o salário não alcança a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração. Isto significa que a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor. (LUCE, 2013, p. 176).

Como pontuado pelo autor, através deste cálculo é possível plasmar a teoria do valor em número reais, sendo uma importante ferramenta analítica para se aprofundar no estudo de outros países. Somando-se a isso, o aumento do valor da força de trabalho sem que seu salário acompanhe esta progressão, ilustra que, em um cenário de defasagem do poder de compra e contínuo aumento de itens da cesta básica, a única forma de acesso a tais bens é o endividamento ou a submissão a carga extra de trabalho (LUCE, 2013, p. 184). Nesta situação, de endividamento, temos então uma já realizada violação do fundo de consumo no presente como a de rendimentos futuros, visto o comprometimento de parte do salário com a dívida. E com a carga extra de trabalho, abrimos espaço para a compreensão da violação do fundo de vida do trabalhador.

Esta segunda modalidade de violação se dá através do prolongamento da jornada e da intensidade do trabalho, tendo como consequência o desgaste prematuro de aspectos físicos e mentais do trabalhador (LUCE, 2013, p. 172). Nesse sentido, o prolongamento da jornada e o aumento da intensidade do trabalho atuam como violadores do fundo de vida do trabalhador. Ou seja, estas duas formas de exploração do trabalho atuam reduzindo a expectativa de vida, uma vez que se reduz o tempo de descanso para reposição das forças com a extensão da jornada, e/ou provocando doenças laborais, visto que o aumento da intensidade do trabalho se

reflete em uma exigência de mais produtividade em menos tempo, expondo o trabalhador a doenças, que segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) podem ser representadas como:

As reações agudas envolvem respostas psicológicas, como o aumento dos níveis de stress, fadiga e distúrbios do sono, além de hábitos de vida não saudáveis, como fumar, abusar do álcool, uma dieta irregular e falta de exercício. Os efeitos a longo prazo incluem uma incidência crescente de doenças cardiovasculares, distúrbios gastrointestinais e reprodutivos, distúrbios músculo-esqueléticos, infecções crônicas e doenças mentais.^{5, 6, 7} Além destas implicações na saúde, é claro que os horários de trabalho que envolvem regularmente muitas horas diminuem a segurança no local de trabalho, pois o risco de acidentes de trabalho e de lesões é mais elevado com o aumento da duração do horário de trabalho - uma situação dispendiosa para as empresas e que pode ser facilmente evitada. (OIT, 2020, p. 4-5).

Em outro relatório da OIT em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que ao menos 750.000 mortes prematuras possuem relação com a exposição a longas horas de trabalho⁴. Tais dados revelam que a superexploração da força de trabalho como forma de extração de mais valor afeta diretamente a vida do trabalhador das economias dependentes, de tal modo que, não há a possibilidade de compensação, mesmo com o aumento de sua capacidade de consumo. Mais que isso, uma vez entendida a relação da superexploração com a manutenção da acumulação no centro, podemos observar que se por um lado a DIT expõe o papel da produção dos países periféricos, a superexploração do trabalho revela a relação dialética da dependência, uma vez que a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor na economia dependente, é o pilar de sustentação da continuidade do processo de acumulação no centro.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA TMD COMO INSTRUMENTO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como foi possível observar ao longo do desenvolvimento teórico, a Teoria da Marxista da Dependência fornece uma compreensão da particularidade da periferia uma vez inserida no ciclo de acumulação capitalista. Isso porque, por meio da teoria do valor que assenta suas bases, entendemos o que é valor e como se dá sua produção. Mais que isso, foi possível compreender a lógica contraditória inerente à acumulação do capital que produz

⁴ OMS/OIT: Quase 2 milhões de pessoas morrem a cada ano de causas relacionadas ao trabalho. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_820318/lang--pt/index.htm> . Acesso em: 13 de outubro de 2021.

diversos mecanismos de compensação, na esfera internacional (circulação) e dentro do processo produtivo dos países dependentes (produção).

Tal mecanismo de compensação se realiza através da transferência contínua e crescente de mais-valor das economias periféricas para as centrais, que se manifesta na forma de deterioração dos termos de intercâmbio, serviço da dívida (remessa de juros), remessas de lucros, royalties e dividendos, e apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Os efeitos desta transferência de valor recaem em, última análise na vida do trabalhador dessas economias, que são sugados em seu poder aquisitivo e em suas forças até a exaustão.

A partir daí podemos enumerar algumas características que podem estar presentes na economia dependente a partir do que foi apresentado acima.

1. Renda nacional derivada da exportação de produtos primários ou de baixo valor tecnológico agregado. Isso se deve a demanda dos centros econômicos por matérias-primas e produtos primários para barateamento do seu capital constante e variável (MARINI, 2011, p. 140);
2. Constantes envios de remessas de lucro para corporações transnacionais que estão vinculadas ao capital nacional. Tal aspecto é uma das manifestações transferência de valor da nação dependente se dá através da remessas de lucros, royalties e dividendos. E é uma consequência de processos de abertura econômica que permitem investimentos externos diretos (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 117);
3. Processo de endividamento externo. Tal fenômeno se intensifica como ferramenta de transferência de valor a partir da fase financeirizada do capitalismo e constitui-se como um sistema com custos nocivos que estruturam o endividamento de forma permanente (FATORELLI, 2013, p. 43-49);
4. Presença de programas de desestatização e controle de setores estratégicos como saúde, educação, energia e serviços por empresas estrangeiras. Neste ponto encontramos tanto a busca pela apropriação de mais trabalho produtivo (aquele que gera mais-valor nas mãos do capitalista, diferentemente do que ocorre no funcionalismo público) (COGGIOLA, 2021, p.67), como também como forma de participação do processo descrito no item 2;
5. Superexploração da força de trabalho. Presente como mecanismo de compensação da queda da taxa de lucro a partir da esfera produtiva na economia dependente (MARINI, 2011, p. 147);

Estes fatores reunidos nos apresentam uma tendência generalizada da reprodução de uma economia dependente e se constituem como a maneira de se operacionalizar uma análise das relações internacionais a partir da Teoria Marxista da Dependência. Nesse sentido, as ferramentas analíticas da TMD podem ser identificadas pela análise dos produtos que compõem a renda nacional, das remessas de lucro enviadas ao exterior, do processo de endividamento em que o país se encontra, na presença de um programa de desestatização, bem como nas condições de exploração impostas a vida do trabalhador. Por meio deste processo, torna-se possível identificar em maior ou menor grau (considerando pode-se constatar a presença de todos estes aspectos ou não) a maneira pela qual se realiza o escoamento do valor produzido no país a ser estudado, em direção às potências econômicas.

Se por um lado a Lei do Valor identifica um movimento tendencial contraditório entre valor, preço de produção e preço de mercado que caracteriza de maneira geral o modo de produção capitalista (LUCE, 2018, p. 227), estes itens denominados como ferramentas analíticas da TMD ou, em outras palavras, a manifestação dependente da transferência de valor, constituem-se como leis próprias do capitalismo dependente (ibid, p. 227). Por meio de uma análise guiada pela investigação destas leis, pode-se compreender as bases estruturais específicas do capitalismo dependente que atravessam as relações políticas, econômicas e sociais do Estados, como resposta às relações contraditórias do mercado mundial apresentadas pela Lei do Valor.

Investigar se o aspecto econômico do *peacebuilding* auxilia na estruturação destas leis é compreender como um fenômeno, aparentemente novo, reproduz estruturas estudadas na América Latina na década de 1960 e possuem como similitude um projeto de desenvolvimento que alimenta relações internacionais e nacionais desiguais. Neste contexto, a TMD assume o caráter de ferramenta analítica das relações internacionais uma vez que elucida através da particularidade do estudo de caso do Timor Leste, um fenômeno historicamente global da relação entre centros econômicos e a periferia. Ressalta-se com isso, que o uso das ferramentas analíticas da TMD aqui, não possui caráter classificatório ou tipológico, mas sim, tem como objetivo a ampliação do debate acerca do que é desenvolvimento e da incompatibilidade entre o desenvolvimento nos moldes capitalistas e a resolução das desigualdades que originam o conflito, ou seja, seu uso como modelo econômico de pacificação.

2.4 A TEORIA CRÍTICA DA PAZ LIBERAL FRENTE A TMD

Iniciamos o debate em torno do conceito de desenvolvimento e aprofundamos a compreensão acerca da dependência com o objetivo de investigar o que seriam as bases do entendimento de desenvolvimento aplicado na prática por meio dos instrumentos de reconstrução pós-bélica adotados pela ONU. Através da Teoria Marxista da Dependência foi possível entender que o subdesenvolvimento não retrata a ausência de desenvolvimento, mas sim, um modelo de desenvolvimento internacional desigual derivado das contradições do próprio modo de produção capitalista. Assim, através desta teoria e suas ferramentas analíticas é possível realizar uma análise crítica da dimensão econômica do instrumento de *peacebuilding* e seus impactos sociais. Como nos auxilia Osório:

A agudização dos conflitos sociais no capitalismo dependente e da superexploração trazem consequências sobre o Estado de direito e o peso da lei, os quais são minados e aplicados discricionariamente. As leis não escritas têm um peso significativo na vida social. As instituições do Estado, por sua vez, manifestam fragilidade, não por imaturidade, senão pela particularidade que apresenta a imbricação do econômico com o político. Tudo o que foi dito é necessário para sustentar a condição de subsoberania no sistema interestatal, as particulares formas de exploração no plano local e as transferências de valor. (OSÓRIO, 2017, p. 49).

Nesse sentido, a expressão da relação de dependência é um cenário de agudização de conflitos e de violação dos direitos fundamentais à vida e às necessidades básicas que ela demanda. Mais que isso, segundo o exposto, uma estrutura econômica dependente se relaciona também a um Estado politicamente fragilizado pelas relações de subordinação econômica que o impactam. Ou seja, se as diretrizes econômicas e políticas do *peacebuilding* têm como intuito minar as causas estruturais do conflito identificando-as como, por exemplo: crises econômicas, fragilidade das instituições e ausência ou baixa presença de serviços sociais (PARIS, 2004, p. 3), sua contradição pode ser encontrada na concepção de que desenvolvimento nos moldes do capitalismo seria a chave de transformação deste cenário. Isso porque, estas causas estruturais do conflito, já se constituem, segundo a TMD, como resultado da contradição da própria estrutura capitalista.

Entretanto, cabe ressaltar e dar o devido destaque nesta seção a uma vertente teórica crítica que também analisa o entendimento de paz associado ao desenvolvimento capitalista de maneira crítica. Autores como Mark Duffield, Michael Pug, Oliver Richmond, Ramon Blanco e Roland Paris dedicam suas pesquisas à compreensão crítica sob os efeitos de um modelo de universalização da ideia de desenvolvimento presente do instrumento de

peacebuilding, que busca reconstruir as estruturas econômicas, políticas e sociais para implementação de democracias liberais orientadas ao livre mercado, denominando-o de Paz Liberal (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15). Ramon Blanco e Lucas Guerra ajudam a compreender dois principais campos críticos à chamada Paz Liberal: (1) Procedimentais: campo crítico no qual os autores “não questionam os pressupostos teóricos e ideológicos da paz liberal, apenas divergem acerca das melhores estratégias para avançar em relação à democratização e a mercantilização das sociedades pós-conflito” (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 17); (2) Estruturais: onde os autores realizam um “questionamento dos pressupostos normativos das operações de *peacebuilding* liberal, buscando evidenciar as conexões existentes entre essas e as relações de poder existentes no cenário internacional” (ibid, p. 17).

No contexto da dependência, o segundo grupo de autores chama atenção por apresentar um importante ponto de encontro com o pensamento da TMD - o reconhecimento do caráter estrutural e das relações de poder presentes no cenário internacional. Ou seja, diferentemente da análise procedimental, a busca pelo entendimento estrutural passa também pela compreensão da ideologia que fundamenta a reprodução dessa estrutura. Blanco e Guerra trazem também três dimensões de análise destas teorias críticas: “(1) as operações de *peacebuilding* e a paz liberal como mecanismos de solução de problemas; (2) o papel desempenhado por elas na perpetuação de uma ordem mundial neoliberal e (3) a participação das organizações internacionais nesse processo” (ibid, p. 20). Nelas podemos encontrar respectivamente três respostas para: O problema central que o *peacebuilding* busca solucionar; quem é beneficiado com este instrumento de reconstrução; qual o papel das Organizações Internacionais nesta lógica.

Bellamy, Williams e Griffin (apud. BLANCO; GUERRA, 2018, p. 20) identificam como principal motivação para as operações de reconstrução pós-bélica, a necessidade de controlar eventos que ameacem a acumulação capitalista mundial. Além disso, reconhecem também no capitalismo a fonte geradora de condições desfavoráveis que culminam em conflitos. Em termos gerais, o motor das ações da Paz Liberal está na necessidade de garantir o pleno abastecimento de matérias-primas, capitais e mão-de-obra, sendo o cenário de conflito um obstáculo para este livre fluxo do qual os centros econômicos dependem.

Nesse sentido, Ian Taylor (2010, p. 155) coloca que os principais beneficiários são as elites transnacionais, que se engajaram na formação de uma agenda de disseminação das estruturas políticas e econômicas necessárias para a reprodução de sua riqueza. Os interesses dessas classes se relacionam com a resolução de conflitos e as reformas estruturais na medida em que sua riqueza depende de “[...] um sistema global estável de múltiplos estados para

manter o tipo de ordem e previsibilidade de que o capitalismo - mais do que qualquer outra forma social - necessita” Ian Taylor (2010, p. 155, tradução nossa⁵). Nessa mesma linha, as Organizações Internacionais ganham um papel decisivo:

Obviamente, a afirmação do neoliberalismo como o discurso hegemônico não ocorreu apenas: 'é um sistema social que [teve] que lutar para criar e reproduzir sua ordem hegemônica globalmente, e para fazer isso grande número de locais, nacionais, internacionais e organizações globais [foram] estabelecidas 'para promover as novas normas de organização. O papel de tais organismos (intelectuais orgânicos na linguagem Gramsciana) é promover' uma concepção uniforme do mundo em uma sociedade cada vez mais transnacional'. A economia global integrada é uma nova elite transnacional, que atualmente ocupa as posições de poder onde as decisões vis-à-vis a governança global são tomadas. (TAYLOR, 2010, p. 155, tradução nossa⁶).

Desse modo, como citado acima, o papel ocupado pelas Organizações Internacionais é o de disseminar os interesses daqueles que ocupam uma posição de poder no mundo, ou como colocado pelo autor, no capitalismo neoliberal, uma elite transnacional. Esses interesses particulares, portanto, serão difundidos como interesses universais, assumindo sua forma, por exemplo, no discurso do desenvolvimento como forma de se alcançar a paz. Reconhece-se com isso, através do arcabouço teórico crítico à Paz Liberal, o papel ocupado pela periferia na distribuição e concentração de riqueza no mundo capitalista, os esforços em benefício próprio dos donos dos capitais em torno da manutenção de seus lucros por meio da contenção dos conflitos, e o compromisso dos organismos internacionais com os interesses dessa classe.

Tendo em vista a importância destas contribuições, cabe destacar que, ao optarmos por uma leitura da Teoria Marxista da Dependência para o instrumento do *peacebuilding*, não temos a intenção de deixar de lado os esforços críticos já existentes em torno do tema. Mas, enriquecer o debate ao trazer dois elementos importantes para além do que já vem sendo exposto. O primeiro refere-se a explicação da totalidade da acumulação capitalista a partir da especificidade dos impactos de sua lógica contraditória na periferia, mais especificamente sobre como as estratégias de desenvolvimento capitalista podem impor um ônus irreparável na esfera da produção à classe trabalhadora. O segundo tem relação com uma virada

⁵ Texto original: [...] a stable global system of multiple states to maintain the kind of order and predictability that capitalism – more than any other social form – needs.

⁶ Texto original: Obviously, the assertion of neoliberalism as the hegemonic discourse has not just occurred: 'it is a social system that has [had] to struggle to create and reproduce its hegemonic order globally, and to do this large numbers of local, national, international and global organizations [were] established' to promote the new organizing norms. The role of such bodies (organic intellectuals in Gramscian parlance) is to advance 'a uniform conception of the world on an increasingly transnational society'.¹⁰ The agents of the increasingly integrated global economy are a new transnational elite, who currently occupy the positions of power where decisions vis-à-vis global governance are made.

epistemológica que traz uma teoria fundada na periferia como referência para a análise internacional. Sobre este último ponto, Teresa Cravo e Manuel Pureza esclarecem que:

[...] os Estudos para a Paz carecem de uma profunda descolonização. O que foi até agora uma sólida elaboração conceptual a partir do Norte, precisa cada vez mais de aprender com o Sul e as suas singularidades. A materialização desta aprendizagem permitir-lhes-á reinventar o seu teor emancipatório e libertar-se da praxis social e política que têm subscrito até agora. (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 15-16).

E acrescentam:

Aprender com o Sul significa, muito concretamente que as políticas públicas alicerçadas no universo conceptual dos Estudos para a Paz, designadamente em sede de reconstrução pós-conflito ou de prevenção de conflitos e gestão de crises, têm que ganhar mais distância face ao receituário-padrão formulado nas academias e chancelarias do Norte e conferir um lugar mais central aos actores locais, seja dando mais atenção a práticas radicadas nos costumes locais e aos contextos culturais e sociais regionais, seja atribuindo à capacitação das sociedades locais o estatuto de prioridade absoluta dessas políticas. (PUREZA; CRAVO, 2005, p. 16)

Assim, como colocado pelos autores, reconhecemos a problemática gerada por este receituário-padrão presente nas ideias relacionadas ao desenvolvimento/subdesenvolvimento. Além disso, aprender com o sul neste caso, significa trazer a abordagem da TDM para análise de um fenómeno fora do eixo latino-americano, constituindo-se como um esforço de alargamento internacional de uma teoria, que apesar de ser inicialmente pensada a partir das problemáticas da América Latina, traz uma profunda compreensão da dinâmica de acumulação capitalista na periferia global. Mais que isso, nos ajuda a trazer o debate centrado na relação entre Estados Nacionais para a relação entre o internacional e a vida de trabalhadores comuns.

2.5 CONCLUSÃO

Iniciamos este debate a partir da centralidade que as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento possuíram nas teorias sociais pós-Segunda Guerra e durante a Guerra-Fria, de tal modo a impactar a construção do discurso em torno da construção da paz a partir de 1990. Percebemos em decorrência disso, o quanto o entendimento de desenvolvimento aplicado no instrumento de *peacebuilding* pode ter uma estreita relação com as bases da teoria desenvolvimentista que entende o subdesenvolvimento como atraso, ausência de desenvolvimento e que enxerga no horizonte de desenvolvimento sob o molde capitalista o encontro do bem-estar social. Nesse sentido, a ausência de desenvolvimento, pobreza e desigualdades, reconhecidas como as causas fundamentais dos conflitos em "Uma

agenda para a paz”, teriam como resposta reformas estruturais na política e na economia para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, através do *peacebuilding*.

Entretanto, foi possível observar também que a categoria desenvolvimento não é universalmente aceita. Seu surgimento foi acompanhado pelo esforço teórico de pensadores latino-americanos que observaram as contradições expressas em seus territórios a partir dos intentos de desenvolvimento. Estes autores, responsáveis pela fundação da Escola da Dependência, traduzem o subdesenvolvimento como uma faceta do desenvolvimento em sua manifestação desigual. Mais especificamente a Teoria Marxista da Dependência, contribui para análise do desenvolvimento com o entendimento de uma relação de subordinação entre centros econômicos e periferia, indispensável para a reprodução do capitalismo, uma vez que as contradições presentes nesse modo de produção inserem a periferia no mercado internacional como um território de compensação à contínua queda do lucro.

Além disso, observamos através das ferramentas analíticas da TMD aspectos concretos de realização de transferência de valor, bem como, os impactos gerados na esfera produtiva que resultam na superexploração do trabalho. Sem deixar de reconhecer a importância de teorias críticas à Paz Liberal, pontuamos escolha analítica da TMD pela importância do uso de uma produção nascida na periferia e pela possibilidade de operacionalização destas ferramentas que desvelam camadas mais profundas das contradições do capitalismo, agregando a perspectiva da força de trabalho. Encerrando, com isso, a argumentação teórica.

Conclui-se dessa forma, que pensar os conflitos a partir de suas fontes, requer compreender as especificidades de cada território. Isso significa levar em conta as relações sócio-históricas presentes em cada país, como também, desvendar os interesses que assumem a forma de política internacional a partir de suas consequências em termos de Estado e de vida das populações. E uma vez compreendidos esses aspectos em uma dimensão teórica, cabe agora analisar em profundidade o instrumento de *peacebuilding*, mais especificamente, a esfera econômica desse processo multidimensional de reconstrução pós-conflito, a fim de compreender se as propostas e soluções apresentadas inserem-se na lógica de reprodução da dependência e todas as suas manifestações como contradições sociais.

3 A DIMENSÃO ECONÔMICA DO PEACEBUILDING: CONSTRUINDO DESENVOLVIMENTO OU REPRODUZINDO A SUBORDINAÇÃO?

O final da Guerra Fria é marcado pelo número crescente de eclosões de conflitos armados, totalizando cerca de 118 entre 1989 e 2001 (WALLENSTEEN et al, 2002, p. 616). Tais conflitos, contudo, apresentaram novas características em relação aos acontecidos anteriormente. Por ocorrerem dentro de um único Estado, com fontes beligerantes internas, estes conflitos são classificados por Roland Paris (2004, p. 1), como guerras civis. Paris destaca também que eles representavam ao mesmo tempo uma ameaça humanitária e estratégica - humanitária pelo envolvimento de civis, representando 90% das vítimas da guerra, como também pelo ataque a não combatentes como arma de guerra (estupro, execução em massa, limpeza étnica); e estratégica pelas situações de conflito transbordarem os limites fronteiriços como fonte de movimentação em massa de refugiados, provocando conflitos em Estados vizinhos, ou ao utilizar o ambiente internacional como local de reivindicação de demandas⁷ (PARIS, 2004, p. 1-2). Para além disso, Artur Zimmerman (2009, p. 5) destaca uma alta tendência de recorrência, 30% dos conflitos entre 1969 e 1997 são recorrentes devido a processos de negociação mal executados ou relacionados ao sentimento de injustiça de alguma parte.

Nesse sentido, foi necessário que a ONU, principal organização da comunidade internacional, repensasse seu modelo de atuação na contenção de conflitos violentos pelo globo. Até o período da Guerra Fria, a organização enxergava a paz e a segurança internacional de maneira ortodoxa a partir de um caráter militarista e estadocêntrico. Com isso, predominavam as operações nas quais forças militares eram enviadas para separar as partes beligerantes, monitorar o processo de cessar-fogo e patrulhar um terreno neutro entre antigos combatentes (BLANCO, 2014, p. 268). Entretanto, no pós-Guerra Fria, torna-se comum uma ação voltada para além do cessar-fogo com o intuito de impedir a recorrência destas guerras civis, identificando-se assim razões subjacentes aos conflitos, como: a animosidade mútua, o ressentimento, o medo, a disposição de armamento, crise econômica, ausência de instituições e pouco serviços sociais. Estas operações multidimensionais que

⁷ Paris traz como exemplo os casos de: Kosovo em 1999, que provocou um deslocamento em massa de refugiados em direção a Macedônia; Ruanda em 1990, no qual o conflito alcançou o país vizinho, Zaire, desencadeando uma guerra nacional; Ataque do 11 de setembro de 2001, expondo a força das conexões internacionais e como o ambiente internacional pode ser utilizado para pautar demandas locais (PARIS, 2004, p. 1-2).

buscavam atender esta gama de problemáticas foram denominadas “*peacebuilding*” (PARIS, 2004, p. 3).

Paris (2004, p. 4) aponta que entre as principais funções do *peacebuilding* estavam: escrever/reescrever constituições, organizar eleições, tutorar policiais, advogados e juízes, formular políticas econômicas e assumir a administração de territórios. Desse modo, tornou-se necessária a aplicação de estratégias políticas e econômicas para suprir essas fontes indiretas de conflito. Paula Duarte Lopes esclarece ao menos duas abordagens que apresentam perspectivas diferentes acerca do espectro político e econômico: (1) uma excludente, na qual as reformas econômicas visando o desenvolvimento são vistas como um esforço posterior a organização política; (2) e outra inclusiva, onde compreende-se que a construção das instituições políticas caminham junto com estratégias econômicas para o desenvolvimento do país em busca de um cenário de paz duradoura (LOPES, 2013, p. 54).

Ainda assim, para a compreensão das estratégias políticas e econômicas adotadas no *peacebuilding*, torna-se necessário recuperar o contexto histórico do final da Guerra Fria. Isso porque, segundo Fernando Cavalcante (2010, p. 7-12) este período é marcado por uma maior liberdade de atuação da ONU através do fim da disputa bipolar no conselho de segurança e pelo alargamento do conceito de segurança, em termos de ameaça e atores, imposto pela mudança de característica dos conflitos (passam a incorporar razões e atores intraestatais).

Para além disso, a queda da União Soviética encerrou a disputa estabelecida na década de 1950 sobre o modelo político-econômico capaz de livrar os países periféricos do subdesenvolvimento, lançando-os ao caminho do desenvolvimento (KEMER et al., 2016, p. 140). Atualizada pelo Consenso de Washington e incorporada pelas principais Instituições Financeiras Internacionais (FMI e Banco Mundial), a perspectiva norte-americana de desenvolvimento vencedora da Guerra Fria postula que a adoção política de instituições democráticas permeadas pela maximização da liberdade econômica são o caminho para o desenvolvimento (DOS SANTOS, 2020, p. 9). Mais que isso, uma vez que o desenvolvimento pode sanar as questões subjacentes aos conflitos, ele também seria responsável por criar as condições para uma paz duradoura (PARIS, 2004, p. 5).

Sobre este aspecto, Ramon Blanco, Thaíse Kemer e Alessandro Pereira reforçam que documentos como Agenda para o Desenvolvimento (UN, 1994) ou o Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 1994) trazem uma intensa preocupação em relação ao desenvolvimento, incorporando o modelo de democracias de livre mercado. O PNUD, por exemplo, tem um papel fundamental no estreitamento da relação entre paz e desenvolvimento

(KEMER et al., 2016, p. 142). Contudo, estudos críticos das operações de construção da paz⁸ abrem um debate acerca dos problemas inerentes a um modelo de universalização da ideia de desenvolvimento presente do instrumento de *peacebuilding*, que busca reconstruir as estruturas econômicas, políticas e sociais para implementação de democracias liberais orientadas ao livre mercado (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15).

O objetivo deste capítulo é aprofundar a análise da dimensão econômica, bem como da perspectiva de desenvolvimento incorporada ao *peacebuilding* a partir da investigação de fontes primárias, secundárias e documentos oficiais. Por meio delas, poderemos compreender como se estabelece a conexão entre construção da paz e desenvolvimento, além do papel e impacto das Instituições Financeiras Internacionais nas orientações econômicas desse instrumento. Para tal finalidade, este capítulo encontra-se organizado em três partes. Primeiramente, é realizada uma análise histórica das condições que contribuem para a passagem de operações de paz centradas no cessar-fogo, ao instrumento de construção da paz multidimensional – *peacebuilding*. Nesta seção, é delineada a evolução histórica dos instrumentos de atuação para a paz da ONU e a mudança de paradigma no conceito de paz a partir do pós-Guerra Fria, que resultou na criação do instrumento de *peacebuilding*. Posteriormente, é analisada a arquitetura do instrumento de *peacebuilding*, buscando compreender sua dimensão econômica, a saber, quais os princípios econômicos e instituições que guiam o processo. Na terceira seção, sob a luz das ferramentas analíticas da Teoria Marxista da Dependência, analisamos os mecanismos de transferência de valor presentes nas recomendações do FMI e Banco Mundial.

3.1 ANÁLISE HISTÓRICA DOS INSTRUMENTOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E CONSTRUÇÃO DA PAZ

Já no primeiro parágrafo do artigo 1 da Carta de São Francisco, assinada em 26 de junho de 1945, pode-se encontrar como objetivo da Organização das Nações Unidas, a busca pela manutenção da paz e segurança internacional, comprometendo-se a “tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz [...]” (UN, 1945). Nesse sentido, desde este período, a

⁸ Divergindo acerca das melhores estratégias para avançar em relação à democratização e a mercantilização das sociedades pós-conflito, ou questionando os pressupostos normativos das operações de *peacebuilding* liberal, autores como Mark Duffield (2001), Michael Pug (2005), Oliver Richmond (2016), Ramon Blanco (2014) e Roland Paris (2004) dedicam suas pesquisas à compreensão crítica sob os efeitos de um modelo de universalização da ideia de desenvolvimento presente do instrumento de *peacebuilding* (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15-17).

instituição vem desenvolvendo instrumentos que sejam capazes de promover a pacificação dos territórios. Dentre eles, podemos encontrar as operações de paz que estão constantemente se transformando a partir do contexto histórico e ameaças de cada tempo (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 8).

Estes instrumentos, portanto, refletem a percepção da organização acerca do que é segurança internacional e os atores que envolvem o tema, além de refletir também, o pensamento acadêmico dos estudos pela paz predominante em cada período. Ramsbotham, Miall e Woodhouse (2011, p. 35) destacam que a formação de centros de pesquisa para compreender a questão da paz remonta à década de 1950, com uma forte preocupação em relação à prevenção de uma terceira Guerra Mundial. Assim, a primeira e segunda geração destes estudiosos, de 1950 a 1980, compreendiam a segurança internacional a partir da tensão bélica derivada da Guerra Fria e dos perigos de uma aniquilação nuclear (ibid, p. 35-36).

Devido a este contexto, a produção acadêmica deste período posicionava os Estados como os principais atores da segurança internacional, uma vez que neles encontrava-se a principal ameaça a esta segurança - o risco nuclear (BLANCO, 2014, p. 268). Sendo assim, pouco se problematizava acerca das fontes internas dos conflitos, excluindo-se temas e atores não estatais (ibid, p. 268). Não por acaso, este pensamento permeava também as ações das Nações Unidas, assim como aponta Blanco:

[...] a manutenção da paz implicava numa força militar que funcionava como uma espécie de apaziguador entre os Estados e era vista como um mero instrumento para manejar o conflito, conter o conflito e suprimir o conflito, ocupando-se dos sintomas sem a preocupação com a resolução fundamental de conflitos violentos. [...] as missões de manutenção da paz costumavam ser utilizadas para apoiar os Estados para que se resolvessem entre eles as disputas que poderiam surgir em suas relações exteriores. (BLANCO, 2014, p. 268-269, tradução nossa⁹)

Dessa forma, as operações de paz eram formadas por observadores e tropas pouco armadas, realizando o monitoramento de zonas neutras, a construção de confiança entre as partes envolvidas no conflito, apoiando o cessar-fogo e estabilizando de forma pacífica os locais beligerantes (KEMER et al., 2016, p. 142). Tais operações encontram sua sustentação nos capítulos VI e VII da Carta das Nações, que versam respectivamente a respeito da “Solução Pacífica de Controvérsias” e “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e

⁹ Texto original: [...] el mantenimiento de la paz implicaba una fuerza militar que fungía como una especie de amortiguador entre dos Estados y era visto como un mero instrumento para “manejar el conflicto, contener el conflicto o suprimir el conflicto ocupándose de los síntomas sin preocuparse por la resolución fundamental” de conflictos violentos. [...] las misiones de mantenimiento de la paz solían utilizarse para “apoyar a los Estados para que resolvieran entre ellos las disputas que pudieran surgir en sus relaciones exteriores”.

Ato de Agressão” (UN, 1945). Assim, até então sem uma taxonomia própria, as operações eram aplicadas pelas Nações Unidas de modo a solucionar os sintomas do conflito através do trabalho diplomático entre as partes, auxílio na formulação de acordos e separação das partes beligerantes garantindo uma zona neutra. Blanco (2014, p. 269) reforça ainda que esta atuação, durante a Guerra-Fria, estava baseada pelo que os autores Alex Bellamy, Paul Williams e Stuart Griffin, denominaram de “santíssima trindade”, constituída por três pilares: “consentimento, imparcialidade e uso mínimo da força” (BLANCO, 2014, p. 269).

Além disso, outros fatores contribuíram para esta atuação das Nações Unidas. Dentre eles, podemos citar a limitação da capacidade de atuação da ONU devido a bipolaridade que dominava o Conselho de Segurança. Isso porque, segundo os capítulos VI e VII da Carta da ONU (1945) que versam sobre a resolução de conflitos, encontramos como responsabilidade do Conselho de Segurança a identificação de ameaças à paz e a decisão sobre sua resolução. Dawisson Lopes e Guilherme Casarões (2009, p. 21) apontam que durante o período da Guerra Fria puderam ser observados 238 vetos, dentre eles, a URSS foi responsável por um total de 117 e os EUA por 70. A participação dos outros países (China, Reino Unido e França) corresponde a um montante de 51 vetos. A principal razão para esta quantidade de vetos encontrava-se nos interesses das duas potências que protagonizaram esta guerra, que somavam a intolerância de interferências em suas áreas de interesse com divergências entre os modelos de governança capitalista e socialista (CAVALCANTE, 2010, p. 9). Neste sentido, uma atitude da ONU em relação a agressões internacionais, encontrava-se limitada a casos nos quais as duas potências estivessem indiferentes (LOPES; CASARÕES, 2009, p. 20).

Entretanto, no final da década de 1970, ganha espaço uma geração de pesquisadores da paz que passam a entender o conflito a partir de múltiplas causas e resoluções, contribuindo com isso para o alargamento do entendimento de segurança, ameaças e atores (RAMSBOTHAM et al, 2011, p. 49-50). Em “Three Approaches to Peace” escrito em 1976 pelo autor Johan Galtung, realiza-se uma leitura multinível para a paz, entendendo que esta só pode ser alcançada mediante a modificação das estruturas (infra/nacional, e super/internacionais) que geram o conflito. Além disso, aponta as limitações da abordagem dissociativa, peacekeeping, destacando que a separação das partes antagônicas limita-se a contenção da violência direta (GALTUNG, 1976, p. 103-107), e da abordagem de resolução de conflito, peacemaking, explicando que o acordo entre as partes pode ser influenciado pela pressão de terceiros e pelas preferências dos líderes dos grupos antagônicos (ibid, p. 108-110).

A leitura da paz como uma estrutura de vários níveis deriva da compreensão do autor acerca da violência. Segundo Galtung (1969, p. 167), a violência constitui-se como a antítese

da paz, ou seja, para ele, a paz é representada pela ausência de violência. Violência, por sua vez, é entendida como a privação ou limitação das realizações somáticas e mentais humanas (ibid, p. 168). Em outras palavras, a violência pode ser identificada na destruição dos meios de subsistência de uma população durante uma guerra, ou mesmo em casos de tortura, uma vez que em ambos os casos há a privação das necessidades somáticas (corporais) e/ou mentais de uma população.

Contudo, Galtung aponta também para a existência de outros tipos de violência nas quais não é possível identificar um autor direto da violência, como por exemplo, uma sociedade marcada pela distribuição desigual de recursos - renda, educação, serviços médicos, alimentação (GALTUNG, 1969, p. 171). O autor ressalta ainda que “[...] se as pessoas passam fome quando isso é objetivamente evitável, a violência é cometida, independente de haver uma clara relação sujeito-ação-objeto [...]” (ibid, p. 171, tradução nossa¹⁰). Nesse sentido, Galtung denomina esse tipo de violência como violência estrutural (ibid, p. 172-173), por suas causas estarem relacionadas a problemas na estrutura sociopolítica nacional ou internacional. Em contrapartida, quando há um sujeito da ação definido, será entendida como violência direta, e assim como Peter Wallensteen (2011, p.15) complementa, ela pode ser exemplificada por: conflitos armados, guerra, genocídio, conflitos civís, violência sexual como arma de guerra e outros.

Considerando a existência destas diferentes manifestações da violência, outros dois conceitos tornam-se relevantes - paz positiva e paz negativa. A ampliação do debate acerca do que é paz e violência suscita também uma nova compreensão sobre a construção da paz e o combate a violência. Gilberto Oliveira (2017, p. 155) nos auxilia a compreender que a paz negativa refere-se aos esforços que visam a contenção/eliminação do conflito direto, utilizando as categorias anteriormente citadas, são esforços direcionados para a resolução da violência direta. O termo negativo deriva do entendimento de que, uma vez que o conflito possui causas mais profundas, este tipo de esforço só possui funcionalidade de curto prazo, ou seja, constrói um modelo de pacificação auto-sustentável.

Por outro lado, a categoria paz positiva, é utilizada para denominar os esforços de construção da paz que visam corrigir ou reconstruir as estruturas responsáveis pelo fomento do conflito direto (OLIVEIRA, 2017, p. 155). A justificativa para tal, é a de que, caso não se modifiquem as estruturas que provocam o conflito, todos os esforços anteriores acabam sendo desperdiçados. Deste modo, conectando as abordagens de atuação pela paz, as duas formas de

¹⁰ Texto original: [...] if people are starving when this is objectively avoidable, then violence is committed, regardless of whether there is a clear subject-action-object [...]

manifestação da violência e as categorias paz positiva e negativa, podemos posicionar as operações de paz realizadas até então pela ONU como abordagens que focam na resolução da violência direta, caracterizando-as como esforços que resultam em uma paz negativa.

Somente em 1992, Boutros Ghali, então secretário geral das Nações Unidas, em “Uma Agenda para a Paz”, torna mais claro os instrumentos de atuação da ONU já utilizados nas operações de paz, além de propor nova taxonomia para definir cada um (UN. 1992, p. 2). Realizando uma associação entre os esforços já citados acima e a taxonomia proposta por Ghali, podemos identificar que os instrumentos predominantes durante a Guerra-Fria são: *Preventive Diplomacy*, *Peacemaking* e *Peacekeeping* (UN. 1992, p. 5). *Preventive Diplomacy* ou diplomacia preventiva, é classificado como o instrumento responsável pela prevenção de disputas ou contenção, de modo a não permitir a evolução para um conflito. *Peacemaking*, por sua vez, constitui-se como a ação voltada para o acordo pacífico entre as partes do conflito. Por fim, o *Peacekeeping* é caracterizado pela intervenção da ONU no país, para garantir, através de suas tropas, a separação das partes beligerantes (ibid, p. 5). Neste documento, contudo, pode-se observar uma mudança de paradigma em relação ao entendimento da segurança internacional, ameaças e atores, mostrando a incorporação das contribuições de Galtung na prática organizacional da ONU.

Tal aspecto pode ser observado no reconhecimento de Boutros Ghali a respeito das origens do conflito, atribuindo-as a temas relacionados ao crescimento populacional descontrolado, endividamento dos países, barreiras comerciais, drogas, desigualdade econômica, doenças, fome, opressão e migração forçada (UN. 1992, p. 3). Mais especificamente, o ex-secretário pontua que “os esforços da Organização para construir a paz, a estabilidade e a segurança devem abranger questões além das ameaças militares, a fim de quebrar os grilhões da contenda e da guerra que caracterizam o passado” (ibid, p. 3). Dessa forma, a partir de então, tem-se a adoção do *peacebuilding*, um novo instrumento que condensa em seu conceito todos os esforços anteriores, bem como, a ampliação de seu escopo de atuação.

O “*peacebuilding*” é o instrumento que sintetiza tanto as ações de contenção do conflito anteriormente mencionadas, como também, os esforços “para identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz a fim de evitar uma recaída no conflito” (UN. 1992, p. 5). Desse modo, a mudança paradigmática inaugurada com o *peacebuilding* está no entendimento de que os esforços para a paz precisam ir além das questões militaristas, sendo a operação também responsável por identificar as estruturas políticas e econômicas que dão origem ao conflito e (re)construí-las. Sendo assim, ao adotar o *peacebuilding* como

instrumento das ações pela paz a partir de “Uma agenda para a paz” (UN, 1992), Boutros Ghali, reposiciona a ONU como promotora de um modelo de paz positiva. Ressalta-se que não há, com isso, a exclusão dos instrumentos anteriores, mas uma complementaridade que visa garantir que os esforços desempenhados na contenção do conflito tenham resultados duradouros.

Esta fundamentação permite compreender quais os objetivos esperados para as missões de *peacebuilding* - o enfrentamento da violência estrutural, a partir da identificação e correção das estruturas que causam o conflito, tendo como objetivo uma pacificação auto-sustentável (paz positiva). Mais que isso, abre-se o caminho para a percepção de novos atores e ameaças, tendo em vista a ampliação dos conceitos de paz e segurança. Assim, a próxima seção busca analisar as razões pelas quais o período do pós-Guerra Fria tornou-se o momento deste giro paradigmático e como o modelo de desenvolvimento capitalista é incorporado de forma indissociável à perspectiva econômica do *peacebuilding*.

3.1.1 Conexões históricas, políticas e econômicas da virada paradigmática

Como observado, o final da Guerra Fria traz consigo mudanças políticas, econômicas e sociais que pavimentam um ambiente favorável para a aplicação de um instrumento de construção da paz multidimensional. Isso porque, a aplicação de um processo de reconstrução pós-bélica multidimensional traz consigo a necessidade de uma maior autonomia das Nações Unidas, uma demanda global, bem como, de uma perspectiva teórica e ideológica que permita selecionar o que será entendido como ator, ameaça e segurança, além da compreensão sobre o que será construído como estrutura favorável à uma paz autossustentável. Assim, analisaremos a seguir como o fim da Guerra Fria pavimentou este cenário de: maior autonomia da ONU, demanda global por processos de reconstrução e perspectiva teórico e ideológica que conecta o desenvolvimento como solução para as estruturas fomentadoras do conflito.

3.1.1.1 O crescimento da autonomia das Nações Unidas

Considerando as limitações impostas pela bipolaridade da Guerra Fria ao Conselho de Segurança, e conseqüentemente às possibilidades de atuação das Nações Unidas, a partir de 1980 presenciou-se uma mudança neste cenário. Neste período, EUA e URSS passaram a mostrar sinais de aproximação, reduzindo o engajamento em conflitos armados no território

de terceiros, além da assistência econômica e militar aos países aliados (CAVALCANTE, 2010, p. 8). Em 1990, os dois países assinalaram através do envio de uma carta oficial ao Conselho de Segurança, o compromisso e apoio aos princípios de paz, segurança e cooperação conforme a Carta da ONU (ibid, p. 8). O reflexo desta redução de tensão na relação entre os dois países pode ser observado nos números de vetos deste período no Conselho de Segurança, marcando entre 1996 e 2002 sete vetos no conselho, contra os 230 vetos entre 1946 e 1995 (LOPES; CASARÕES, 2009, p. 21).

A maior possibilidade de atuação das Nações Unidas resultou no fomento às mudanças institucionais. Observa-se com isso, o aumento do número de operações e agentes envolvidos em conflitos. Em números, entre 1989 e 1994 temos o estabelecimento de 20 novas operações e um aumento de 11 mil para 75 mil agentes atuando em conflitos (KEMER at al, 2016, p. 139). Além disso, em 1992 têm-se a criação do DPKO (Departamento de Operações de Apoio à Paz) transferindo as responsabilidades que até então cabiam ao subsecretário geral para um departamento específico, uma expansão dos mandatos das operações recém-criadas, a flexibilização dos princípios que guiavam a atuação das operações de paz (consentimento, imparcialidade e restrição do uso da força) (CAVALCANTE, 2010, p. 15).

Entretanto, o aumento da capacidade de atuação da organização não pode ser traduzido automaticamente no aumento das operações de paz. O aumento das operações, as reformas institucionais de ampliação do atendimento da instituição e a mudança paradigmática em relação a ameaças e segurança - tema central a ser compreendido - derivam também, de uma necessidade de resposta à demanda internacional que surge ao final da Guerra Fria. Assim, o próximo item dedica-se a delinear o contexto internacional que solicitou estas mudanças.

3.1.1.2 Novas ameaças e atores: a ampliação do conceito de segurança

A partir da década de 1990, o número de conflitos violentos aumenta consideravelmente. James Fearon e David Laitin (2001, p. 33) mostram que, comparado a décadas anteriores, os 34 conflitos que eclodem neste período representam o maior índice desde 1945, e quando comparado à década anterior percebe-se que o número dobrou. Segundo Mary Kaldor (2013, p. 2-3), até este momento as guerras tinham como atores principais as forças armadas e os Estados, com objetivos geopolíticos ou ideológicos e eram marcadas pelas batalhas entre Estados visando o controle territorial, impactando conseqüentemente na

abordagem das primeiras gerações dos estudos pela paz e no modelo de atuação da ONU. Contudo, os conflitos que emergem pós-Guerra Fria assumem outras características em termos de atores, objetivos e métodos (ibid, p. 2-3).

Utilizando a denominação de “New Wars” (novas guerras), Kaldor (2013, p. 1-3) defende o termo “novas” por estas guerras agregarem características e exporem temas que não podem ser solucionados com as mesmas estratégias de guerras anteriores. Considerando este mesmo aspecto, Paris (2004, p. 1) reconhece-as como guerras civis, considerando que sua principal característica é a ocorrência dentro de um único Estado, com partes beligerantes internas a ele. Neste sentido, Kaldor (2013, p. 3) aponta que estas guerras civis trouxeram o desafio internacional de lidar com novos atores estatais e não estatais, como: forças armadas, segurança privada, mercenários jihadistas e paramilitares. Ou seja, o Estado deixa de ser o único perpetrador da violência nos conflitos. Para além disso, ela esclarece que este novo modelo acaba com o personagem vencedor, ao passo que o objetivo dos grupos envolvidos é a defesa de seu interesse através do acesso a espaços de poder dentro do próprio Estado, e tendem a se espalhar ou se repetir na medida em que o lado contrário conquista algum ganho político ou econômico (ibid, p. 3).

Ao analisar os Estados nos quais estes conflitos eclodem, a autora insere no debate a fragilidade desses Estados, seja política, econômica ou institucional (ibid, p. 1). E esta fragilidade não se situa no acaso. O fim da Guerra Fria, é acompanhado pelo fim dos massivos auxílios econômicos e militares ofertados pelas superpotências, resultando em crises sociais, políticas e econômicas nos países da periferia global (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 9). Coadunando com a hipótese levantada por Kaldor, verifica-se nestes Estados a formação de grupos rebeldes disputando recursos e pondo em pauta questões históricas de cunho étnico, religioso e identitário (ibid, p. 9).

Com isso, nota-se até então que, além dos conflitos terem como epicentro o ambiente intraestatal, possuem novos atores, objetivos e conseqüentemente outras razões para sua eclosão. Contribuindo para este aspecto, Roland Paris (2004, p. 2) acrescenta que as guerras civis deste período chamam atenção como ameaça a estabilidade regional e global pelo transbordamento do conflito para além das fronteiras, citando, como exemplo, os problemas ocasionados pela crise de refugiados e pela internacionalização de redes de crime e terroristas. Os novos meios de comunicação também são somados a este processo de internacionalização de conflitos locais, ao conectar as redes grupos de interesse no mundo e fortalecer a cobertura midiática (KALDOR, 2013, p. 4), em outras palavras, estes meios de comunicação

contribuem para tornar o ambiente global um espaço para buscar apoio e respostas para demandas locais.

Nesse sentido, Necla Tschirgi pontua que:

O início da década de 1990 foi um período de intensa insegurança, conflito étnico e genocídio, violência mortal com mortes avassaladoras de civis e vítimas, sofrimento generalizado e refugiados em massa e fluxos populacionais dentro e através das fronteiras. Foi uma desconexão entre a paz que estava para chegar com o fim da Guerra Fria e a insegurança que prevaleceu em muitos países e territórios. (TSCHIRGI, 2003, p. 1, tradução nossa¹¹)

Considerando este período de insegurança e conflitos atravessados pelos diferentes aspectos citados acima, como também maiores riscos de recorrência e com capacidade de impacto global, observa-se o entendimento ortodoxo acerca da paz e segurança internacional, baseado no caráter militarista e estadocêntrico, não atende aos novos desafios deste período (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 9). A necessidade de ampliação do entendimento destas duas categorias provocada pela demanda das guerras civis, aliada fundamentação prévia dos estudos pela paz exposta anteriormente, bem como, o aumento da capacidade de atuação da ONU, criam o ambiente propício para a adoção de uma abordagem “integrada para compreender e lidar com a totalidade de questões que ameaçavam a paz e a segurança” (TSCHIRGI, 2003, p. 1).

Através de documentos oficiais da ONU podemos observar a gradativa compreensão acerca destas mudanças. O primeiro marco da mudança de paradigma sobre o que se entende por paz e segurança, pode ser encontrado na “Agenda para a paz”, de 1992. O item 11, traz a seguinte afirmação do então secretário geral Boutros Ghali:

[...] surgem novas e ferozes afirmações de nacionalismo e soberania, e a coesão dos Estados é ameaçada por conflitos étnicos, religiosos, sociais, culturais ou linguísticos, brutais. A paz social é desafiada, por um lado, por novas afirmações de discriminação e exclusão e, por outro, por atos de terrorismo que procura minar a evolução e a mudança por meios democráticos. (UN., 1992, p. 6, tradução nossa¹²).

¹¹ Texto original: Instead, the early 1990s was a period of intense insecurity, ethnic conflict and genocide, deadly violence with overwhelming civilian deaths and casualties, widespread suffering, and massive refugee and population flows within and across borders. There was a disconnect between the peace that was to arrive with the end of the Cold War and the insecurity that prevailed in many countries and regions.

¹² Texto original: [...] fierce new assertions of nationalism and sovereignty spring up, and the cohesion of States is threatened by brutal ethnic, religious, social, cultural or linguistic strife. Social peace is challenged on the one hand by new assertions of discrimination and exclusion and, on the other, by acts of terrorism seeking to undermine evolution and change through democratic means.

Neste trecho é possível observar o reconhecimento de um novo modelo de conflito e consequentemente, de novas ameaças à segurança global. Em sequência, Ghali complementa sua análise apontando outros aspectos que se conectam a esse ambiente de insegurança internacional:

À medida que o racismo se torna reconhecido pela força destrutiva que possui e à medida que o apartheid está sendo desmantelado, novas tensões raciais estão aumentando e encontrando expressão na violência. Os avanços tecnológicos estão alterando a natureza e a expectativa de vida em todo o mundo. A revolução nas comunicações uniu o mundo em consciência, em aspiração e em maior solidariedade contra a injustiça. Mas o progresso também traz novos riscos para a estabilidade: danos ecológicos, ruptura da vida familiar e comunitária, maior intrusão na vida e nos direitos dos indivíduos. (UN., 1992, p. 6, tradução nossa¹³).

Por fim, percebe-se um trabalho de identificação das estruturas de violência que fomentam os conflitos, evidenciando em seguida, a mudança de prioridade nos esforços pela paz realizados pela organização:

Pobreza, doença, fome, opressão e desespero abundam, juntando-se para produzir 17 milhões de refugiados, 20 milhões de pessoas deslocadas e migrações massivas de pessoas dentro e fora das fronteiras nacionais. Estas são fontes e consequências de conflitos que requerem atenção incessante e a mais alta prioridade nos esforços das Nações Unidas. (UN., 1992, p. 7, tradução nossa¹⁴).

Estas declarações introduzem e justificam a adoção de uma nova abordagem para a paz materializada no instrumento de *peacebuilding*. Definido como a “ação para identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz a fim de evitar a recorrência do conflito” (ibid, p. 11), o instrumento busca eliminar a recorrência do conflito por meio da construção e de reformas estruturais que eliminem suas possíveis causas geradoras. O intuito não é eliminar as ferramentas já utilizadas (*peacekeeping e peacemaking*), mas tratar de maneira multidimensional os aspectos que, a separação das partes ou o acordo entre elas, ignoravam.

Outros documentos oficiais de 1994 reforçam esta percepção de segurança internacional e suas ameaças, além de apontar caminhos para a correção de suas fontes. “Uma

¹³ Texto original: As racism becomes recognized for the destructive force it is and as apartheid is being dismantled, new racial tensions are rising and finding expression in violence. Technological advances are altering the nature and the expectation of life all over the globe. The revolution in communications has united the world in awareness, in aspiration and in greater solidarity against injustice. But progress also brings new risks for stability: ecological damage, disruption of family and community life, greater intrusion into the lives and rights of individuals.

¹⁴ Texto original: Poverty, disease, famine, oppression and despair abound, joining to produce 17 million refugees, 20 million displaced persons and massive migrations of peoples within and beyond national borders. These are both sources and consequences of conflict that require the ceaseless attention and the highest priority in the efforts of the United Nations.

agenda para o desenvolvimento” apresenta a ausência de desenvolvimento como a principal causa das problemáticas estruturais identificadas em 1992 (UN, 1994, p. 5). Em concordância, “Human Development Report” defende um modelo de desenvolvimento que garanta a segurança humana, a partir de estruturas que garantam a ampliação das capacidades humanas - desenvolvimento humano sustentável (UNDP, 1994, p. 15).

Desenvolvimento então, é posicionado pela ONU e suas organizações especializadas, como um dos conceitos-chave para o estabelecimento da paz positiva em um cenário pós-conflito. Como apresentado acima, a ausência de desenvolvimento é entendida como um dos fatores explicativos para a presença de uma estrutura favorável ao conflito nos países periféricos onde eclodiram as guerras civis. Dessa forma, aprofundaremos a seguir a conexão estabelecida entre paz e desenvolvimento, bem como, a perspectiva que guia a compreensão sobre o que é se desenvolver.

3.1.1.3 Desenvolvimento: fundamentos e conexões com a paz positiva

Analisando o desenvolvimento teórico acima, pode-se estabelecer que as conexões entre *peacebuilding* e desenvolvimento estão relacionadas respectivamente a identificação das estruturas favoráveis a violência e a correção delas. Por um lado, os documentos oficiais das Nações Unidas identificam como estrutura dos conflitos surgidos no pós-Guerra Fria as questões relacionadas à pobreza e as opressões causadas pelas desigualdades de acesso (UN, 1992, p. 6), em outras palavras, a negação de necessidades humanas básicas como força propulsora do conflito (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 10). Por outro lado, o desenvolvimento é apresentado como um caminho de solução para estas questões (UN, 1994, p. 5; PNUD, 1994, p. 15).

Entretanto, a categoria desenvolvimento e as estratégias utilizadas para conduzir os países periféricos a um cenário livre da pobreza e desigualdade, não é entendida de forma unânime. A falta de consenso e o campo de disputa que retrata este tema pode ser observado ao recuperarmos o contexto da Guerra Fria. Nele, encontramos dois projetos de desenvolvimento em disputa - o modelo norte-americano baseado na política-econômica democrática-liberal e o modelo soviético sustentado na industrialização do estado e na reforma das burguesias locais (DOS SANTOS, 2020, p. 12-13). Ao mesmo tempo, o fim desta disputa, marca também o encerramento deste debate no plano internacional.

O fim do regime soviético abre espaço para a narrativa da vitória norte-americana e define também a vitória da universalização do projeto liberal, identificando-o como o

caminho para a paz através da criação de instituições democráticas (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15) que também sejam capazes de sustentar um ambiente econômico mercantilizado com a maximização da liberdade de investidores privados, produtores e consumidores (PARIS, 2004, p. 19). Ao denominar esse projeto de “paz liberal” Oliver Richmond e Jason Franks o colocam como um “discurso, marco e estrutura com uma ontologia e metodologia específica” (RICHMOND; FRANKS, 2009, p. 4).

Portanto, entender as bases ontológicas e metodológicas de como o desenvolvimento baseado no modelo político e econômico liberal pode construir estruturas favoráveis à paz a partir de democracias e do livre mercado, passa pela aceitação de que democracias são menos propensas a guerra por sua constitucionalidade, representação e constrangimentos gerados pelas instituições à política externa (BLANCO, 2014, p. 281). Da perspectiva do livre mercado, parte-se do pressuposto de que as vantagens trazidas pelas relações comerciais entre os Estados, superam os ônus trazidos por um conflito (ibid, p. 282). Segundo Richmond e Franks (2009, p. 6), “Uma Agenda para a Paz” traz implicitamente o consenso (entre doadores, agências, Estados e ONGs) de que estas premissas contidas no modelo de desenvolvimento político e econômico liberal, são as bases das reformas estruturais necessárias propostas pelo instrumento de *peacebuilding*.

Portanto, uma vez identificada nas estruturas do conflito a “ausência de desenvolvimento” (UN, 1995, p. 5), o *peacebuilding* concentra-se na: (1) Adoção de estratégias para o desenvolvimento antes mesmo do fim do conflito (UN, 1995, p. 6); (2) Delimitação do papel do Estado, aconselhando-se sua intervenção apenas na promoção de um ambiente favorável às empresas privadas ou nos espaços que essas empresas não ocuparem (UN, 1995, p. 11); (3) Eliminação dos “obstáculos ao desenvolvimento” identificados no endividamento, na queda dos investimentos externos, no intercâmbio desigual, protecionismo, baixa tecnologia e eficácia na utilização dos recursos naturais (UN, 1995, p. 11-12). Em termos mais operacionais, a aplicação do *peacebuilding* pressupõe a: inserção do liberalismo político e econômico nos acordos de paz; aconselhamento especializado durante a aplicação; condicionalidade associada à assistência econômica; e governança por procuração (RICHMOND; FRANKS, 2009, p. 6-7).

Ainda que com motivações diferentes, as Teorias do Desenvolvimento da década de 1950 e as recomendações do Consenso de Washington dos anos 1980, já haviam atentado para as problemáticas da ausência de desenvolvimento, relacionando suas causas, obstáculos e soluções. Nas Teorias do Desenvolvimento, pensadas no contexto do desenvolvimento capitalista estadunidense durante o período da Guerra Fria, encontramos as bases para pensar

o subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento (DOS SANTOS, 2011, p. 5), além do entendimento desta situação a partir de “obstáculos internos” que impedem o país de se desenvolver (KUZNETS, 2010, p. 164). Na mesma linha, o Consenso de Washington, que reuniu um conjunto de pensamento centrado nos Estados Unidos e nos grandes bancos internacionais (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5), tem entre suas recomendações a aplicação de reformas que reduzam o tamanho do Estado (e conseqüentemente suas intervenções) e ampliem a atuação de empresas privadas e seus investimentos diretos (ibid, p. 6).

Mais que uma simples coincidência teórica, as crenças acerca da democracia e livre-mercado como promotor de uma sociedade pacífica, bem como as contribuições das Teorias do Desenvolvimento e Consenso de Washington, compartilham, a partir de diferentes pontos de partida e objetivos (relacionados a seus diferentes tempos históricos), o mesmo modelo ideacional de sociedade - a expansão e institucionalização do modo de produção capitalista através do livre-mercado e da liberal-democracia. Juntas, elas buscam justificar o porquê deve-se aplicar este modelo, as conseqüências de sua não aplicação e como deve-se reformar as estruturas do Estado para se adequar a ele. Dessa forma, a vitória norte-americana ao final da Guerra Fria, disseminou-se entre os atores internacionais como a vitória de um modelo político e econômico a ser seguido (BLANCO, 2014, p. 274), podendo ser observado no instrumento de *peacebuilding* a partir sua leitura ideacional de estrutura para paz.

Como conseqüência, podemos encontrar dentre as instituições que guiam a perspectiva econômica do *peacebuilding*, o FMI e o Banco Mundial. Com uma concepção derivada do consenso de Washington, buscam ajustes de austeridade e deflação, privatização, liberalização do comércio, desvalorização da moeda local e desregulamentação de finanças e do mercado de trabalho (PARIS, 2004, 29). Resultando, com isso, na recomendação ou como exigência de contrapartida, de tais reformas aos Estados beneficiários de empréstimos e doações.

3.2 ESTRUTURA DO PEACEBUILDING E PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS (IFIs)

O instrumento de *peacebuilding* foi inserido, portanto, como resposta ao número crescente de guerras civis surgidas no período pós-Guerra Fria, que possuíam características diferentes dos conflitos que marcaram o momento anterior da história, no que se refere aos atores envolvidos, objetivos pretendidos e seus impactos. A diversidade de temas e atores, além do transbordamento fronteiriço dos conflitos, estimulam, tanto o ambiente acadêmico como as Nações Unidas, a alargar seu entendimento de segurança e ameaça internacional

instituindo o *peacebuilding*. Charles-Philippe David (1999, p. 26) explica que para além da contenção da violência direta entre as partes beligerantes, o sucesso da operação depende de dois esforços de transição: política e socioeconômica. A transição política se dá por meio da construção do fortalecimento da ordem pública, de instituições democráticas, redação da Constituição, realização de eleições e reforma da administração penal e judicial (DAVID, 1999 p. 28; BLANCO, 2004, p. 288). Já a transição socioeconômica, visa a reconstrução do sistema financeiro, estabilização econômica, assistência social básica, assistência humanitária e a reconstrução de uma rede de infraestrutura para fornecimento de serviços básicos, como, saúde, educação e fornecimento de alimentos, para a criação de um cenário favorável ao desenvolvimento (DAVID, 1999, p. 28; BLANCO, 2004, p. 287-288).

Estas três áreas de atuação - segurança, transição política e socioeconômica - tornam o processo de reconstrução complexo e multidimensional, exigindo a participação de diversos atores internacionais além das Nações Unidas, como: Organizações regionais, instituições financeiras internacionais, agências de desenvolvimento nacional e internacional, e organizações não-governamentais (PARIS, 2009, p. 55). Assim, analisar a aplicação das reformas democrático liberais, mais especificamente, sua dimensão econômica (foco desta pesquisa), passa por compreender como os papéis de cada instituição são desempenhados numa operação de *peacebuilding*. Tal aspecto esclarecerá como se dão as aplicações da perspectiva de desenvolvimento capitalista e como podem estar conectadas às Teorias do Desenvolvimento e Consenso de Washington.

Para tanto, cabe ressaltar que dois períodos marcam a trajetória das operações de *peacebuilding* quando levamos em consideração a coordenação dos papéis de cada instituição, eles são definidos pelo ano de 2005, quando é fundada a Comissão para a Construção da Paz (Peacebuilding Commission - PBC). Isso porque, como destaca Paris (2009, p. 55) no decorrer das operações na década de 1990 e até 2005, surgiram problemas de coordenação entre os atores envolvidos nas operações, dentre os quais: envolvendo atores militares e civis, entre as famílias de agência da ONU e entre atores governamentais e não-governamentais. Ao explicar a razão destes problemas, Paris aponta fatores como:

[...] a multiplicidade de atores de *peacebuilding* com mandatos sobrepostos ou duplicados, o tempo e dinheiro (custos de transação) que a coordenação implica, competição por influência e visibilidade entre algumas agências internacionais de

peacebuilding e sua relutância geral em sacrificar sua autonomia e independência. (PARIS, 2009, p. 59, tradução nossa¹⁵).

Assim como destacado pelo autor, um relatório avaliativo sobre as deficiências do sistema de operações de paz emitido no ano 2000 - Relatório Brahimi (UNGA, 2000), aponta para uma maior necessidade de integração entre as equipes de tarefa, como também, a falta de estrutura do DPKO (Departamento de Operações de Peacekeeping) e DPA (Departamento de Relações Políticas das Nações Unidas). Ou seja, ainda que o DPKO tenha sido criado como uma nova ferramenta para atender às novas demandas, antes concentradas no secretariado geral (CAVALCANTE, 2010, p. 15), sua estrutura ainda não comporta a gama de atividades exigidas pelo *peacebuilding* neste período. Sendo assim, até 2005, ano em que se buscou reformular o modelo de coordenação das operações, foram realizadas um total de 36 operações¹⁶ sob as bases problemáticas citadas acima.

Como apontado por Paris (2009, p. 59), as operações aconteciam a partir de mandatos¹⁷ definidos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas aos organismos responsáveis por atuar nas operações, sendo eles muitas vezes “mandatos sobrepostos ou duplicados” (PARIS, 2009, p. 59). Em consequência disso, Paris (2009, p. 55) traz o exemplo das problemáticas geradas em operações em El Salvador, Moçambique e Camboja, nas quais as agências especializadas das Nações Unidas orientavam os governos para um aumento de gastos com programas de construção da paz, enquanto o FMI exigia a contenção fiscal. No relatório Relatório Brahimi é possível observar uma preocupação acerca dos mandatos através da solicitação ao Conselho de Segurança por mais clareza de instrução neste dispositivo, além de estabelecer condições mínimas como parâmetro para o envio de forças de cessar-fogo (UNGA, 2000, par. 56-58).

A solução proposta para esta problemática é encontrada na criação de um órgão especializado na construção da paz - o PBC. O órgão é criado em 2005 em conjunto com um escritório de apoio para a construção da paz (PBSO - Peacebuilding Support Office) e com

¹⁵ Texto original: [...] the multitude of peacebuilding actors with overlapping or duplicative mandates, the time and money (“transaction costs”) that coordination entails, competition for influence and visibility among some international peacebuilding agencies and their general unwillingness to sacrifice autonomy and independence.

¹⁶ UN. List of Peacekeeping Operations: 1948 - 2013. Disponível em:

<<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/operationslist.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁷ “[...] documento formal que estabelece uma Operação de Paz, contendo os seus fundamentos e objetivos a atingir. É desenvolvido no mais alto nível político e diplomático e, normalmente, contém: a finalidade da operação; os países participantes; as recomendações acerca do financiamento da operação; os direitos e imunidades dos componentes da missão de paz; o resultado esperado; as condições colocadas pelas partes envolvidas em relação à presença da missão de paz; e o tempo de duração da missão.” (BRASIL. Ministério da Defesa. Manual de Operações de Paz. Portaria nº 2.090/md, de 12 de julho de 2013. Brasília, 2013)

um fundo financeiro específico para a área de atuação (Peacebuilding Fund) (KEMER, 2015, p. 197). Servindo como eixo central das operações, o PCB surgiu com o propósito de “agrupar todos os agentes interessados para reunir recursos, propor estratégias integrais de consolidação da paz e recuperação depois dos conflitos e oferecer assessoramento sobre essas estratégias” (UNGA, 2005, par. 97).

Dentro da hierarquia ONU, o PBC torna-se um subsidiário de aconselhamento do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral e possui uma arquitetura composta primeiramente pela Comissão de Construção da Paz (PBC), que reúne todos atores relevantes ao conflito de modo a garantir recursos, fornecer apoio político e conselho, além de estratégias integradas para construção e recuperação da paz pós-conflito (UNGA, 2005, p. 26; PBSO, 2010, p. 37; UN e WB, 2015, p. 9). Esta comissão possui um comitê organizacional permanente, responsável por estabelecer a agenda de trabalho do PBC e definir estratégias para a construção da paz e dele participam os membros do Conselho de Segurança, Ecosoc e Estados com maiores contribuições à ONU (UNGA, 2005, p. 26). Além disso, realiza reuniões com participação definida segundo o caso em questão, contando com a presença do país em conflito, países com relação direta no processo de conflito do país em questão, principais contribuintes de fundos, contingentes e polícia civil, representante das Nações Unidas do país, Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e Regionais, Comitê organizacional permanente, FMI, Banco Mundial e outros doadores, como também, um representante do Secretário Geral (UNGA, 2005, p. 26).

Dessa forma, além do comitê organizacional permanente e das reuniões específicas por país em conflito, o PBC conta com um grupo de trabalho sobre lições aprendidas, um Escritório de apoio à construção da paz (PBSO) e um Fundo de Construção da Paz (A/RES/60/1, 2005, p. 26; PBSO, 2010, p. 37). O PBSO tem como missão oferecer suporte ao PBC e administrar o Fundo de Construção da Paz (PBSO, 2010, p. 37). Já o Fundo de Construção da Paz, por sua vez, reúne os diversos doadores da ONU (Estados, Organizações e setor privado) tendo como objetivo, oferecer um aporte rápido, flexível e catalítico para utilização nos estágios iniciais da operação (PBSO, 2010, p. 37).

Segundo uma orientação de atuação fornecida pelo PBSO (2010, p. 27), o processo de implementação do *peacebuilding* se dá através da definição de um plano de ação com foco nas prioridades nacionais imediatas. Utiliza-se, para tanto, duas ferramentas: Processo de Planejamento de Missão Integrada (IMPP) e Avaliação de Necessidades Pós-conflito (PCNA). A partir disso, pode-se estabelecer um panorama mais claro acerca dos mandatos necessários a cada componente da operação, bem como, as atividades a serem executadas pelas IFIs,

doadores e a definição de um programa nacional de prioridades exigindo também, o alinhamento do país em termos políticos e econômicos às estratégias a serem aplicadas (PBSO, 2010, p. 27-28).

É neste contexto de participação ativa nos processos de desenvolvimento das estratégias a serem aplicadas no *peacebuilding*, que as IFIs cumprem um papel relevante. Como membros do comitê organizacional permanente e do PBC, possuem impacto no processo avaliativo de cada conflito e na definição das necessidades. Com base neste aspecto, analisaremos a seguir o papel desempenhado pelo FMI e Banco Mundial, bem como suas diretrizes condutoras.

3.2.1 Autoridade e direcionamentos das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) no *peacebuilding*

Como relatado anteriormente, o *peacebuilding* abarca as dimensões de segurança, transição política e socioeconômica. Segundo Carol Coan e Claire Duncanson (2018, p. 3), as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) atuam nas dimensões de transição política e socioeconômica visando a recuperação e a criação de um sistema econômico saudável. Entretanto, a compreensão acerca da saúde econômica e da atuação nestas duas áreas (política e socioeconômica), passa pela compreensão das bases fundacionais e dos desafios históricos enfrentados por estas instituições - FMI e Banco Mundial.

Criados em 1944 na conferência de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial nasceram com o foco na reconstrução europeia pós-Segunda Guerra Mundial compartilhando o propósito de proteger a estabilidade do sistema monetário e financeiro mundial através do pacote de reformas político-econômicas (liberalização, privatização e prioridade na estabilização macroeconômica) denominadas de Consenso de Washington (WOODWARD, 2015, p. 141-143). Contudo, tratando-se de conflitos internacionais, Kristen Boon (2006, p. 521) ressalta que até os anos 1990, as IFIs mantiveram uma postura de abstenção, restringindo seu foco de atuação à assistência técnica devido à postura de não intervenção política. Assim, até 1990, não apresentavam uma atuação específica para países em situação de conflito ou pós-conflito, tanto em termos normativos, quanto estruturais (BOON, 2006, p. 521).

Porém, a crise da dívida de 1979-1981, faz com que FMI e Banco Mundial cheguem à década de 1990 com o risco de não pagamento dos empréstimos concedidos, colocando em dúvida a credibilidade de ambas instituições financeiras (WOODWARD, 2013, p. 142). Pesquisas promovidas pelas instituições apontavam que esse atraso era mais grave na

categoria de empréstimos realizados em zonas afetadas por conflito, e em 1995, James Wolfensohn, então presidente do Banco Mundial, estabelece uma força tarefa para definir uma política operacional específica para esses casos (ibid, p. 142). Segundo o relatório da divisão de avaliação de operações do banco, a baixa capacidade governamental dos países em situação de conflito e pós-conflito, estavam na raiz dos problemas da capacidade de pagamento (ibid, p. 142).

Como resposta, o Banco Mundial estabelece novos princípios norteadores desse envolvimento. No Manual de Operações, OP 2.30 de 2001, encontramos a flexibilização sobre o envolvimento do banco em questões políticas e de assistência para países não-membros, bem como, a definição de novas parcerias e instrumentos para a atuação. Exemplo disso é a Nota Estratégica Provisória (ISN), um plano de curto a médio prazo de atuação do banco nos países em situação pós-conflito (OP 2.30, 2001). Aprofundando e regulamentando ainda mais esta atuação com países em situação ou pós-conflito, tem-se a criação do LICUS (Países de baixa renda sob estresse), uma espécie de diretriz de atuação através do reconhecimento de países¹⁸ com políticas, instituições e governanças fracas, nos quais os programas de ajuda tradicionais não funcionam bem, exigindo o envolvimento do banco a partir de uma abordagem diferente (IEG, 2005, p. 1-3).

Susan Woodward (2013, p. 143) destaca que o FMI seguiu o mesmo esforço de diferenciação dos países em conflito ou pós-conflito para o fornecimento de empréstimos, e que embora estas instituições tenham percebido a particularidade destes países, o objetivo ainda permanecia o mesmo, encontrar meio para minar os problemas com o pagamento das dívidas. Assim, para as IFIs a solução estava no estabelecimento de um modelo de Estado funcional, com instituições políticas e governança fortes, capaz de sanar os problemas de pagamento. Para tanto, seria necessário o(a): 1. Estabelecimento de uma base legal que oferecesse segurança aos negócios, e acima de tudo, protegesse o direito de propriedade; 2. Promoção de uma política de estabilidade macroeconômica; 3. Fornecimento de serviços básicos de infraestrutura enquanto se privatiza o máximo possível dos serviços públicos e empresas estatais; 4. Utilização de grupos empresariais, domésticos e comunitários para

¹⁸ Ao todo, o LICUS produz uma lista de 26 países que exigem medidas especiais devido sua fragilidade política e institucional, apresentadas por ordem de gravidade: Afeganistão, Angola, República Centro-Africana, Guiné-Equatorial, Haiti, Libéria, Myanmar, Ilhas Salomão, Somália, Sudão, Zimbábue, Burundi, Camboja, Comores, República Democrática do Congo, República do Congo, Guiné-Bissau, Kosovo, Lao's, Nigéria, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Tajiquistão, Timor-Leste, Togo e Usbequistão (IEG, 2005, p. 2)

maioria dos serviços sociais, de modo a reduzir custos; 5. Proteção do ambiente natural por meio de incentivos e marcos regulatórios (ibid, p. 144).

Em outras palavras, a atuação das IFIs em países afetados por conflitos passa pela busca de um Estado funcional com instituições políticas e governança fortes, capazes de honrar os compromissos/dívidas assumidos com elas. Da perspectiva jurídica, esse Estado precisa ser estruturado com leis capazes de regular as transações comerciais e os direitos de propriedade sobre bens, terras e patrimônio, oferecendo uma base jurídica para estes pontos. Sob a ótica da estabilidade macroeconômica, é necessário manter um controle de gastos (gastos regulados pelas receitas), controle inflacionário e consequentemente monetário, de tal maneira a garantir a previsibilidade sobre as finanças públicas. Terceiro, a funcionalidade estatal está diretamente ligada ao Estado se limitar a fornecer serviços essenciais, sendo necessária a busca pela redução de seus gastos e a abertura de espaço para o setor privado (empresariais ou domésticos) e grupos comunitários gerirem a maior parte dos serviços no país. Por fim, somando-se a proteção aos recursos naturais locais, esta estrutura de Estado seria, então, a garantia da capacidade estatal de cumprimento de suas responsabilidades financeiras, e como consequência, o direcionamento da atuação da IFIs nesses países.

Quando transportamos esta percepção de Estado funcional para a atuação das Instituições Financeiras no *peacebuilding*, Woodward (2015, p. 145) observa que, no contexto da missão de reconstrução pós-bélica, as políticas de assistências são formuladas em três estágios. Primeiro, define-se um desenho institucional do Estado pós-conflito negociado no acordo de paz, ou seja, com base nos fundamentos anteriormente mencionados, as IFIs buscam construir um arranjo institucional coerente com sua visão de Estado funcional, com instituições jurídicas que assegurem negócios e a propriedade privada, e com tamanho reduzido permitindo a atuação do setor privado e a redução de gastos do Estado. Posteriormente, as IFIs podem aplicar a estrutura macroeconômica baseada no controle de gastos, inflacionário, monetário e de abertura de mercado, através do desenho de um quadro financeiro e econômico que possibilite a reconstrução e o desenvolvimento do país. A seguir o desenho institucional é reforçado pela elaboração de legislação, assessoramento de atores nacionais e internacionais na escolha de políticas e instituições, e influenciando a nomeação de atores governamentais em setores chave (WOODWARD, 2015, p. 145). O diálogo entre atores nacionais e internacionais, além da influência sob a nomeação de cargos governamentais, garantem que os direcionamentos políticos e econômicos a serem aplicados no país estejam em sintonia com os interesses defendidos pelas IFIs, doadores (outros Estados

ou setor privado) e lideranças políticas locais - tornando a reforma um acordo comum entre os envolvidos.

Logo após o acordo de paz, o FMI inicia o processo de acordo sobre a liquidação das dívidas em atraso (quitadas normalmente com novos empréstimos) (WOODWARD, 2015, p. 145). Por meio deste aspecto, pode-se reforçar o quanto a atuação das Instituições Financeiras está conectada aos seus próprios interesses e nas garantias de resolução da problemática de não pagamento que impulsiona a atuação nos Estados fragilizados, obtendo assim, a liquidação de empréstimos anteriores. Elabora-se então, um Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PRSP) sob a consulta de doadores, Organizações Internacionais, grupos da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais que servirá de guia para o alinhamento entre as políticas governamentais locais, o objetivo das IFIs, doadores e da ONU (ibid, p. 146). Destaca-se com isso, que o PRSP é construído após a estruturação institucional, macroeconômica e legislativa, ampliando-se somente neste momento o debate acerca da estratégia de desenvolvimento para o país com outros setores da sociedades, condicionando-o ao modelo estruturado anteriormente sob os interesses dos atores envolvidos até então.

Segundo o Guia Prático para Avaliações Multilaterais de Necessidades em Situações Pós-conflito (KIEVELITZ et al., 2004, p. 2), o PRSP compõe a Avaliação das Necessidades Pós-conflito (PCNA), ferramenta esta, que organiza toda a operacionalização do *peacebuilding*, definindo a aplicação de recursos, seus doadores e o papel desempenhado pelas IFIs. Com o PRSP e PCNA prontos, pode-se fornecer aos doadores, autoridades nacionais e organizações não governamentais (ONGs), além de outras partes interessadas, uma estimativa abrangente e bastante objetiva das necessidades, bem como, seus custos e os possíveis resultados das reformas. Com isto, as IFIs podem obter uma alta visibilidade internacional para o país receptor da operação de paz e convencer os doadores a oferecerem promessas financeiras mais substanciais para recuperação e reconstrução (ibid, p.2). Mais que isso, obtém-se um consenso internacional sobre prioridades de recuperação levando a menos sobreposições e mais coerência na atuação entre os programas a serem implementados e as expectativas dos doadores. Nesse sentido, as IFIs participam da estruturação do *peacebuilding* desde os estágios germinais até a arrecadação de recursos, organização de interesses, como também da própria aplicação destas reformas.

Sobre este aspecto, Woodward (2015, p. 147) reforça que, devido ao seu peso institucional, corpo técnico, influência, garantias oferecidas aos atores envolvidos acerca da aplicação das estratégias mencionadas acima e de seus resultados, o Banco Mundial assume a liderança de todo o processo de reconstrução. Assumindo, por exemplo, a administração dos

fundos de auxílio destinados aos países em reconstrução, uma área decisiva na qual o banco possui autonomia para controlar onde e para quem os recursos da ajuda internacional serão direcionados (UN; WORLD BANK, 2015, p. 6). Sua atuação reflete-se, dessa forma, no financiamento da reconstrução da infraestrutura física (60% do programa), bem como na capacitação técnica da comunidade para formação de mão de obra administrativa, com o objetivo de gradativamente descentralizar o processo de tomada de decisão (WOODWARD, 2015, p. 147).

Além disso, politicamente o banco atua com: 1. Assessoria em políticas sociais de saúde, educação, assistência social e programas anticorrupção, ou seja, auxiliando o governo tanto na construção destas políticas, como no aporte financeiro necessário para a sua aplicação; 2. Regulação da propriedade de terras, auxiliando na formulação de leis que regulam a distribuição das terras abandonadas devido a migração forçada gerada pelo conflito, por exemplo; 3. Financiamento e administração do programa de desmilitarização de grupos paramilitares, seja da resistência ou de milícias; 4. Reintegração de ex-combatentes ao ambiente socioeconômico, definindo a estratégia para a absorção como força de trabalho e sobre o fornecimento de auxílios financeiros; 5. Garantia de risco político para investidores, como uma maneira de mostrar que o país é seguro para receber investimentos sem o risco de crises políticas futuras que afetem a economia (WOODWARD, 2015, p. 147). Exemplo desta atuação na política-econômica pode ser encontrado na participação do banco no processo de reconstrução do Timor-Leste, onde auxiliou na reforma de leis que regulam a propriedade de terras, investimentos, transações comerciais, arbitragem comercial, bem como na formulação de leis civis e criminais (ibid, p. 148).

Por sua vez, Mark Jacquand (2020, não p.) explica que o FMI possui três formas de interação com os países, para além das fases de definição do PRSP, PCNAs e liquidação de dívidas em atraso: (1) Supervisão de políticas econômicas, tais como controle inflacionário, monetário, política de juros, tributação, teto de gastos e equilíbrio financeiro; (2) Fornecimento de empréstimos para dificuldades na balança de pagamentos, em outras palavras, para compensar possíveis déficits gerados pela baixa arrecadação pós-conflito; e (3) Capacitação do corpo técnico para atuar em áreas de políticas macroeconômicas relevantes. Segundo o autor, a supervisão de políticas econômicas se dá através do aconselhamento sobre as decisões e modelos a serem implementados na micro e macroeconomia (JACQUAND, 2020, não p.). Sobre este ponto, Woodward (2015, p. 148) detalha que o fundo atua na: redação às leis do Banco Central e na defesa de sua independência; construção do Ministério das Finanças, escolha da moeda, estabelecimento de um Sistema de Pagamento, redação da

legislação sobre a gestão da despesa pública, alfandegária, bancária e comercial. Segundo Paris (2004, p. 29), estas intervenções do fundo, tem como finalidade macro e microeconômica a contenção de gastos públicos e uma maior arrecadação fiscal.

Por sua vez, os empréstimos, visam “fornecer apoio financeiro e criar espaço para respirar à medida que implementam políticas de ajuste para restaurar a estabilidade econômica” (JACQUAND, 2020, não p.). E por outro lado, a capacitação envolve o treinamento dos recursos humanos responsáveis pela coordenação futura dos sistemas monetário, financeiro e fiscal (BOYCE, 2004, p. 5). Ou seja, as reformas institucionais guiadas pelo modelo de desenvolvimento do FMI são, via de regra, uma contrapartida exigida pelos empréstimos, garantidas através das normativas institucionais e que perduram por meio da capacitação técnica.

Neste sentido, como reflexo da amplitude de atuação do Banco Mundial e FMI, interferindo diretamente nos planos de desenvolvimento e na legislação das políticas econômicas, as IFIs têm atuado como “estrategistas econômicos e até mesmo como principais redatores de peças-chave de legislação comercial em zonas pós-conflito” (BOON, 2006, p. 514). Tal aspecto pode ser observado primeiramente por sua participação na estruturação de ferramentas como PRSP e PCNA, que guiam toda a operacionalização do *peacebuilding*. Somando-se a isso, são os principais responsáveis pela aquisição de doações e conexão entre os objetivos e expectativas dos doadores aos planos político e econômicos a serem aplicados, bem como pela participação na formulação do aparato institucional, capacitação técnica, gestão e aplicação dos recursos e leis que irão se sobrepor garantindo a aplicação da estratégia e interesses que perpassam as IFIs (como o pagamento de dividendos) e os doadores, estatais ou privados.

Considerando que o desenho institucional político e macroeconômico são formulados antes mesmo da constituição de um Estado soberano, ampliando-se o debate para outros setores da sociedade somente após este processo, podemos perceber uma diferença significativa entre a sua relação com Estados com instituições em funcionamento e os em situação pós-conflito. Isso porque, em Estados com um aparato político forte, como por exemplo, os Estados membros destas instituições, o poder de atuação das IFIs, e consequentemente seu impacto, é limitado e regulado pelo poder político local (BOON, 2006, p. 514-515). Ou seja, a influência do FMI e Banco Mundial sob a estratégia política e econômica depende da concordância da liderança política desses países, apresentando caráter consultivo e necessitando do consentimento das partes envolvidas, ou com a exigência de contrapartida por empréstimos fornecidos (BOON, 2006, p. 514-515). Contudo, nos países em

situação pós-bélica, afetados pela fragilidade política ou sob a ausência de um poder governamental definido, não há a presença de contrapartes na negociação das proposta de mudanças políticas e legislativas, tampouco um interesse nacional que se contraponha aos interesses das IFIs ou doadores, traduzindo o envolvimento das IFIs em um poder que beira o legislativo, modulando o Estado conforme seus direcionamentos e interesses (ibid, p. 514-515).

3.2.2 A construção de uma paz controversa

Considerando que a expectativa do processo de *peacebuilding*, aplicado a um cenário pós-conflito, é a resolução das causas subjacentes a violência responsável pelo conflito ou por seu retorno, a avaliação dos resultados da operação passa necessariamente pela análise deste fator. Em outras palavras, se a superação do conflito se dá pela superação de aspectos como “pobreza, doença, fome, opressão” (UN., 1992, p. 7) por meio do desenvolvimento (UN, 1994, p. 5; PNUD, 1994, p.15), espera-se que as reformas realizadas tenham como resultado a redução das mazelas enfrentadas pelo país. Como destacam Coan e Duncanson (2018, p.4): “a política econômica deve ser medida em relação ao seu impacto sobre essas desigualdades - elas se aprofundam, melhoram ou até se criam novas?”

Nesse sentido, Coan e Duncanson (2018, p.4) apresentam estudos de pesquisadores críticos a atuação das IFIs que seguem ao menos três distintas abordagens: (1) Abordagem crítica às questões técnicas, apontando os malefícios da rápida aplicação das reformas econômicas neoliberais, para depois concentrar esforços na construção da paz; (2) Uma abordagem que reconhece a importância das políticas neoliberais, mas destaca a necessidade da promoção de uma melhor governança para que os lucros não sejam capturados pelas elites ou corrupção; (3) Por último, uma abordagem crítica ao modelo neoliberal, que expõe a contradição entre a necessidade de transformações sociais para a criação de uma paz sustentável, e as políticas que favorecem o setor privado e retiram a capacidade do Estado de promover essas transformações. Seja pela perspectiva crítica à velocidade de aplicação das políticas neoliberais, aos risco de captura do lucro pela elites ou corrupção, ou que destaca a retirada do poder Estatal, em todas encontramos uma avaliação negativa dos impactos das políticas econômicas das IFIs.

Como exemplo, Paris (2009, p. 55) ressalta como a velocidade de aplicação de reformas na Angola, catalisou a violência no país. Por sua vez, Coan e Duncanson, mostram como as políticas de privatização de terras e fomento a Investimentos Externos Diretos, foram

responsáveis pela concentração de terras nas mãos das elites e fonte de insegurança alimentar na Libéria e Guatemala (COAN; DUNCANSON, 2018, p. 8), como também, pelos casos de corrupção e desvio de lucros pelas empresas privadas extrativistas na Libéria (ibid, p. 7). Em outro caso, Phillipe-David (1999, p. 35) aponta como a política de austeridades neoliberal, impostas para El Salvador, reduziu os recursos necessários para a reintegração dos ex-combatentes na sociedade provocando o crescimento da criminalidade e recessão econômica.

Em termos gerais, Woodward (2015, p. 153-154) apresenta que os resultados mais notáveis das políticas econômicas das IFIs são: (1) Abertura de espaço para políticas clientelistas (troca de bens, serviços e favores por apoio político) com o corte de gastos públicos; (2) Redução do serviço público mesmo quando o acordo de paz exige sua expansão; (3) Enfraquecimento das empresas locais e favorecimento das estrangeiras pela política de câmbio e incentivos fiscais; (4) Produção voltada para exportação e destruição da capacidade produtiva local como consequência da privatização de terras; (5) Desemprego e redução da segurança social; (6) Aumento do setor informal de empregos. Tais aspectos evidenciam, com isso, que as políticas econômicas do Banco Mundial e FMI, apresentam resultados contraditórios ao analisar seus impactos sobre as violências. Os exemplos e resultados trazidos por Paris (2009, p. 55), Cohn e Duncanson (2018, p. 8), Phillipe-David (1999, p. 35) e Woodward (2015, p. 153-154) mostram que, quando não há a reincidência do conflito, há a intensificação da violência estrutural traduzida pela desigualdade, insegurança alimentar, social e criminalidade.

A falta de um consenso acerca dos resultados obtidos pelas políticas econômicas das Instituições Financeiras Internacionais aplicadas no *peacebuilding* abre espaço para o aprofundamento da discussão. Ampliando o debate estabelecido pelos estudos da paz liberal, apresentados no primeiro capítulo, e pelas abordagens críticas às políticas econômicas das IFIs trazidos nesta sessão, inserimos a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência na análise da dimensão econômica do *peacebuilding* no caso do Timor-Leste. Tal esforço tem como objetivo compreender como as IFIs podem contribuir para uma relação de contínua transferência de valor entre o país em reconstrução e os centros econômicos, observando a correlação entre a dimensão econômica do *peacebuilding* e os mecanismos de transferência de valor presentes da dependência: (1) Deterioração dos termos de intercâmbio; (2) Serviço da dívida (remessa de juros); (3) Remessas de lucros, royalties e dividendos; (4) Apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (LUCE, 2018, p. 51).

3.4 CONCLUSÃO

Este capítulo delineou a dimensão econômica do instrumento de *peacebuilding*, através da análise de sua constituição histórica como instrumento a partir do fim da Guerra Fria, associação estabelecida entre paz e desenvolvimento, arquitetura e da participação e impactos das políticas econômicas das IFIs, principalmente Banco Mundial e FMI. Nesse sentido, observar que a fundamentação do *peacebuilding* encontra-se na categoria paz positiva, permeando a narrativa de documentos como “Uma Agenda para a Paz”, “Uma Agenda para o Desenvolvimento” e “Human Development Report”, permite compreender que o objetivo esperado pelo instrumento vai além da interrupção do conflito, preocupando-se em solucionar as fontes de violência presentes nele. Entretanto, a compreensão de que sem corrigir a fonte do conflito não é possível solucioná-lo é seguida da necessidade de compreender como deve-se solucionar.

Como observado, as mudanças históricas, políticas, sociais e institucionais da organização, não mostram apenas uma virada paradigmática com a ampliação do entendimento de segurança internacional e seus atores, mas refletem a profunda conexão entre o modelo de desenvolvimento capitalista. Neste modelo, a ausência de desenvolvimento ocupa o espaço de estrutura favorável ao conflito e suas violências subjacentes, e o caminho para o desenvolvimento está numa estrutura política e democrática forte, com uma economia de livre-mercado. Em consequência, as IFIs assumem o papel de modular estratégias e aplicar as reformas nos países pós-conflito que viabilizem uma estrutura condizente com este modelo de desenvolvimento.

Contudo, notou-se também que, os resultados gerados por estas políticas econômicas não são concretos quando pensados a partir da paz positiva. Ao contrário, apresentam resultados controversos que apontam, em alguns exemplos, para efeitos negativos com o incremento de desigualdades, inseguranças e criminalidade. Sendo assim, esta contradição, constitui-se como a porta de entrada para o aprofundamento do debate através do estudo da dimensão econômica do *peacebuilding* no Timor-Leste e das contribuições oferecidas por uma teoria que nasce como crítica a este modelo de desenvolvimento - a Teoria Marxista da Dependência.

4 ANÁLISE ECONÔMICA DO INSTRUMENTO DE PEACEBUILDING NO TIMOR-LESTE

Ao se realizar uma análise dos resultados das estratégias econômicas do *peacebuilding* no Timor-Leste, a partir da Teoria Marxista da Dependência, tem-se como objetivo compreender se as estruturas político-econômicas formadas pelo instrumento de *peacebuilding* contribuem para a inserção do país em um ciclo de transferência de valor para as economias centrais - um dos eixos da relação desigual estabelecida pelo capitalismo dependente (LUCE, 2018, p. 51). Em outras palavras, a TMD nos auxilia a entender se a dimensão econômica do *peacebuilding* contribui para que os países em processo de reconstrução pós-bélica entrem na economia mundial como fornecedores de recursos naturais, monetários e humanos para os países centrais. Recursos estes que, em um cenário de devastação deixado pela guerra, podem ser indispensáveis para a construção de uma economia que entregue à população o fornecimento de serviços básicos para a garantia de uma vida digna como, por exemplo: educação, saúde, emprego, moradia, saneamento, fornecimento de água e luz.

Neste sentido, uma vez analisado o papel desempenhado pelas Instituições Financeiras Internacionais no *peacebuilding*, que trazem em sua atuação, a correlação entre desenvolvimento e paz, bem como as críticas estabelecidas pela TMD sobre como o modelo de desenvolvimento capitalista está intimamente ligado a criação de estruturas econômicas subdesenvolvidas devido ao processo de transferência de valor, cabe-se analisar se a dimensão econômica do *peacebuilding* abriga a estruturação de mecanismos de transferência de valor. Como descrito por Luce (2018, p. 51), os estes mecanismos presentes na relação de dependência e promotores de um desenvolvimento desigual, são: (1) Deterioração dos termos de intercâmbio; (2) Serviço da dívida (remessa de juros); (3) Remessas de lucros, royalties e dividendos; (4) Apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. A identificação de estruturação destes mecanismos de transferência de valor através das proposições econômicas do *peacebuilding*, permitem observar se o valor produzido no país receptor da operação de *peacebuilding* está escoando para as economias centrais em detrimento de suas próprias necessidades.

Além disso, como observado por Marini (2011, p. 147), a transferência de valor só é possível por meio da compressão das condições de trabalho da população local, a superexploração, onde “são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (ibid, p. 149). Sendo assim, torna-se necessário

compreender também, quais as relações de trabalho deixadas pela esfera econômica do *peacebuilding*. Isso porque somando-se a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, retiram-se tanto as condições de resposta às demandas sociais do Estado, quanto a capacidade da força de trabalho local repor o desgaste do trabalho, dificultando o acesso à alimentação, descanso, lazer e necessidades básicas.

A pertinência desta abordagem encontra sentido pela chegada da ONU e das cinco intervenções realizadas no país – UNAMET, UNTAET, UNMISSET, UNOTIL e UNMIT (BLANCO, 2015, p. 46) – marcarem a abertura do ciclo de acumulação neoliberal, regido por um entendimento de paz conectado ao modelo de desenvolvimento capitalista, vencedor da Guerra Fria (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15-17). Quando Jaime Osório (2017, p. 9) ressalta que a lógica do desenvolvimento capitalista desigual alimenta a relação de dependência entre centro e periferia e traz inerente a si conflitos sociais que enfraquecem as instituições estatais e o Estado de direito, levanta-se o questionamento sobre a sustentabilidade do processo de construção da paz almejada pela operação de *peacebuilding*. Assim, é importante o desenvolvimento de uma análise aprofundada a respeito dos impactos estruturais das proposições das IFIs no país.

Dessa forma, este capítulo encontra-se dividido em quatro sessões. A primeira sessão aborda o contexto histórico do conflito no Timor-Leste e o desenrolar das intervenções de paz ocorridas no país, contribuindo para compreender a totalidade e a particularidade histórica que envolve o Timor-Leste, tornando-o uma zona de conflito na década desde a década de 1970 e como se dão as operações desenvolvidas no país. A segunda sessão realiza uma análise das recomendações e relatórios acerca do país, produzidos pelas duas principais instituições econômicas presentes no instrumento - FMI e Banco Mundial, com intuito de estabelecer as possíveis conexões entre as estruturas econômicas adotadas no país que viabilizam uma contínua transferência de valor do Timor-Leste ao exterior. Posteriormente, a terceira sessão analisa os mecanismos de transferência de valor operados no país, conforme os aportes da TMD: deterioração dos termos de intercâmbio; serviço da dívida; remessas de lucros royalties e dividendos; e apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Por fim, na quarta sessão, verificaremos os impactos da compensação desta transferência de valor investigando a ocorrência da superexploração da força de trabalho em suas manifestações de violação do fundo de vida e consumo dos trabalhadores.

4.1 DO COLONIALISMO ÀS INTERVENÇÕES DE PAZ: A MARCA HISTÓRICA DA SUBORDINAÇÃO

A investigação de fontes secundárias mostra que a história timorense é marcada por dois domínios coloniais - português e indonésio - responsáveis por exacerbar divisões tribais e políticas antigas (CANDIO; BLEIKER, 2001, p. 65). Já no século XVII, o território era objeto de disputa entre Holandeses e Portugueses, por sua localização estratégica e pela presença da madeira de sândalo (LOUREIRO, 2001, p. 146). Após anos de dominação colonial portuguesa, em 1975, o Timor-Leste passa a ser disputado pela Indonésia dando lugar ao surgimento de movimentos de resistência na forma de guerra de guerrilha (CANDIO; BLEIKER, 2001, p. 66).

Ao fazer um delineamento histórico dos acontecimentos do Timor-Leste, Ann Wigglesworth (2012, p. 3) esclarece que em 28 de novembro de 1975 o movimento de libertação timorense do domínio colonial português, declarou a independência do país. Contudo, a Indonésia, país vizinho, invade o território timorense sob a justificativa de defesa da segurança e unidade territorial da Indonésia (LLOYD, 2003, p. 76), e pela preocupação com o possível viés marxista da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) - principal movimento pró-independência do Timor - a Indonésia realiza a invasão do território timorense .

A resposta internacional à ação indonésia foi marcada pelo não intervencionismo. Isso porque, no contexto da Guerra-Fria, o Timor-Leste era percebido como uma das peças chaves que poderia cair na órbita da China, caso um movimento comunista prevalecesse na região (DOBBINS et al., 2013, p. 128). Mais que isso, Patrick Candio e Roland Bleiker (2001, p. 68) expõem o apoio militar e econômico ao regime do ditador indonésio, Mohamed Suharto, de países como Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e Alemanha. Por outro lado, exilados na região montanhosa, o FRETILIN transforma-se em um movimento de resistência armada, Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), composta por jovens ativistas resistindo ao domínio indonésio sem nenhuma assistência internacional (WIGGLESWORTH, 2012, p. 3).

O domínio indonésio perdurou por vinte e quatro anos (SOUSA, 2019, p. 8) e levou cerca de duzentos mil timorenses à morte (CANDIO; BLEIKER, 2001, p. 66). Entretanto, na década de o final da década de 1990 fatores políticos internacionais e nacionais pressionam a Indonésia a mudar os rumos de sua política de ocupação. Dentre estes fatores podemos citar: (1) o fim da Guerra Fria e da justificativa de ascensão do regime comunista no Timor-Leste;

(2) a mudança na política externa estadunidense que torna-se favorável à autonomia timorense, ameaçando reter os financiamentos do Banco Mundial à indonésia em caso de manutenção da ocupação; (3) a suspensão da visita do FMI para discussão e apoio à crise econômica na Indonésia; e (4) aumento da receptividade política da classe média indonésia sobre a desanexação do Timor-Leste, frente o agravamento da crise econômica (DOBBINS, et al., 2013, p. 129-130). Para além disso, a Falintil expande sua perspectiva de luta urbana, para o ambiente internacional, encontrando nele um espaço para a reivindicação de suas demandas de modo a buscar apoio internacional através da sensibilização dos atores globais sobre a situação dos direitos humanos no país (WIGGLESWORTH, 2012, p. 3).

Em consequência, a atenção internacional volta-se ao Timor-Leste por meio da organização de protestos em 1989 com a visita do Papa, em 1990 com a visita de um embaixador americano ao país, além da disseminação mundial dos registros fotográficos do massacre de Santa Cruz, que resultou na morte de 271 estudantes (WIGGLESWORTH, 2012, p. 5). Para além disso, a partir de 1992 o movimento estudantil timorense une-se com os movimentos sociais indonésios, gerando manifestações em Jacarta, que culminou em 1998 na união de 10.000 estudantes em um comício em defesa do referendo (ibid, p. 7). É creditado a esse movimento da resistência estudantil timorense grande parte da responsabilidade de conscientização sobre o movimento democrático que derrubou o ditador Suharto em 1998 (ibid, p. 6).

Assim, em 1999, após as pressões sob o governo indonésio, Portugal, Indonésia e Nações Unidas, realizam diálogos diplomáticos que resultam em um referendo com a população do Timor sobre sua independência. Nele, 78,5% da população timorense decide a favor da independência (BLANCO, 2015, p. 46). Entretanto, após o referendo, o Timor-Leste tem sua estrutura política social devastada pela campanha de terra arrasada promovida pelas milícias financiadas pela Indonésia - levando a ocupação do território por tropas de manutenção da paz Australianas e posteriormente pela missão multidimensional de construção da paz das Nações Unidas (BLANCO, 2015, p. 48). E somente em 2002, a independência do Timor-Leste é oficializada.

4.1.1 Treze anos de reconstrução: as operações de *peacebuilding* no Timor-Leste

A United Nations Mission in East Timor (UNAMET) foi a primeira operação executada pela ONU no Timor-Leste, dando início ao processo de *peacebuilding* no país. (LOPES, 2013, p. 56). A missão foi estabelecida pelo Conselho de Segurança (S/RES/1246),

em 1999, com o mandato para conduzir a realização da consulta popular sobre a independência ou permanência do Timor-Leste como território indonésio (BLANCO, 2015, p. 47). Como resultado, a consulta apontou para o desejo do povo timorense pela independência, somando 78.5% dos votos (LOPES, 2013, p. 56). Contudo, este resultado é acompanhado pela reação de milícias financiadas pela Indonésia, que executam uma campanha de terra arrasada, destruindo a infraestrutura local, forçando o deslocamento da população, além de utilizar do estupro como arma de guerra (BLANCO, 2015, p. 47). O objetivo destas milícias era a retirada das bases de qualquer possibilidade de sobrevivência de um Estado timorense independente (ibid,p. 47).

Segundo dados do Banco Mundial (1999, p. 4-5) o cenário deixado pela atuação destas milícias comprometeu diretamente necessidades humanitárias, capital humano, infraestrutura, propriedades e a estrutura governamental. O Banco revela que quase toda a população foi deslocada de suas casas, incluindo o capital humano responsável pela administração pública e líderes locais, como também, a interrupção da distribuição de produtos básicos e do ciclo agrícola, além da destruição de 50% da infraestrutura social, dos bairros e da destruição ou saqueamento de bens domésticos e privados (WB, 1999, p. 4-5). Tais aspectos impossibilitaram o funcionamento de todo o sistema de governo (ibid, p. 4-5).

Em decorrência disso, ainda em 1999, é enviada uma segunda operação de paz ao país, a International Force for East Timor (INTERFET) (LOPES, 2013, p. 56). Além de reforçar o mandato anterior com o uso das forças armadas sob a liderança australiana, a INTERFET buscou restaurar a ordem básica com a contenção do conflito e fornecer alimentos e abrigos de emergência para a população deslocada (CANDIO; BLEIKER, 2001, p. 74). Pode-se observar que estas duas primeiras operações de paz, UNAMET e INTERFET, possuem as características dos instrumentos tradicionais de *Preventive Diplomacy e Peacekeeping*, realizando primeiramente uma mediação entre os atores envolvidos por meio das eleições e concomitantemente, atuando com o uso da força na contenção do conflito.

Entretanto, a partir da terceira operação de paz já passamos a observar um projeto de reconstrução pós-bélica multidimensional com a United Nations Transitional Administration In East Timor, UNTAET (S/RES/1272). Isso porque, a operação carregou como mandato a administração transitória do país, sendo responsável pelo cumprimento da lei e ordem, com o poder de “exercer toda a autoridade legislativa e executiva incluindo a administração da justiça” (UNTAET, 1999, não p.). Mais detalhadamente, entre os objetivos da UNTAET estavam: (1) Proporcionar segurança e manter a lei em todo o território do Timor-Leste; (2) Estabelecer uma administração eficaz; (3) Auxiliar no desenvolvimento dos serviços civis e

sociais; (4) Assegurar a coordenação e prestação de assistência humanitária, reabilitação e assistência ao desenvolvimento; (5) Apoiar a capacitação para o autogoverno; (6) Auxiliar no estabelecimento de condições para o desenvolvimento sustentável (UNTAET, 1999, não p.).

Tais objetivos se traduziram por meio de ações como: (1) Estabelecimento de uma autoridade administrativa de transição, que nomeou Sérgio Vieira de Mello como administrador transitório (UNTAET/REG/1999/1); (2) Criação de um conselho consultivo para permitir a participação local no processo de tomada de decisão (UNTAET/REG/1999/2); (3) Restabelecimento do serviço judicial com a criação de uma comissão transitória de justiça (UNTAET/REG/1999/3); (4) Criação do Boletim Oficial do Timor-Leste, como veículo de comunicação (UNTAET/REG/1999/4); (5) Estabelecimento de uma autoridade fiscal para gerir o orçamento, definir uma estratégia fiscal e estruturar um sistema tributário responsável por um fundo financeiro, programa de receitas e despesas, política de impostos e auditoria orçamentária (UNTAET/REG/2000/1; UNTAET/REG/2000/18); (6) Definição do dólar americano como moeda oficial do país (UNTAET/REG/2000/7). Além disso, a missão também foi responsável pela repatriação de 250.000 refugiados e pelo estabelecimento de novos acordos sobre a exploração da riqueza petrolífera timorense (Dobbins et al., 2013, p. 126). O término desta missão, que vai de 1999 a 2002, se dá com a formulação de uma Assembleia Constituinte para a construção da primeira Constituição timorense, seguida por um processo eleitoral que define Xanana Gusmão como primeiro presidente eleito e pela independência do país em 20 de maio de 2002 (UNMIT, 2000, não p.).

Após a UNTAET, outras duas operações são enviadas ao país entre os anos de 2002 e 2006, a UNMISSET e a UNOTIL, com o objetivo de apoiar e prestar assistência ao recém-independente Timor-Leste (UNMIT, , não p.). A UNMISSET (United Nations Mission of Support in East Timor) foi enviada com o mandato de: Prestar assistência às estruturas administrativas essenciais para a viabilidade e estabilidade política de Timor-Leste; Fornecer a aplicação provisória da lei e segurança pública e ajudar no desenvolvimento de uma nova agência de aplicação da lei em Timor-Leste, o Serviço de Polícia de Timor-Leste (ETPS); e Contribuir para a manutenção da segurança externa e interna de Timor-Leste (UN, 2005, não p.). Ao finalizar suas atividades em maio de 2005, a UNMISSET é sucedida por outra missão política executada através da instalação do escritório das Nações Unidas no país, a UNOTIL (United Nations Office in Timor-Leste) (UN, 2005, não p.). Este escritório tinha como objetivo, consolidar as atividades da missão anterior, apoiando o desenvolvimento das instituições do Estado e fornecendo treinamento à observação da governança democrática e dos direitos, sendo encerrada em agosto de 2006 (UNMIT, [200-], não p.).

Entretanto, este período de estabilidade é interrompido pela volta de conflitos em 2006. Segundo Wigglesworth (2012, p. 13), a crise de 2006 que resultou nos conflitos entre a FALINTIL (Forças de Defesa do Timor-Leste) e a Polícia Nacional do Timor-Leste, se deu em decorrência da insatisfação dos veteranos de guerra e da população rural com as políticas implementadas pelas operações, somado ainda a postura de tomada de decisão algumas vezes não consultiva e ao aumento da pobreza no país. Wigglesworth acrescenta que:

Uma narrativa consistente pós-independência era a de que se esperava que a vida das pessoas melhorasse devido à existência de um Estado timorense solidário que entregaria a liberdade e o desenvolvimento pelos quais eles lutavam. Nos primeiros anos de independência, no entanto, a experiência foi muitas vezes diferente. A pobreza e a privatização crônica continuam a impactar mais de 40% de todas as famílias e o número de pessoas em pobreza absoluta aumentou (WIGGLESWORTH, 2012, p. 12, tradução nossa¹⁹).

Neste sentido, contrariando as expectativas engendradas nas operações de estabelecer um ambiente de paz sustentável impedindo a recorrência do conflito, em 2006 volta-se a vivenciar uma crise política, humanitária e de segurança de grandes dimensões. Tal aspecto levou ao Conselho de Segurança solicitar ao Secretário Geral novas recomendações e a solicitação do governo timorense por assistência policial e militar da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal (UNMIT, [200-], não p.). Em consequência disso, ocorre a implantação da Força Internacional de Estabilização (ISF) para posteriormente dar lugar à UNMIT, a sexta e última operação enviada ao Timor-Leste.

A UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste) é estabelecida pela resolução 1704 do Conselho de Segurança da ONU (S/RES/1704), atribuindo como mandato da operação: (1) O apoio ao governo timorense para consolidação da estabilidade governamental e reforço da cultura de governança democrática; (2) Apoio a um novo processo eleitoral presidencial e parlamentar em 2007; (3) Suporte à política nacional e revisão das necessidades do setor de segurança; (4) Auxílio no fortalecimento da capacidade nacional de monitoramento, promoção e proteção dos direitos humanos; (5) Cooperar e coordenar com agências, fundos, programação e parceiros ONU para utilizar ao máximo da assistência e capacitação da construção da paz (UNMIT, [200-], não p.). Após fornecer o

¹⁹ Texto original: A consistent narrative post-independence was that people's lives were expected to improve because of the existence of a sympathetic Timorese State, which would deliver the freedom and development that they had been fighting for. In the early years of independence, however, the experience was often different. Poverty and chronic deprivation continue to impact more than 40% of all households and the numbers of those in absolute poverty had actually risen.

apoio nas áreas propostas e salvaguardar os processos eleitorais de 2009 e 2012, a UNMIT tem mandato concluído em dezembro de 2012 (UNMIT, [200-], não p.).

Como observado até então, as seis operações de paz realizadas no Timor-Leste foram conduzidas a partir de mandatos que direcionavam sua atuação para além da contenção do conflito. Principalmente a partir da terceira missão, UNTAET, percebe-se um projeto de reconstrução pós-bélica que demandou a atenção das organizações envolvidas para as áreas de assistência social, econômica, política, judicial e securitária. Entretanto, a crise de 2006 entrega os primeiros indícios de que as fontes estruturais do conflito não foram transformadas, resultando em sua recorrência. Nesse contexto, a próxima sessão dedica-se a compreender o papel desempenhado pelas IFIs, FMI e Banco Mundial, nas reformas implementadas pelo *peacebuilding* no Timor-Leste, em sua dimensão econômica, para posteriormente estabelecermos as possíveis conexões entre a permanência de um cenário favorável ao conflito, e os impactos das recomendações destas instituições.

4.2 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: AS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO BANCO MUNDIAL E FMI

Como ressalta Charles David, “a dimensão de reestruturação do *peacebuilding* está ligada a programas internacionais de ajuda ao desenvolvimento” (DAVID, 1999, p. 29). O autor ressalta ainda que estes auxílios, pensados principalmente a partir de instituições como o Banco Mundial e FMI, são acompanhados de exigências de austeridades que reduzem os recursos a serem aplicados no setor social e podem estimular uma economia de mercado competitiva insustentável pelos países na qual são aplicadas (ibid, p. 29-36). Como exposto anteriormente, estas Instituições Financeiras Internacionais estão inseridas dentro da arquitetura do *peacebuilding* como membros do comitê organizacional permanente da Comissão de Construção da Paz (PBC), participando da definição de estratégias integradas para a construção e recuperação da paz pós-conflito (A/RES/60/1, 2005, p. 26); PBSO, 2010, p. 37; UN e WB, 2015, p. 9) e administrando o Fundo de Construção da Paz (UN; WORLD BANK, 2015, p. 6).

4.2.1 Atuação do Banco Mundial no *peacebuilding* do Timor-Leste

O envolvimento do Banco Mundial no Timor-Leste teve início em 1999 (WB, 1999, p. 2). Como preparação para a reunião com doadores em dezembro deste ano, o banco elabora

um primeiro relatório, do qual pode-se extrair uma primeira visão geral das suas proposições para o país. Neste relatório, encontramos proposições de curto e médio prazo. No curto prazo, o foco deveria estar voltado para a garantia de segurança, antes mesmos de qualquer ação para recuperação econômica e reconstrução de serviços. Por outro lado, para o médio prazo, o banco aponta para a necessidade de restabelecimento das instituições políticas, reconstrução da infraestrutura comunitária, social e econômica, além de medidas para a recuperação econômica com o fornecimento de assistência humanitária, fornecimento de microcrédito e reinício da atividade econômica (ibid, p. 4-5).

Mais especificamente no âmbito econômico, o Banco Mundial tinha como primeiras propostas a criação de uma instituição de gestão fiscal, bem como de um regime tributário, além de incentivar a retomada de empresas lucrativas, garantir a capacidade de arrecadação de impostos, restabelecer o sistema bancário e desenvolver um arranjo monetário (WB, 1999, p. 8). Ainda em 1999, o Banco Mundial, em conjunto com líderes timorenses e outros doadores, produz um relatório extraído de uma missão de avaliação conjunta, que se constitui como a base das intervenções iniciais do banco, com o objetivo de identificar as prioridades de reconstrução e estimar a necessidade de financiamento externo (WB, 2005, p. 24), e que resultou em uma Estratégia de Apoio Transitório (EAT) (IEG, 2011, p. XIII). A EAT funcionou como uma espécie de guia para a atuação do Banco Mundial no Timor Leste, como também, para direcionar a aplicação do Fundo Fiduciário do Timor Leste (Trust Fund for East Timor - TFET) e orientar os doadores, até a oficialização do país como membro do Banco Mundial, quando é substituída pela Estratégia de Assistência ao País (EAP) (WB, 2000, par. VII).

Nela é possível encontrar de forma mais consolidada que na primeira reunião com doadores os projetos apoiados pelo Banco Mundial. Assim, utilizando recursos do TFET, a EAT lançou projetos como: (1) Projeto de Empoderamento Comunitário e Governança Local, para a criação de conselhos de aldeia e envio de subsídios para reabilitar infraestrutura; (2) Projeto Geração de Empregos, com a promoção de trabalhos intensivos em mão de obra em áreas rurais e urbanas; (3) Projeto de Preparação Escolar de Emergência, com o financiamento para a renovação de escolas danificadas e construção de novas; (4) Projeto de Reabilitação e Desenvolvimento do Setor da Saúde, restaurando serviços de saúde controlados pelo Estado, com foco na atenção primária e preventiva; (5) Projeto de Pequenas Empresas, incentivando projetos de atividades empresariais viáveis por meio da concessão de empréstimos; (6) Projeto de Reabilitação da agricultura, visando restaurar ativos produtivos como pecuária, irrigação e infraestrutura (WB, 2000, p. 11). Algo interessante para se destacar, é que qualquer

projeto de utilização do Fundo Fiduciário passa pela aprovação de seus doadores, dentre eles: União Europeia, Portugal, BIRD, Reino Unido, Austrália, Finlândia, Noruega, Estados Unidos e Nova Zelândia, nesta primeira rodada de doações (ibid, Anexo D)

Na sequência, em 2005, com a entrada do Timor-Leste como membro do Banco Mundial, é produzida a primeira Estratégia de Assistência ao País (EAP), na qual, após 6 anos de intervenção, torna-se possível obter um primeiro balanço das intervenções realizadas anteriormente, bem como das expectativas futuras. É importante observar neste sentido, que os documentos produzidos em três recortes históricos auxiliam a reconstruir os direcionamentos fornecidos pelas IFIs, no momento da chegada ao país, por volta de 1999 e 2000, a perspectiva destas instituições pré-crise de 2006-07 e um período posterior ao controle dos conflitos. Em 2005, por exemplo, a Estratégia de Assistência ao País, traz propostas de reformas mais incisivas, coadunando com as primeiras recomendações de médio prazo.

Como consta no documento da EAP, ela “não é somente a estratégia de assistência do Banco Mundial para o Timor-Leste, mas também uma estratégia acordada entre os parceiros de desenvolvimento para um apoio coordenado ao país” (WB, 2005, p. 33). Ou seja, os programas a serem apoiados, os locais onde os recursos serão destinados, bem como as áreas que não foram cobertas, fazem parte desta estratégia que responde aos interesses dos parceiros de desenvolvimento e Banco Mundial sob a anuência do governo. Assim, na EAP, encontramos três formas de atuação direta com o Timor-Leste. Elas estão divididas em programas que envolvem subsídios e/ou empréstimos, atividades analíticas e de assessoria, e programas apoiados por três outras organizações²⁰, organizados em três diferentes pilares: (1) prestação de serviços sustentáveis; (2) criação de emprego produtivo; (3) fortalecimento da governança (WB, 2005, p. 29).

Os programas que envolvem subsídios e/ou empréstimos, correspondem aos programas a serem investidos recursos financeiros no Timor-Leste, seja pelo TFET ou através de investimentos diretos de outros países. Neste âmbito podemos encontrar entre os novos programas desenhados pela EAP: Proposta de Programa para Agricultura financiado pela Comissão Europeia; Proposta de empréstimo para o setor da eletricidade, condicionada a alteração da política de não-empréstimos vigente no país; Programa de Capacitação no Planejamento e na Gestão Financeira. Como continuação do que já vinha sendo desenvolvido pela EAT, temos: Segundo Projeto de Assistência Técnica ao Petróleo do TFET;

²⁰ As organizações que formam a terceira vertente de atuação da EAP são: Corporação Internacional de Finanças, Pacific Enterprise Development Facility e Foreign Investment Advisory Service. (WB, 2005, p. 32).

Fortalecimento da despesa pública através de assistência técnica do Banco Mundial; Capacitação em gestão de despesa pública e aprovisionamento; Segundo Projeto de Pequenas Empresas do TFET (WB, 2005, p. 31).

Dentre os programas que não incluem aporte financeiro, mas atividades analíticas e de assessoria do Banco Mundial, em outras palavras, que são impactados pela percepção e direcionamento do Banco sobre determinado tema, podemos encontrar também projetos novos e em continuidade a EAT. Como novos projetos temos: Estratégia de crescimento rural e Fazer negócios no Timor-Leste; Avaliação da pobreza e análise de despesas públicas; Análise do crescimento da população e desafios da juventude; Fazer com que os serviços funcionem mais para os desfavorecidos. Como continuação: Revisão do setor da saúde; liderança da juventude para o desenvolvimento econômico; Desenvolvimento da política da juventude; Revisão do setor privado e financeiro; Estudo regional sobre a mobilidade do trabalho; Fortalecimento das instituições de governança; Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento (WB, 2005, p. 32).

Como projeto apoiados pela Corporação Internacional de Finanças, Pacific Enterprise Development Facility e Foreign Investment Advisory Service, estão: Apoio ao Fazer Negócios no Timor-Leste, Revisão das oportunidades de investimento; Assistência técnica ao acessos às finanças, turismo, agronegócios e desenvolvimento do empresariado; Assistência técnica em programas para pequenas e médias empresas, instituições financeiras e regulação; Assistência técnica a governança empresarial (WB, 2005, p. 32-33). A Pacific Enterprise Development Facility passa, inclusive, a integrar o escritório do Banco Mundial no Timor-Leste (ibid, p. 41). Tal aspecto expõe como a atuação do Banco Mundial é atravessada por outros parceiros do desenvolvimento, se responsabilizando por apoiar os diferentes elementos do programa de acordo com “sua vantagem comparativa, mandato, interesse e especialidade” (ibid, p. 33).

Analisando de uma maneira mais próxima os programas, podemos encontrar aspectos que tendem ainda mais aos interesses do Banco, outras agências de desenvolvimento e doadores. Por exemplo, o direcionamento do Fundo Fiduciário do Timor-Leste estar sujeito à aprovação dos doadores e em caso de discordância, ter mais peso de decisão os países que doam mais recursos (WB, 2000, Anexo D). Mais do que a aprovação da destinação dos recursos, a sujeição à aprovação mostra o quanto o direcionamento dos investimentos estão mais relacionados aos interesses dos doadores do que do próprio Timor-Leste. Nesse sentido, todos os projetos que envolvem o TFET possuem uma íntima relação com seus doadores, tais

como: Projeto de Assistência Técnica ao Petróleo do TFET e o Projeto de Pequenas Empresas do TFET.

Vale a pena ressaltar que mesmo os trabalhos analíticos e de assistência desenvolvidos pelo Banco Mundial não possuem um caráter apenas consultivo, mas estabelecem uma diretriz a ser seguida pelo Timor uma vez que fazer parte da EAP (WB, 2005, p. 33). Nesse sentido, podemos citar o exemplo do desejo timorense em desenvolver uma indústria interna associada à produção de petróleo. Mesmo reconhecendo que a indústria petrolífera no Timor-Leste poderia “tornar Timor-Leste num lugar atractivo para a produção de metano e fertilizante” (ibid, p 13) e que “as atividades de construção associadas com esta opção iriam gerar um emprego substancial de curto prazo” (ibid, p. 13) trazem a negação da proposta na EAP sob a justificativa de que “nem a exploração petrolífera ou a indústria química associada constituiriam fontes significativas de emprego de longo prazo, pois ambas são intensivas em tecnologia e capital ao invés de trabalho” (ibid, p. 13). O que poderia então representar um importante ativo financeiro de exportação e de estímulo à geração de empregos qualificados a longo prazo, dilui-se sob a perspectiva da urgência.

Mais que isso, na EAP o Banco Mundial encontra como alternativa para a geração de empregos investimentos no setor não-petrolífero, a importância de obras públicas como fontes de emprego de mão-de-obra desqualificada no Projeto Geração de Empregos (WB, 2000, p. 11), que apesar de serem importantes num primeiro momento, não se sustentam a longo prazo resultando em desemprego. Outra alternativa para geração de emprego encontrada pelo Banco Mundial é o Programa de Emprego no Estrangeiro, celebrado em 2005 com a Coreia do Sul (WB, 2005, p. 13), para o envio de mão de obra barata para o país, submetendo a força de trabalho timorense ao trabalho intensivo em outro país com diferente cultura e leis trabalhistas. Além disso, em contraposição à recusa sobre desenvolvimento de indústrias petrolíferas e químicas de tecnologia, podemos encontrar no Terceiro Programa de Reabilitação da Agricultura, a prioridade no estímulo à exportação agrícola, especialização da produção e a abertura deste setor para o mercado (ibid, p. 41), criando um potencial, segundo Susan Woodward (2013, p. 153-154) e Carol Cohn e Claire Duncanson (2018, p. 8) para a destruição da capacidade produtiva local e para a insegurança alimentar do país.

Considerando estas alternativas encontradas pelo Banco Mundial para o estímulo da geração de empregos e desenvolvimento agrícola, elaboradas desde a EAT e continuadas no EAP, estimativas do FMI mostram que até 2005 o índice de empregos girava em torno de 65% e 68%, quando avaliado a partir da população adolescente, os números estavam em cerca de 7% e 9% (IMF, 2012, p. 27). Outros dados apontam que até este ano quase metade da

população encontrava-se em condição de pobreza (ibid, p. 27), representando poucos avanços quando comparado a 1999 (WB, 1999, p. 3), e o PIB não-petrolífero²¹ do país decresceu entre 2001 e 2004 (IMF, 2005, p. 42), indicando que outros setores da economia não cresceram. Quando analisamos sob a perspectiva da segurança alimentar, em concordância com a previsão de Woodward (2013, p. 153-154) Cohn e Duncanson (2018, p. 8), dados do Índice Global da Fome, mostram que o Timor-Leste que ocupava um nível de fome alarmante, progrediu apenas para o nível sério no período de 2006 a 2012, possuindo cerca de 31% da população em estado de desnutrição em 2012 (GLOBAL HUNGER INDEX, 2021, não p.).

Tais dados apresentam sua relevância para o debate a ser desenvolvido na próxima sessão acerca dos mecanismos de transferência de valor. Isso porque, iluminam as ações adotadas como prioridade, as questões deixadas de lado e abrem o questionamento sobre o interesse defendido por doadores, agências de desenvolvimento e Banco Mundial. A partir da análise da TMD sobre os mecanismos de transferência de valor, será possível encontrar uma resposta aprofundada sobre a perpetuação de um cenário de violência estrutural mesmo com a execução dos projetos.

4.2.2 Atuação do FMI no peacebuilding do Timor-Leste

Quando analisamos a participação do Fundo Monetário Internacional dentro do *peacebuilding* no Timor-Leste, temos a aprovação pelo Conselho Executivo da ONU da primeira missão do Fundo no Timor-Leste em outubro de 1999 (VALDIVIESO et al., 2000, p. 1). Assim, entre outubro e novembro de 1999, o FMI “focou na avaliação macroeconômica e prestou aconselhamento sobre como desenvolver um quadro macroeconômico para orientar as principais decisões políticas” (ibid, p. 1). Esta missão de avaliação e aconselhamento foi realizada em conjunto com o Banco Mundial e seus resultados foram apresentados na primeira reunião com doadores em dezembro de 1999, celebrada em Tokyo, Japão (ibid, p.1).

Nesta ocasião, Kunio Saito, representante da equipe do FMI, destacou os pontos macroeconômicos vitais para o período pós-independência (IMF, 1999, não p.). Dentre eles estão: (1) Criação de um gabinete central de pagamentos que possa evoluir para um Banco Central e definição da moeda estrangeira legal; (2) Criação de uma autoridade fiscal central para o gerenciamento das finanças públicas e responsável pelo cumprimento da legislação fiscal; (3) Adoção de um sistema tributário simples e fácil administração, responsável pela

²¹ Até 2007 a economia não petrolífera do Timor-Leste era dominada pelo setor público, contribuindo com cerca de 45% do PIB não petrolífero, seguido da área de indústria e serviços com 28% e da agricultura com 27% (IEG, 2011, p.4)

definição de impostos, seus valores e setores impactados; (4) Elaboração de um orçamento compatível com a capacidade de absorção de curto prazo; (5) Recrutamento de recursos humanos para a função pública (IMF, 1999, não p.). Como requisito para a atuação do fundo, exigiu-se do país responsabilidade de custos, aceitação da assistência técnica e capacitação de mão-de-obra, além da estruturação do sistema de pagamentos, moeda, serviços bancários, desenho de política fiscal (arrecadação de receitas e controle de gastos), gestão e execução (IMF, 1999, não p.).

Ou seja, a proposição de participação na criação das instituições governamentais timorenses, é acompanhada pela exigência do FMI acerca da aceitação da assistência técnica, garantindo sua participação e interferência no desenho das políticas institucionais. É importante mencionar, que as instituições propostas pelo fundo são peças-chave na formulação da política econômica e na maneira que o país vai lidar com o mercado local e mundial. A criação de um Banco Central impacta, por exemplo, na regulação das instituições bancárias presentes no país, fiscalização do sistema financeiro, estabilidade e poder de compra da moeda. Por outro lado, a escolha de uma moeda oficial gera impactos na inflação, atratividade de exportações e facilidade de importações. Quando se fala na definição do sistema tributário está se definindo quais os setores irão pagar impostos e quanto irão pagar, impactando diretamente na promoção de um ambiente atrativo/favorável ou não para empresas locais ou estrangeiras. Por fim, a elaboração do orçamento é a principal responsável pela definição e planejamento de como os recursos do país serão gastos, regulando, por exemplo, até quanto se pode gastar. Ou seja, a participação do FMI na construção destas instituições e políticas, permite que a perspectiva de desenvolvimento e Estado do fundo, estejam presentes em cada uma das esferas citadas.

Nesse sentido, tendo em vista a ausência de um sistema bancário, a realização transações em dinheiro e com moedas diferentes e as distorções de preço e câmbio geradas por isso, o fundo recomendou como passo inicial a criação de um Gabinete Central de Pagamentos com capacidade de custódia de fundos, manuseio de impostos, taxas alfandegárias, encargos e taxas de serviço público e outros recebimentos da UNTAET (VALDIVIESO et al., 2000, p. 11), transformando-se em realidade em 2000 (UNTAET/REG/2000/1; UNTAET/REG/2000/18). Em sequência, apesar da liderança timorense desejar a criação de uma moeda nacional, o FMI foi responsável pela recomendação do Dólar Americano (Valdivieso et al., 2000, p. 11), adotado também em 2000 sob a administração da UNTAET (UNTAET/REG/2000/7). Outras recomendações, faziam referência a um teto de gastos de até 50% do PIB e salário mínimo de 83 dólares ao mês

(VALDIVIESO et al., 2000, p. 13). Para além disso, o fundo também teve suas recomendações atendidas com a implementação do conselho consultivo e do restabelecimento do serviço judicial com a criação de uma comissão transitória de justiça (UNTAET/REG/1999/3; VALDIVIESO et al., 2000, p. 14).

Como citado anteriormente, a escolha de uma moeda oficial tem grande impacto no desenvolvimento da economia local. Quando o país possui sua própria moeda, o Banco Central tem o poder de controlar o valor dela, aumentando ou reduzindo seu valor de acordo com os interesses do país. Uma das consequências de uma economia dolarizada e sem o controle monetário é, por exemplo, a perda da capacidade de estimular exportações ou desestimular importações para proteger indústrias locais da concorrência de produtos importados. Isso porque, uma moeda de valor baixo faz com que os produtos exportados tornem-se mais baratos e mais competitivos, como também, reduz o poder de compra de produtos importados. Por outro lado, a inserção de uma moeda forte pode aumentar o valor das exportações tornando-as menos competitivas e facilitando a entrada de produtos estrangeiros no mercado, dificultando exportações e a sustentabilidade de indústrias locais.

Neste sentido, se por um lado o Banco Mundial impactou a construção das estruturas políticas, econômicas e sociais do Timor-Leste no *peacebuilding*, através do controle dos recursos destinados ao país e sua respectiva aplicação em projetos que atendiam seus próprios interesses, de outras agências de desenvolvimento e doadores, o FMI exerceu seu poder de estruturação por meio de seu assessoramento nas políticas econômicas e institucionais do país. Sendo assim, o responsável pelo assessoramento político, treinamento e elaboração de detalhes técnicos para gestão monetária, desenvolvimento do sistema de pagamentos e permanente, adoção de técnicas de orçamento, tesouraria e pelo controle de gastos (VALDIVIESO et al., 2000, p. 15). Tal aspecto pode ser observado no Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PRSP), elaborado pelo FMI em conjunto com doadores, Organizações Internacionais, grupos da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais timorenses (WOODWARD, 2015, p. 146). O resultado do PRSP foi o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e seu Roteiro de Implementação (IMF, 2005), adotado pelo Timor-Leste como guia de estratégias políticas e econômicas de desenvolvimento para 2020.

Analisando os princípios norteadores da política macroeconômica apontada no PND, podemos observar itens como: (1) Construção de um sistema econômico de mercado, aliado a políticas abertas de comércio e investimento, que insere o país no mercado internacional sem perspectivas protecionistas (IMF, 2005, p. 60); (2) Delimitação do papel do Estado, colocando-o como responsável pela infraestrutura, serviços sociais, construção do ambiente

político e jurídico, além de políticas de estabilidade macroeconômica (IMF, 2005, p. 60), onde podemos observar a redução do papel do Estado como regulador da economia abrindo espaço para a atuação do setor privado conforme as recomendações do Consenso de Washington (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6). (3) Restrição da atuação do Estado em empreendimentos comerciais como bancos e companhias aéreas, regulação e controle de preços, fornecimento de subsídios/isenções para indústrias específicas (IMF, 2005, p. 60), reforçando o aspecto do item anterior ao apontar as áreas em que devem ser reguladas pelo livre-mercado. Outros itens encontrados no plano, como a flexibilização salarial para geração de empregos (IMF, 2005, p. 65), estímulo ao Investimento Externo Direto para o desenvolvimento econômico (ibid, p. 64), estímulo da concorrência, aumento do número de bancos privados e promoção da previdência privada, para o desenvolvimento do setor financeiro (ibid, p. 66), evidenciam como a cartilha do Consenso de Washington de austeridade e deflação, privatização, liberalização do comércio, desregulamentação de finanças e do mercado de trabalho (PARIS, 2004, 29), foram incorporadas no Timor-Leste através da atuação do FMI.

4.2.3 Balanço dos resultados gerados pela atuação das IFIs

A avaliação de resultados tanto do Banco Mundial quanto do FMI nos anos de 2011 e 2012 apontam para índices insatisfatórios. Em um relatório de 2011 do Grupo Independente de Avaliação do Banco Mundial, aponta resultados insatisfatórios ou moderadamente insatisfatórios nos três pilares de atuação do banco, nomeadamente: (1) Prestação de serviços sociais básicos, proteção social e alívio da pobreza e do desemprego; (2) Governança e desenvolvimento das instituições estaduais; e (3) Setor não petrolífero sustentável e diversificado para a criação de emprego e crescimento econômico (IEG, 2011, p. 105-110). Buscando uma possível explicação, o relatório destaca que até 2005 o banco não se atentou para problemas de satisfação e coesão interna, focando em reformas institucionais sem resultados a curto prazo (ibid, p. 13). Mais que isso, ressalta que a Estratégia de Assistência ao País desenvolvida pelo Banco Mundial refletiu “uma abordagem de negócios, com ênfase em questões estruturais de longo prazo, negligenciando os programas de redução da pobreza e do desemprego de curto prazo” (IEG, 2011, p. 13). Como resultado, o Timor-Leste ainda é “desafiado por instabilidade potencial, capacidade limitada, resultados de desenvolvimento mistos e oportunidades econômicas limitadas” (ibid, p. 101), fazendo com que, segundo o relatório, o governo timorense se apresenta-se mais cético e frustrado com os mecanismos

complexos e pesados de doadores e em relação às proposições do Banco Mundial (ibid, p. 101-102).

Tal resultado contrasta diretamente com o objetivo traçado pelo *peacebuilding*, a construção da paz a partir da transformação das fontes do conflito, como pobreza e as opressões causadas pelas desigualdades de acesso (UN, 1992, p. 6). Contrastam também com a ideia de que, a criação de instituições democráticas presentes no projeto de desenvolvimento liberal (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 15), bem como, a criação de ambiente econômico mercantilizado com a maximização da liberdade de investidores privados, produtos e consumidores (PARIS, 2004, p. 19), seriam responsáveis pela construção da paz. Isso porque, como observado anteriormente, a atuação do Banco Mundial e FMI que concentrou seus esforços na criação de estruturas do desenvolvimento a partir do modelo capitalista, focado na construção de instituições e de um modelo macroeconômico que reflete a cartilha do Consenso de Washington, resultou, se não na atenuação, mas na manutenção das fontes do conflito.

Sob a ótica do desenvolvimento de um setor não petrolífero sustentável e diversificado para a criação de emprego e crescimento econômico, podemos observar que, ainda em 2012, o Timor-Leste encontrava-se dependente das importações e das exportações de commodities como o petróleo e o café (IMF, 2012, p. 6). Somando-se a isso, ao se analisar o principal ativo produzido no país, encontramos que 83% dos recursos do fundo petrolífero são destinados a compra de títulos norte-americanos²² (ibid, p. 5), a produção do recurso do país ocorre totalmente off-shore (sob o controle de empresas estrangeiras) (IMF, 2005, p. 7), e em 2012 o país entra com o pedido de empréstimos concessionais de 43 milhões de dólares, utilizando o Fundo Petrolífero como garantia (IMF, 2012, p. 12). Ou seja, não só não foi possível criar um setor não petrolífero sustentável, como também, não se viu o retorno da renda gerada pelo petróleo às necessidades da sociedade timorense.

Como resultado, a objetivo das IFIs de prestação de serviços sociais básicos, proteção social e alívio da pobreza e do desemprego, os números mostram que até 2010, 25% da população vivia em estado de fome e 41% em estado de pobreza (índice que sofreu pouca variação durante os anos de intervenção) (IMF, 2012, p. 12). Nesse sentido, levando em consideração estes resultados, pode-se perceber que a estrutura macroeconômica, as reformas políticas e sociais, bem como o direcionamento dos investimentos e doações, coordenados pelo Banco Mundial e FMI, não corresponderam às expectativas de criação de uma ambiente

²² Outros países também são beneficiados em menor porcentagem, dentre eles: Austrália, Japão, União Europeia e Reino Unido (IMF, 2012, p. 5)

livre das fontes estruturais do conflito. Ainda que tenha se construído uma estrutura política e administrativa que trouxe benefícios para a governança local, o mesmo não se pode observar nas esferas sociais e econômicas.

O objetivo deste estudo não é realizar uma análise de resultados sobre os impactos da atuação das IFIs no Timor-Leste através do *peacebuilding*, mas sim, compreender a estruturação dos mecanismos de transferência de valor que posicionam o Timor-Leste em uma relação de subordinação, definida como dependência pela Teoria Marxista da Dependência. Contudo, observar os resultados da atuação dessas instituições financeiras, contribui para entender que o ambiente criado pela perspectiva de desenvolvimento capitalista não se reflete em um desenvolvimento sustentável para a periferia, mas tem como resultado a promoção de um desenvolvimento desigual. Tal aspecto abre espaço para, na análise sobre os mecanismos de transferência de valor, compreender as limitações impostas às nações dependentes. Assim, a próxima sessão tem como foco a análise dos mecanismos de transferência de valor que operam na estrutura econômica timorense a partir do *peacebuilding*. Isso porque, a transferência de valor pode ser entendida como um dos eixos centrais do capitalismo dependente. Nesse sentido, a seguir, analisaremos as quatro formas de transferência de valor, observando se estão presentes e como operam no Timor-Leste.

4.3 OS MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE VALOR OPERACIONALIZADOS NO TIMOR-LESTE

Como exposto no primeiro capítulo, a relação de dependência evidencia o papel ocupado por países periféricos como fonte de valor para compensação da queda do lucro dos capitais que residem nos países centrais. Neste sentido, a estruturação de mecanismos de transferência de valor nas periferias impõe limites para um desenvolvimento não-subordinado, uma vez que recursos necessários para a manutenção de sua sustentabilidade econômica são extraídos para o exterior. Como Theotônio dos Santos afirma, a relação de dependência se dá “quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato” (DOS SANTOS, 2011, p. 5-6). Assim, a análise da dimensão econômica do instrumento de *peacebuilding* a partir da Teoria Marxista da Dependência, permite compreender de que maneira as recomendações das Instituições Financeiras Internacionais contribuíram para criar uma estrutura de transferência

de valor que insere o país auxiliado na dinâmica da dependência e, conseqüentemente, do desenvolvimento dependente lido como subdesenvolvimento.

Para tanto, considerando a transferência de valor como um dos eixos centrais do capitalismo dependente (LUCE, 2018, p. 51), cabe o esforço e correlação entre a dimensão econômica do *peacebuilding* e a estruturação de mecanismos de transferência de valor presentes na relação de dependência, que são: (1) Deterioração dos termos de intercâmbio; (2) Serviço da dívida (remessa de juros); (3) Remessas de lucros, royalties e dividendos; (4) Apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (LUCE, 2018, p. 51). A partir destes eixos, podemos buscar sua identificação dentro das estruturas construídas no Timor-Leste por meio da atuação das IFIs, os mecanismos de transferência de valor que caracterizam a relação de dependência entre centro e periferia e estabelecem uma dinâmica de desenvolvimento desigual.

4.3.1 Estrutura de deterioração dos termos de intercâmbio

Primeiro, quando pensamos na transferência de valor através da deterioração dos termos de intercâmbio, precisamos reforçar que esta transferência de valor não se dá pela lei da oferta e da demanda ou pelo método de fabricação, mas sim pela subversão da lei do valor (MARINI, 2011, p. 143). Em outras palavras, a partir da perspectiva da Teoria do Valor, uma mercadoria só adquire valor por meio da transformação realizada pela força de trabalho, e a troca equivalente entre mercadorias deveria se traduzir pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dela. Contudo, uma vez que esta relação é subvertida, observa-se que bens manufaturados são vendidos com preços superiores (MARINI, 2011, p. 145) ao mesmo tempo em que há uma queda nos preços das mercadorias (em sua maioria, matérias-primas e alimentos) exportadas pelos países dependentes no comércio internacional (LUCE, 2018, p. 53).

Em termos macroeconômicos, esta relação pode ser traduzida por meio da análise do quanto um país recebe por sua produção exportada em comparação ao quanto ele despense na importação de outros bens, presente na conta da balança comercial do país (PAULANI; BRAGA, 2003, p. 126-127). Dessa forma, ao analisarmos a balança comercial do Timor-Leste, no período de 2000 a 2010, verifica-se um saldo negativo na balança, ou seja, nestes dez anos o Timor-Leste gastou mais com importações do que ganhou com suas exportações (IMF, 2012, p. 16; ADB, 2010, p.5). Mais detalhadamente, a produção timorense destinada à exportação composta principalmente por matérias-primas (combustíveis minerais,

óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais) e alimentos (café, chá, chá mate, especiarias, sementes, frutos oleaginosos, plantas industriais ou medicinais, palhas e forragens) (IPIM, 2021, não p.) não consegue alcançar o valor das importações de produtos manufaturados (veículos, bens de capital e combustíveis) (IPIM, 2021, não p.). Em dólares, tal saldo representa uma somatória de quase dois bilhões de transferências ao exterior ao longo desses dez anos.

A solução encontrada pelo FMI e Banco Mundial foi buscar intensificar a produtividade do campo e aumentar as exportações primárias do país, considerando que as exportações seriam uma importante fonte de recurso para equilibrar as contas timorenses (WB, 2005, p. 13; IMF, 2012, p. 6). Contudo, esta estratégia encontra sua limitação na subversão da lei do valor, ou seja, ainda que se possa expandir a capacidade de exportação local ao máximo, estes ativos primários não alcançam o valor dos produtos industrializados. Tal aspecto pode ser visto pelo aumento da exportação de café no país, que praticamente dobrou entre 2005 e 2011 (IMF, 2012, p. 19), mas não foi capaz de alterar significativamente os números negativos da balança comercial. Ou seja, o aumento da exportação de bens primários, não resulta no aumento do valor que o país recebe a ponto de equilibrar a conta da balança comercial tornando-a superavitária.

Dois outros fatores podem se relacionar contribuindo para a intensificação da transferência de valor por meio da deterioração dos termos de intercâmbio, são eles: a dolarização da economia timorense e o descarte de uma política de industrialização petrolífera. A adoção do dólar americano como moeda oficial (VALDIVIESO et al., 2000, p. 11; UNTAET, 2000/7) retira do país o controle monetário sobre o valor da moeda, impossibilitando, por exemplo, que o país possa baixar o valor da moeda local para tornar as exportações mais competitivas a nível internacional (LA'O HAMUTUK, 2018, não p.). Tal aspecto contribui para a estruturação da deterioração dos termos de intercâmbio de duas formas. Primeiro, torna a produção primária local menos competitiva em relação aos mesmo itens produzidos em outros países, pela moeda comercial ser uma moeda forte, o dólar, e por não haver a possibilidade de alterar seu valor, uma vez que este controle só pode ser realizado pelo Banco Central estadunidense. Por outro lado, ter em circulação uma moeda com forte poder de compra facilita a compra de itens importados, tais itens ao chegarem ao país tornam-se concorrentes dos produtos locais, com preços mais competitivos. Neste sentido, ao analisar os impactos da dolarização no país, a organização La'o Hamutuk destaca que “o alto valor do dólar americano é parte da explicação para a dependência de importações do Timor-Leste porque permite que o Timor-Leste importe bens a um preço mais barato do que o

produtores locais podem competir” (LA’O HAMUTUK, 2018, não p.), fazendo com que outros setores produtivos não se desenvolvam.

Somando-se a isso, podemos encontrar na nota da EAP de 2005 a estratégia de não adoção de indústrias de refinamento do petróleo ou indústrias químicas que trabalham o recurso (WB, 2005, p. 13). Tal opção estratégica torna o Timor-Leste um fornecedor de petróleo em condição bruta com baixo valor agregado. Mais que isso, faz com que o país entregue seus recursos para o países que refinam petróleo, uma vez que é dependente de importações dos derivados do petróleo, como combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas e ceras minerais, que se encontram entre as principais importações do país (IPIM, 2021, não p.). Ou seja, o que poderia ser uma oportunidade para a auto-suficiência e de exportação de bens manufaturados do petróleo e seus derivados, tornou-se condição de estímulo da dependência.

Desse modo, ao se ponderar que a única estratégia das Instituições Financeiras para o Timor-Leste foi a aposta no setor de exportação primária, autoras como Susan Woodward (2013, p. 153-154) e Carol Cohn e Claire Duncanson (2018, p. 8) ressaltam como a política de exportação agrícola pode destruir a capacidade produtiva local e prejudicar o cenário de segurança alimentar do país, utilizando mecanismos de desapropriação de terra e retirada da agricultura familiar. Exemplo disso, pode ser encontrado na incorporação do setor pesqueiro timorense ao mercado de exportações, que anteriormente estava destinado ao abastecimento local, como proposição do FMI em 2005 (IMF, 2005, p. 10). Ao somarmos uma análise de segurança alimentar, segundo dados do Índice Global da Fome, o Timor-Leste que ocupava um nível de fome alarmante, progrediu apenas para o nível sério no período de 2006 a 2012, possuindo cerca de 31% da população em estado de desnutrição em 2012 (GLOBAL HUNGER INDEX, 2021, não p.). Tais aspectos evidenciam que as reformas estruturais foram insuficientes para a criação de um ambiente de segurança alimentar, onde a produção ainda encontra-se afetada por uma baixa tecnologia no campo, escassez de recursos (como fontes de empréstimos) e ausência de infraestrutura (estradas e irrigação), em um território com 70% a 80% da população dependente do setor agrícola (LUNDAHL; SJÖHOLM, 2013, p. 72-81).

A inserção do Timor-Leste, cuja esfera produtiva é majoritariamente primária (seja por herança histórica ou pela destruição pós-guerra), no mercado internacional sem medidas protetivas, como controle monetário ou impostos sob a importação, estimula a criação de um ambiente repleto de atores com poder econômico e produtivo (as economias centrais) com capacidade de impor suas mercadorias, algumas essenciais pós-conflito, a preços superiores ao seu valor, iludindo a lei do valor (MARINI, 2011, p. 145). Levando em conta a Divisão

Internacional do Trabalho, a necessidade dos capitais que residem nos países centrais em baratear o capital constante e o variável, e o uso do comércio exterior para tal fim, explicitam que a inserção destes países em fase produtiva primária sem qualquer meio de proteção, não é casual, mas sim causal. Nesse sentido, as diretrizes de livre mercado atreladas ao estímulo de uma economia primário-exportadora, atendem a esta demanda de redução do capital constante e variável, abastecendo-os com matéria-prima de baixo custo para a indústria e reduzindo o valor da cesta-básica da mão-de-obra nas economias centrais.

Desse modo, pode-se afirmar que as políticas econômicas viabilizadas por assessoria técnica, direcionamento dos investimentos e estratégias como a EAP e o PRSP (materializado no Plano Nacional de Desenvolvimento), criaram uma estrutura favorável à transferência de valor do Timor-Leste para os centros econômicos. A economia primário-exportadora de alimentos e matéria-prima petrolífera conduzem a balança de pagamentos timorense a uma contínua situação deficitária. Tal condição pode explicar, por exemplo, o abandono da política de não endividamento analisada a seguir.

4.3.2 Estrutura de transferência de valor via endividamento

O segundo eixo, refere-se a questão da transferência de valor via endividamento. A problemática em torno deste mecanismo de transferência de valor, são os impactos gerados pelo comprometimento do orçamento do país, esvaziando recursos que poderiam ser alocados em áreas prioritárias. Ainda que o Timor-Leste tenha seguido uma política de distanciamento de empréstimos internacionais desde o início das intervenções internacionais, em 2012, contudo, o parlamento timorense aprovou a primeira requisição de empréstimos concessionais (com taxas de juros baixas) de 43 milhões de dólares (IMF, 2012, p. 12). Após este marco, a política de empréstimos tornou-se rotineira, sempre com análise e aprovação das IFIs, em 2016 o país já acumulava um montante de 321 milhões de dólares em sete pacotes de empréstimos (CASHIN et al., 2017, p. 2). Com o passar dos anos, nota-se um crescimento da ocupação da dívida pública no PIB timorense, saindo de 0% até 2012 e chegando a 9,8% em 2019 (COUNTRY ECONOMY, 2019, não p.), mostrando como paulatinamente o fundo público é canalizado para o pagamento da dívida e seus juros (Luce, 2018, p. 63).

Tal aspecto é problemático sob duas perspectivas. A primeira é que estes 9,8% já representam um montante maior que a porcentagem do PIB ocupada pelos gastos com educação, 6,83% do PIB em 2018 (COUNTRY ECONOMY, 2018, não p.), e saúde, 2,56% do PIB em 2017 (COUNTRY ECONOMY, 2017, não p.). Ainda que não seja possível atestar

que o baixo nível de gastos nestes setores (saúde e educação) em relação ao PIB se dá pelo endividamento, pode-se afirmar, no entanto, que o comprometimento de quase 10% do PIB com endividamento limita a possibilidade de investimento em áreas básicas como essas. A segunda questão está relacionada ao comprometimento do Fundo Petrolífero. Em 2011, a Lei que rege o Fundo Petrolífero passou a permitir que até 10% dele pudesse ser utilizado como garantia de empréstimos (LA'O HAMUTUK, 2020, não p.). Ou seja, o processo de endividamento compromete também a principal fonte de receita do Estado timorense, onde 90% das receitas são provenientes do petróleo (LA'O HAMUTUK, 2014, não p.).

Observa-se assim que, como consequência também da estrutura deficitária na balança de pagamentos, o endividamento tornou-se uma prática contínua desde 2012 buscando através de empréstimos, recursos que não são produzidos pelo Estado. O pagamento destes empréstimos e juros caracterizam o mecanismo de transferência de valor via endividamento, como consequência, ocupam um montante do PIB que poderia estar sendo aplicado em áreas de fomento social, como saúde e educação. Mais que isso, compromete por meio de seu uso como garantia de pagamento dos empréstimos, a principal fonte de receita do Timor-Leste, o Fundo Petrolífero.

4.3.3 Estrutura de transferência de valor por remessas de lucros, royalties e dividendos

A terceira forma de transferência de valor a ser analisada, a transferência de valor por remessas de lucros, royalties e dividendos. Ela é uma consequência direta da remessa de recursos para o setor privado sediado no exterior (AMARAL; DUARTE, 2010, p. 117). Através dela é possível analisar os recursos que são transferidos de um país para outros por meio do pagamento de lucros, royalties e dividendo. No caso timorense, esta esfera apresenta-se diretamente conectada à exploração e aos recursos gerados pelo petróleo no país.

Ao analisarmos os índices apresentados pela balança de pagamentos, podemos verificar que a partir de 2005 houve um aumento exponencial dos rendimentos derivados do petróleo, financiando inclusive o déficit da balança comercial (IMF, 2012, p. 16; ADB, 2010, p. 5). Em outras palavras, o início das operações de petróleo do país foi responsável por produzir recursos superiores aos gerados pelas exportações. Contudo, segundo o direcionamento do FMI, os ativos do fundo petrolífero deveriam “ser investidos de forma segura em ativos financeiros de baixo risco no exterior” (IMF, 2005, p. 24). A lei de administração do Fundo Petrolífero estabeleceu, com isso, que 40% deveria ser investido no mercado de ações global (LA'O HAMUTUK, 2014, não p.).

Ou seja, 40% do principal recurso gerado pelo país, passa a ser transferido para o crescimento de empresas no exterior. Alberto dal Paz (2018, p. 204) confirma a implementação da recomendação apontando que os royalties gerados pela exploração do petróleo são levados ao exterior através da compra de títulos de 21 grandes empresas (como Amazon, Apple, Exxon, Facebook, General Electric, JP Morgan, Microsoft e Wells Fargo), além de títulos do tesouro americano, consumindo cerca de 88% dos recursos do fundo petrolífero (IMF, 2012, p. 5). No final de 2014, o Fundo Petrolífero foi responsável pela participação no investimento de 1.981 empresas de 14 países.

Quando investigamos os países beneficiados com os investimentos do Fundo Petrolífero timorense, podemos encontrar: Estados Unidos com 58,6% dos investimentos, União Europeia com 11,3%, Reino Unido e Japão com 8,1%, além de Canadá, Austrália, Suíça, Suécia, Noruega, Israel, Singapura e Hong Kong (LA'O HAMUTUK, 2020, não p.). É interessante notar que países como União Europeia, Reino Unido, Austrália, Noruega, Estados Unidos estão na lista dos doadores do TFET (WB, 2000, Anexo D). Tal aspecto abre o questionamento sobre os interesses envolvidos nos direcionamentos dos recursos que chegaram ao país, e auxilia a mostrar como estes interesses foram defendidos pelas IFIs, uma vez que estes países e suas empresas têm o retorno das doações através da política macroeconômica construída no Timor.

De acordo com os registros da balança comercial, entre 2006 e 2009 o Timor-Leste transferiu cerca de cinco bilhões de dólares ao exterior na forma de compra de títulos e investimentos em ações (IMF, 2012, p. 16; ADB, 2010, p.5) de países no centro econômico. Quando sobrepomos a balança de serviço (onde encontramos as entradas do fundo petrolífero) com a conta de capital e financeira (que registra entradas e saídas de investimentos diretos ou de carteira, reinvestimentos, empréstimos e financiamentos, amortizações e capitais especulativos, de alta volatilidade), podemos perceber que no ano de 2008 a saída de capital foi superior a entradas no fundo petrolífero (IMF, 2012, p. 16; ADB, 2010, p. 5). Em outras palavras, os investimentos, realizados sob a expectativa de trazerem um retorno maior do que foi investido, não trouxeram ganhos ao país, ao contrário, estimularam a transferência de sua riqueza.

4.3.4 Estrutura de transferência de valor pela apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais

É na exploração petrolífera que encontramos também a quarta forma de transferência - apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Este tipo de transferência refere-se ao valor apropriado por empresas estrangeiras a partir das riquezas geradas pela administração de terras mais produtivas ou monopólio sobre determinado recurso natural (LUCE, 2018, p. 72-73). No caso timorense, este recurso natural é o petróleo e a administração de terras mais produtivas pode ser relacionada às áreas mais ricas neste recurso natural.

Quando uma companhia privada decide realizar a extração de petróleo em um determinado campo, por exemplo, ela o faz por calcular que o repasse exigido pelo Estado como compensação da exploração, é menor do que a renda que pode obter naturalmente com a extração e é ainda menor do que a renda obtida através da inserção de novas tecnologias no processo de extração. Este montante de valor apropriado (que não é repassado para o Estado) representa este tipo de transferência de valor. Ou seja, a simples existência de uma empresa estrangeira realizando a exploração da terra ou do recurso, já enquadra esta forma de transferência.

A apropriação do valor do recurso petrolífero timorense vem sendo realizada desde a década de 1960, quando Austrália e Indonésia começaram acordos para a divisão do Mar do Timor, criando uma zona de desenvolvimento conjunto da exploração do petróleo que dividia os rendimentos 50% para cada país (NICOLAU et al., 2005, p. 9). Após a independência, as negociações sobre os direitos do Mar do Timor se estenderam durante toda a década de 2000, enquanto a extração prosseguia com a mesma divisão de lucros, desconsiderando que a maior parte da área de desenvolvimento conjunto pertence ao Timor (ibid, p. 10). Em 2005, um primeiro acordo dividiu os rendimentos em 90% para o Timor e 10% para a Austrália (IMF, 2005, p. 19).

Neste sentido, durante mais de 40 anos a Austrália se beneficiou dos recursos naturais extraídos do mar territorial pertencente ao Timor-Leste. Com a independência, a Austrália tornou-se beneficiária de 10% do campo de petróleo com maior potencial produtivo, o Greater Sunrise (IMF, 2005, p. 19). Não é possível estimar o montante de valor transferido para a Austrália durante todo este período, entretanto, estas informações fornecem a correlação necessária para a identificação da transferência de valor a partir da apropriação da renda diferencial da terra na qual um país ou empresa é beneficiado com a exploração da porção territorial mais produtiva.

Para além disso, até 2008 a extração de petróleo no Timor-Leste foi realizada em sua totalidade por empresas estrangeiras, dentre as principais: a norte-americana ConocoPhillips,

as australianas Santos e Woodside, e a britânica Shell (NICOLAU et al., 2005, p. 9). Apesar dos rendimentos gerados pela exploração, pode-se observar que o Timor-Leste já nasce enquanto país com a operacionalização da quarta forma de transferência de valor, seja através dos ganhos não devolvidos pela Austrália pelo produção em território timorense, seja por meio das operações off-shore que se seguiram. O domínio privado sob o petróleo timorense é a caracterização da transferência de valor via monopólio sobre os recursos naturais, por meio do qual o Timor-Leste recebe apenas uma fração de todo o montante produzido e do lucro obtido por estas empresas. Este montante que não é repassado ao Fundo Petrolífero representa a soma das riquezas transferidas ao exterior.

Cabe ressaltar que o papel das IFIs na estruturação deste tipo de transferência de valor encontra-se principalmente no direcionamento da não adoção da exploração e refinamento do petróleo pelo Timor-Leste. Nesse sentido, a estratégia traçada pelas IFIs não considerou a autonomia timorense em relação ao recurso, permitindo a perpetuação da transferência de valor. Com isso, a principal fonte de recurso timorense produz um valor apropriado por empresas estrangeiras e países centrais.

4.4 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: OS IMPACTOS DA COMPENSAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA A POPULAÇÃO TIMORENSE

Segundo a Teoria Marxista da Dependência, as quatro formas de transferência de valor apresentadas anteriormente extraem recursos necessários para a sustentabilidade de um ambiente econômico que promova o bem-estar social. Mais que isso, como somente a força de trabalho é responsável pela criação de valor, a transferência de valor só é possível por meio da superexploração da força de trabalho nesses territórios (MARINI, 2011, p. 147). Isso porque, a deterioração dos termos de intercâmbio extrai o valor da produção local, levando ao produtor, para manter sua taxa de lucro, a extrair mais valor em seu processo de produção. Considerando a ausência de tecnologia e estrutura impedem o investimento em capital constante e conseqüentemente a obtenção de mais-valia relativa, a alternativa é o incremento da extração de mais-valor absoluto, podendo atingir um nível além da capacidade corporal de reposição das forças pelo trabalhador.

Como pontuado por Marini, a compensação da transferência de valor do país dependente para o exterior se dá através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011, p. 147). A superexploração da força de trabalho pode ser observada quando “são

negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho” (ibid, p. 149). Desse modo, a dependência e os mecanismos de transferência de valor que a caracteriza têm como consequência última a deterioração das condições de vida do trabalhador do país dependente.

Assim, uma vez caracterizada a formação de uma estrutura favorável à dependência através da dimensão econômica do *peacebuilding*, faz-se necessário entender os impactos desta relação no estudo de caso em questão. A superexploração da força de trabalho, ou melhor, apropriação do valor produzido pela força de trabalho para além de sua capacidade de recuperação pode ser classificada segundo Luce (2013, p. 172) em: Violação do fundo de consumo e Violação do fundo de vida. O autor (ibid, p. 172) afirma que a violação do fundo de consumo se dá de duas maneiras: remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, convertendo o que seria necessário para o consumo do trabalhador em acumulação de capital; e através do aumento do valor da força de trabalho sem que seu salário acompanhe esta progressão. Já a segunda forma se dá por meio do prolongamento da jornada e da intensidade do trabalho, tendo como consequência o desgaste prematuro de aspectos físicos e mentais do trabalhador (ibid, p. 172).

O primeiro ponto a ser analisado, desse modo, é a violação do fundo de consumo. Em seu primeiro aspecto, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, precisamos levar em conta “a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais” (LUCE, 2018, p. 180). Ou seja, a percepção sobre a violação do fundo de consumo a partir da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, passa por entender se o que o trabalhador recebe em forma de salário está acima, no nível ou abaixo do que ele precisa para suprir suas necessidades básicas como: alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (ibid, p. 180).

Segundo dados do Inquérito sobre os Rendimentos e Despesas Familiares de Timor-Leste 2011 (Timor-Leste Household Income and Expenditure Survey 2011), o único realizado no país que apresenta a relação entre salários e as despesas médias da população timorense, pode-se observar que a média salarial por pessoa era de 40 dólares mensais (NSD e MFTL, 2011, p. 23). Comparando este valor com a média de gasto mensal por pessoa, 48,89 dólares (ibid, p. 23), observamos que a defasagem dos salários girava em torno de 8,89 dólares por pessoa. Mais que isso, apesar da média geral estar em 40 dólares mensais, cerca de 40% da população sobrevivia com menos de 30 dólares por mês (ibid, p. 23).

Nesse sentido, pode-se observar que o montante salarial estimado para a manutenção do gasto médio da população seria o de 48,89 dólares. Contudo, esta conta tem como base as despesas vigentes dessas famílias, ou seja, não leva em consideração um valor ideal. Ainda assim, quando comparamos este valor, 48,89, com a média salarial de 40% da população, menos de 30 dólares por mês, ou seja, menos de 1 dólar por dia, podemos observar que os salários encontram-se abaixo do necessário para suprir as despesas médias e pode encontrar-se ainda mais abaixo da linha quando levamos em consideração itens para além da sobrevivência, como lazer, qualidade nutritiva desta alimentação, transporte e higiene.

Vale ressaltar ainda que o Plano de Desenvolvimento Nacional, que traz a estratégia de redução à pobreza (PRSP) desenvolvida sob a consultoria das IFIs, aponta como estratégia de geração de empregos o estabelecimento de salários competitivos e flexíveis (IMF, 2005, p. 65). Em outro relatório do FMI, pode-se encontrar a seguinte recomendação:

O Governo, no entanto, precisará ter cautela ao estabelecer salários adequadamente baixos para esses programas de trabalho, para enviar um sinal claro de que, com a saída da comunidade internacional, os salários de mão de obra pouco qualificada devem ser mantidos sob controle e até diminuir, se o potencial competitivo da economia deve ser aumentado (IMF, 2005, p. 10).

Nesta recomendação do fundo é possível notar que as condições de trabalho estão condicionadas a disponibilização de mais vagas de emprego e aos interesses de empresas privadas estrangeiras, de uma maneira que a entrada delas no país torna-se mais rentável quanto mais barata é a mão de obra. Pode-se observar, com isso, que as estratégias de desenvolvimento que estruturam os mecanismos de transferência de valor foram acompanhadas também por mecanismos que contribuem para a violação do fundo de consumo e conseqüentemente que facilitam a relação de superexploração do trabalho. Percebe-se também, que neste cenário de transferência de valor e superexploração da força de trabalho, a geração de empregos não é sinônimo de aumento do acesso à bens e serviços.

Observando o aumento do valor da força de trabalho sem que o salário acompanhe esta progressão, podemos analisar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), cálculo que mostra a tendência da inflação de um conjunto de bens de consumo e serviços em relação aos salários. A defasagem das remunerações aumenta à medida que o índice de preços ao consumidor aumenta. O relatório desenvolvido pela Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego timorense em 2008, mostra uma tendência ininterrupta de crescimento deste índice (SEFOPE, 2008, p. 16). Adotando como ano base 2001, pode-se observar um

aumento de 51,7% do índice dos preços ao consumidor entre os anos de 2001 e 2007, expondo o quanto o acesso a bens e serviços tornou-se mais caro.

Assim, a tendência de aumento de preços somada a salários abaixo do necessário expõe um ambiente ainda mais difícil de acesso à população mais pobre do país. Tais aspectos nos ajudam a explicar porque quase metade da população timorense, 41,8%, vivia em situação de pobreza ainda em 2014 (ONU et al, 2018, p. 21). Dados de 1999 registram que a porcentagem de famílias vivendo em torno da linha de pobreza antes da eclosão da Guerra Civil era de 50% (WB, 1999, p. 3). Os treze anos de operação de *peacebuilding* e de políticas para o desenvolvimento não foram capazes de alterar significativamente o cenário de pobreza do país.

Deste modo, a violação do fundo de consumo vai além de salários baixos ou uma má remuneração. Ela se traduz como uma negação à metade da população ao direito de subsistir de forma digna. É importante destacar, com isso, que esta violação não se dá ao acaso, mas retrata um esquema de compensação interna às transferências de valor da periferia para o centro como forma de baratear o custo de vida da classe trabalhadora dessas economias e consequentemente, sua produção. Em outras palavras, a relação de dependência mostra que a degradação das condições de subsistência da vida do trabalhador na periferia com o aumento do custo de vida sem o aumento das remunerações, financiam o aumento da capacidade de acesso a bens e serviços nos países centrais por meio da redução de seu custo de vida. Não por acaso, como a violência estrutural é uma das fontes da violência direta, o conflito, podemos compreender os conflitos eclodidos em 2006 como frutos de um cenário de insatisfação geral da população devido às difíceis condições socioeconômicas (WIGGLESWORTH, 2012, p. 12).

Da perspectiva da violação do fundo de vida, dois aspectos precisam ser analisados: a jornada de trabalho imposta aos trabalhadores timorenses e a intensidade deste trabalho. Isso porque, ambos aspectos impactam diretamente no consumo da energia vital do trabalhador, exaurindo sua força física e mental, gerando doenças laborais, além de reduzir a qualidade e a expectativa de vida destes trabalhadores. Assim, para a compreensão deste cenário, torna-se necessária a análise da quantidade de horas trabalhadas e da qualidade deste trabalho sob perspectiva da segurança laboral.

O relatório de 2010 sobre a força de trabalho timorense, Timor-Leste Labour Force Survey, revela que a média geral de horas trabalhadas, considerando diversos setores da economia, era de 46,24 horas semanais (SEFOPE; DNE, 2010, p. 53). Quando fragmentamos os dados, podemos encontrar que pessoas autônomas com mais de 40 anos chegavam à média

de 59,2 horas semanais, intensificando ainda mais quando observado apenas o gênero masculino, 62,3 horas por semana (ibid, p. 53). Entretanto, a violação do fundo de vida não pode ser retratada apenas pela quantidade de horas trabalhadas, mas pelos efeitos gerados por uma carga horária excessiva sob aspectos físicos e mentais do trabalhador.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma carga horária acima de 55 horas semanais estão associadas a um maior risco de doenças isquêmicas do coração e acidente vascular cerebral²³. Nesse sentido, considerando que, dos 300 mil profissionais exercendo atividade remunerada, 33 mil são autônomos (cerca de 10%) (SEFOPE, 2008, p. 6), a média de 62,3 horas semanais representa uma violação ao fundo de vida pela jornada de trabalho timorense por oferecer riscos à saúde do trabalhador, sem qualquer lei de proteção que estabelece um teto máximo, algo que se torna ainda mais difícil no ambiente autônomo. Este excedente de horas trabalhadas, principalmente por autônomos, reflete também a violação do fundo de consumo, uma vez que a média salarial abaixo do necessário exige que o trabalhador busque outras formas de rendimento e aumente o tempo trabalhado como forma de compensação.

Para a análise da intensidade do trabalho, Mathias Luce (2018, p. 191) sugere a análise empírica da ocorrência de acidentes de trabalho como o principal indicador para auferir a categoria. Entretanto, o relatório de 2018 “Desafios e Recomendações para a Extensão da proteção social a todos em Timor-Leste” aponta que a maioria dos acidentes laborais não são relatados (UN at al, 2018, p. 64) inviabilizando uma análise a partir deste indicador. Porém, afirma que “considerando que 2 em cada 5 trabalhadores estão no setor agrícola (40,5%) e que muitas outras atividades em Timor-Leste usam mão de obra intensiva, a incidência de doenças relacionadas com o trabalho deve ser relativamente alta” (UN at al, 2018, p. 64). Ou seja, trabalhos que utilizam mão de obra intensiva, apesar de abrirem espaço para mais postos de trabalho por serem caracterizados por um processo de produção manual, exigem uma alta carga de esforço da mão de obra pela falta de tecnologia no campo e em outros ramos laborais.

É importante destacar que a principal estratégia de geração de empregos adotada pelas IFIs, dizia respeito a serviços de uso de mão de obra intensiva. Isso pode ser observado no Plano Nacional de Desenvolvimento (IMF, 2005, p. 65), na EAP (WB, 2005, p. 13), que apostavam na estruturação de fontes de empregos de pouca qualificação e uso intensivo da mão de obra. Mostra-se assim, como a violação do fundo de vida por meio da intensidade do trabalho foi operacionalizada no Timor-Leste.

²³ https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_792131/lang--en/index.htm

Contudo, vale ressaltar outros fatores que podem intensificar a violação do fundo de vida e consumo da força de trabalho timorense. Primeiro, segundo relatório do SEFOPE em conjunto com o Diretório Nacional de Estatística (DNE), 75% dos funcionários em empresas privadas não possuíam contrato escrito, tendo apenas acordos firmados na oralidade (SEFOPE e DNE, 2010, p. 51). Tal aspecto chama atenção para a ausência de garantias do mercado de trabalho e a exposição desta mão de obra a um ambiente de vulnerabilidade, estando menos propensas a benefícios, programas de proteção e em situação de risco diante de ciclos de desaceleração econômica (ibid, p.14). Para além disso, cerca de 30% dos trabalhadores abordados pela pesquisa não possuíam conhecimento acerca da duração do contrato e cerca de 40% não recebiam férias ou licença médica remunerada (ibid, p. 52), intensificando ainda mais potenciais violações a esta mão de obra.

Este cenário de violações do fundo de vida e consumo retratam um cenário onde 24,7% da população tinham dificuldade em suprir as necessidades alimentares, 27,7% tinham dificuldade de acessar os serviços de educação, 19,2% não conseguiam suprir as necessidade de saúde e quase 30% tinham dificuldade com as necessidade habitacionais (UN at al, 2018, p. 20). Ao observar objetivos que guiam o *peacebuilding* e que definem qual o desenvolvimento deve ser buscado, podemos encontrar no Human Development Report o conceito de desenvolvimento humano que aponta para a possibilidade de todos os indivíduos aumentem sua capacidade de forma plena por meio de uma equidade de distribuição de recursos e oportunidades (PNUD, 1994, p. 15). Ao sobrepor as condições de vida produzidas no Timor-Leste, com os objetivos esperados pelo conceito de desenvolvimento humano no PNUD, pode-se perceber o quanto o modelo de desenvolvimento capitalista aplicado pelas IFIs produziram resultados diretamente opostos.

Mais que isso, a análise operacionalizada a partir da Teoria Marxista da Dependência das estruturas de transferência de valor construídas no Timor-Leste, fornece a compreensão acerca da contradição entre a paz, a partir da compreensão da ONU no contexto do *peacebuilding*, e o desenvolvimento capitalista. Isso porque, nos permite estabelecer a conexão entre as necessidades do centro, o papel de subordinação da periferia em relação a essas necessidades e as consequências objetivas para a população. De outro modo, permite conectar a busca pela manutenção do lucro das economias centrais à estruturação de territórios produtores de valor em forma de alimentos, matérias-primas e recursos financeiros, como também, às violações impostas à população pela lógica contraditória de acumulação capitalista.

Assim, a superexploração da força de trabalho observada no Timor-Leste expõe o quanto a transferência de valor impacta na vida do trabalhador local impedindo a estruturação de mecanismos que assegurem os recursos necessários para a manutenção da dignidade da vida. Como resultado, a violação do fundo de vida e consumo é, senão, resultado da construção de uma paz que foi incapaz de transformar as condições de violência anteriores ao conflito. Ao contrário, por meio da estruturação de mecanismos de transferência de valor, resultantes da concepção de desenvolvimento capitalista presente nas IFIs, criou um ambiente favorável a manutenção da violência estrutural marcada pela desigualdade de acesso a recursos, pobreza, fome e permeado de mecanismos que sugam os recursos estatais responsáveis pela transformação social do país.

4.5 CONCLUSÃO

O Timor-Leste vivenciou um longo período de colonização, tendo seu território desanexado de Portugal apenas na década de 1970. Contudo, o que poderia ser o início da história de independência do país, foi marcado pela invasão indonésia e seu domínio territorial até o final da década de 1990. Grupos de resistência em prol da independência se fortaleceram ao longo dos anos sem abandonar sua luta, conseguindo chamar a atenção de Organizações Internacionais sobre os abusos da ditadura indonésia na região e culminando no plebiscito no qual o povo timorense expressou seu desejo pela independência.

O período seguinte foi caracterizado pela guerra civil, entre os movimentos de resistência e as milícias financiadas pela Indonésia, que resultou na destruição de mais de 50% da infraestrutura local e interrupção de serviços básicos de entrega de alimentos, energia e água. Desde então, a ONU organizou missões de paz com o objetivo de reconstruir o país de modo a criar uma estrutura política, econômica e social capaz de sanar as fontes subjacentes ao conflito para a sustentabilidade de um cenário de paz. Este modelo de atuação em prol da paz conhecido como *peacebuilding*, constituiu-se de missões multidimensionais envolvendo inúmeras organizações internacionais e doadores em seis missões ao longo de treze anos.

Ao centrar a análise do *peacebuilding* em sua dimensão econômica observando as proposições e os resultados gerados, foi possível notar uma intensa participação das Instituições Financeiras Internacionais - FMI e Banco Mundial. Assim, carregando uma perspectiva de desenvolvimento capitalista nascida na Guerra Fria e reestruturada no Consenso de Washington, estas instituições foram responsáveis pelo desenho da política macroeconômica, leis de gestão econômica e pela administração dos fundos destinados à

reconstrução timorense. Contudo, ao contrário do que a ONU e outras Organizações Internacionais esperavam do processo de reconstrução, mas coadunando com os possíveis resultados apontados pela crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista formulada pela Teoria Marxista da Dependência, as recomendações das IFIs não ajudaram na criação de um ambiente sem desigualdades, pobreza e acesso da população a melhores condições de vida.

Se por um lado, os objetivos almejados pela operação de *peacebuilding* enxergavam o desenvolvimento como o caminho para a contenção das violências promotoras do conflito, por outro lado, a atuação das Instituições Financeiras Internacionais, FMI e Banco Mundial, foi responsável por mostrar que, quando o modelo de desenvolvimento adotado é o capitalista, o resultado é a manutenção ou a intensificação dessas violências. Isso porque, através do controle dos fundos de investimento, gestão de interesses dos doadores, desenho institucional político e econômico, foi possível aplicar esta perspectiva de desenvolvimento focada no interesse privado, na lógica econômica de livre-mercado e na redução da atuação do estado. Como resultado, observou-se a estruturação de mecanismos favoráveis à transferência de valor estimulando uma economia agro-exportadora, vulnerável ao ciclo de endividamento, que investe seus recursos no exterior e dependente da operação externa de seu principal recurso natural. Posicionando assim, o Timor-Leste como fonte de recursos que beneficiam a manutenção do lucro nos países centrais e suas empresas.

Mais que isso, como previsto pela TMD, a estruturação da transferência de valor só foi possível por meio da superexploração da mão de obra local. A superexploração, contudo, não se constituiu apenas como uma compensação natural produzida pela economia timorense, mas foi construída também dentro das estratégias das IFIs. Constatada através das violações do fundo de vida e consumo da força de trabalho timorense, a superexploração materializa o resultado último dos treze anos de *peacebuilding* no Timor-Leste, dentro do aspecto econômico, a reprodução da violência estrutural no país.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo a análise do modelo de desenvolvimento aplicado no Timor-Leste por meio da dimensão econômica do peacebuilding. Considerando que a categoria desenvolvimento não é uma unanimidade, através do primeiro capítulo foi possível observar o quanto esta categoria foi disputada durante a Guerra Fria e como teorias foram sendo construídas para validar as perspectivas capitalista e socialista. E assim, em um contexto de aplicação de estratégias do modelo de desenvolvimento capitalista como solução para o subdesenvolvimento latinoamericano, surge uma corrente teórica crítica - a Teoria Marxista da Dependência - que esclarece o subdesenvolvimento como a manifestação de um desenvolvimento desigual, além de apontar para os mecanismos que posicionam estrategicamente o desenvolvimento da periferia em uma relação de subordinação aos interesses dos grandes centros econômicos.

Esta relação de subordinação é denominada como dependência e possui como principal característica estruturas de transferência de riqueza, ou em termos marxistas, de valor, da periferia para o centro. Como parte desta estrutura temos a transferência de valor sob as formas de: deterioração dos termos de intercâmbio; serviço da dívida; remessas de lucros, royalties e dividendos; e apropriação de renda diferencial e renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Através delas, a periferia torna viável o desenvolvimento nos países centrais diante das contradições apresentadas no modo de produção capitalista, como a lei tendencial de queda da taxa de lucro, compensada por meio do fornecimento de bens primários e remessas financeiras realizadas pela periferia.

A questão pontuada neste trabalho é que este modelo de desenvolvimento capitalista e desigual está diretamente conectado à perspectiva econômica de construção da paz. Como foi possível observar a virada paradigmática em relação a atuação e ao entendimento do que é paz e como ela deve ser construída, se deu em um contexto de universalização de que o modelo de desenvolvimento capaz de conduzir os países subdesenvolvidos ao estágio de desenvolvimento experimentado pelas grandes potências econômicas, era o desenvolvimento aplicado pelo país vencedor da Guerra Fria, o desenvolvimento capitalista defendido pelos Estados Unidos. Assim, diante dos desafios impostos pelos novos conflitos eclodidos a partir do fim da Guerra Fria, as Guerras Civis, que estavam ligados a escassez de recursos e as disputas entre grupos dentro dos Estados por eles, a ONU adota uma perspectiva de paz que busca solucionar as fontes desses conflitos.

Compreendendo assim, a paz como o resultado da contenção do conflito direto como das violências estruturais geradas pela fome, pobreza e desigualdade de acesso à recursos, a ONU adota um novo instrumento para suas operações de paz - o peacebuilding. Dentro dele, temos a busca pela reconstrução das estruturas políticas, econômicas e sociais nos territórios devastados pelo conflito. Como uma operação multidimensional, o peacebuilding conta, para além da ONU, com diversos parceiros durante a operação, como Agências de Desenvolvimento Regionais, Organizações não governamentais, doadores e grupos da sociedade civil. Mais especificamente no aspecto econômico, os principais parceiros da organização são as Instituições Financeiras Internacionais - FMI e Banco Mundial.

A princípio FMI e Banco Mundial não possuíam políticas específicas para a atuação em países em situação de conflito ou caracterizados pela fragilidade institucional, mas desafiados pela crise econômica e pelo não pagamento dos empréstimos fornecidos para esse grupo de países, ambas as instituições se reestruturaram para atuar no contexto político e econômico deles. Sob a chancela do Conselho de Segurança, essas instituições passam a compor o quadro de parceiros do peacebuilding atuando na articulação entre doadores, ONU e os países em processo de reconstrução, além de administrar o fundo fiduciário da reconstrução, fornecer assistência técnica na construção das instituições governamentais e proposição de políticas macroeconômicas. Documentos como a Estratégia de Apoio Transitório (EAT), Estratégia de Assistência ao País (EAP), Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP), são adotados como a base do processo de reconstrução dos países, servindo como uma espécie de guia para a definição das políticas de reconstrução a serem aplicadas.

A operação de peacebuilding no Timor-Leste ilustra de forma precisa essa atuação das IFIs dentro do aspecto econômico. Atuando desde a fase embrionária da operação, através do EAT, EAP e PRSP, as IFIs foram responsáveis pela inserção dos interesses de outros países e doadores privados no peacebuilding timorense. Por meio destes documentos, definiram: (1) onde, como e quando os recursos das doações seriam aplicados; (2) o papel reduzido do Estado, responsável pelo fornecimento da estrutura necessária para o mercado e interesse privado; (3) uma política macroeconômica de abertura ao mercado e baseada na exportação de commodities; (4) a política monetária com a escolha do dólar americano como moeda oficial; (5) a política de exploração do petróleo, favorável à exploração privada do recurso e à aplicação dos rendimentos em investimentos internacionais; (6) políticas trabalhistas de salários baixos, flexíveis e competitivos para estimular o interesse internacional privado, política de exportação de mão de obra barata e estímulo à postos de trabalho intensivo em mão de obra sem qualificação.

Como foi possível observar, tais políticas foram responsáveis pela estruturação dos mecanismos de transferência de valor ao exterior. A escolha do dólar, a política agroexportadora e a não-escolha da promoção de indústrias do setor petrolífero, tornaram o Timor-Leste um ambiente favorável para o intercâmbio desigual, exportador de alimentos de baixo valor e elasticidade, e retiraram o controle estatal de estímulo à indústria local por meio da política monetária. Mais que isso, impactou diretamente no cenário de segurança alimentar com um campo voltado para o mercado internacional.

Em outro aspecto, a política macroeconômica não foi capaz de tornar a economia timorense sustentável exigindo do país uma mudança em sua política de endividamento. O Timor-Leste passa então a compor o quadro de países endividados que transferem recursos aos bancos internacionais comprometendo sua autonomia na gestão dos recursos. Assim, com o mecanismo de transferência de valor via endividamento público, a dívida passa a ocupar uma parte maior no orçamento que setores como educação e saúde.

A política petrolífera foi talvez a de mais impacto para a economia timorense. Primeiro por direcionar e financiar com os recursos gerados pela exploração do petróleo, o desenvolvimento de empresas externas através de investimentos na bolsa, dentre elas empresas do próprio setor petrolífero que exploram o recurso no país, e todas sediadas nos países doadores do fundo fiduciário. Tal política viabilizou um mecanismo de transferência de valor sem a atuação direta das empresas no território, transferindo-o às custas dos rendimentos obtidos da extração do próprio recurso natural e devolvendo, nos casos das empresas petrolíferas atuantes no país e beneficiadas pelos investimentos, o valor aplicado no país para realizar a exploração.

Segundo por não incentivar a criação de uma indústria petrolífera capaz de extrair o recurso e refiná-lo. Tal aspecto abriu espaço não só para a dependência da exportação de produtos manufaturados derivados do petróleo, como também para o monopólio privado sobre o recurso natural, caracterizando outra forma de transferência de valor. Somados, os quatro mecanismos de transferência de valor, além de retirarem de forma contínua recursos que poderiam ser direcionados à reconstrução do Estado e fornecimento de políticas sociais, exigem que internamente a economia compense esta transferência gerando mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho.

Entretanto, a superexploração da força de trabalho timorense não se operou como uma reação de compensação natural da economia interna, ela também foi estruturada. As políticas trabalhistas das IFIs foram responsáveis também para viabilizar a superexploração da força de trabalho. Isso porque, por meio delas, adotou-se uma política de salários baixos e flexíveis

que comprometeram o fundo de vida dos trabalhadores, que não recebem o necessário para suprir suas necessidades básicas. Por outro lado, o estímulo à criação de posto de trabalho de mão de obra intensiva, desqualificada e sem aporte tecnológico, tornou-se um fator importante para a viabilização da violação do fundo de vida ao submeter a força de trabalho a rotinas laborais exaustivas e desgastantes. Como resultado da baixa remuneração, criou-se também um ambiente favorável à violação do fundo de vida pela necessidade de compensação dos baixos salários com uma carga horária acima do que é considerado pela ONU como saudável, tornando esses trabalhadores vulneráveis a doenças laborais.

As ferramentas analíticas da Teoria Marxista da Dependência permitem enxergar não somente um modelo de desenvolvimento que, quando aplicado, reproduz uma estrutura de subordinação internacional. Para além disso, a compreensão acerca de como são extraídos os recursos timorenses e como isso resulta em violações para a força de trabalho local, permitem enxergar a incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e a paz. Isso porque, o desenvolvimento capitalista carrega consigo a necessidade de relações desiguais entre os países, que por sua vez resultam em uma estrutura de violência tanto internacional, quanto local, incompatível com a paz positiva almejada pelo peacebuilding.

Cabe ressaltar que a análise crítica realizada aqui não tem como objetivo desqualificar os esforços internacionais para a solução de conflitos e de reconstrução de países destruídos por eles. Contudo, esta discussão permite esclarecer que o modelo de desenvolvimento pensado como caminho para a paz no peacebuilding produz resultados contraditórios. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista produz e necessita da relação de dependência entre centro e periferia, e o código genético desta relação é a violência.

Dessa forma, o estudo de caso, iluminado pela contribuição da Teoria Marxista da Dependência, mostrou que o cenário de pobreza, fome e desigualdade de acesso à recursos no Timor-Leste, não é resultado do subdesenvolvimento, falta de capacidade administrativa ou má gestão de recursos, mas sim, é o retrato da parte prejudicada pela lógica do desenvolvimento desigual. Nesse sentido, a operação de peacebuilding gerou desenvolvimento para o Timor-Leste, mas um desenvolvimento marcado pela relação de subordinação, pensado a partir do lucro e que não tem como finalidade a melhora real da condição de vida da população local. Torna-se possível dizer com isso, que a principal limitação/obstáculo encontrado para o estabelecimento de um cenário de paz positiva e combate às violências estruturais é o próprio desenvolvimento pensado a partir do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In*: ALONSO, A.; LIMA, M.; ALMEIDA, R. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc/São Paulo, Cebrap, p. 8-23, 2016.
- ALVES, José Ricardo da Costa Aguiar. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma. Brasília: FUNAG, 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 637-651, 2006.
- AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. **Revista Leituras de Economia Política**, São Paulo, UNICAMP, v. 13, p. 111-138, 2010.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Timor-Leste**. 2010. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/27726/tim.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- BAMBIRRA, Vania. Contexto histórico de la teoría de la dependencia. *In*: BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Popular Era, 1983. p. 15-34.
- BARRAGÁN, R., ALMAN, T., AILLÓN, V., SANJINÉS, J., LANGER, E., CÓRDOVA, J., & ROJAS, R. **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación**. 4. ed. Fundación PIEB, 2007.
- BLANCO, Ramon. Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, p. 266-318, 2014.
- BLANCO, Ramon. The UN peacebuilding process: an analysis of its shortcomings in Timor-Leste. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, p. 42-62, 2015.
- BLANCO, Ramon; GUERRA, Lucas. A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, 2018.
- BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 2, n. 3, p. 274-286, 2014.
- BOON, Kristen E. Open for Business?: International Financial Institutions, Post-Conflict Economic Reform, and the Rule of Law'. **NYU J Int'l L & Pol**, v. 39, p. 513, 2006
- BOYCE, James K. The international financial institutions: Postconflict reconstruction and peacebuilding capacities. **Center on International Cooperation, New York University, on behalf of the Royal Ministry of Foreign Affairs, Government of Denmark**, p. 8-9, 2004.
- BRASIL. **Ministério da Defesa. Manual de Operações de Paz**. Portaria nº 2.090/md, de 12 de julho de 2013. Brasília, 2013

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 38, 2010.

CANDIO, Patrick; BLEIKER, Roland. Peacebuilding in east timor. **The Pacific Review**, v. 14, n. 1, p. 63-84, 2001.

CARCANHOLO, R. A.. Apresentação. In: MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Expressão Popular, 2ª ed, p. 9-19, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CASHIN, P.; MANSOOR, A.; PANZER, J. . **Democratic Republic of Timor-Leste: Debt Sustainability Analysis; Country Report No. 17/360; December 2017**. International Monetary, 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/pdf/2017/dsacr17360.pdf> . Acesso em: 25 maio 2022

CAVALCANTE, Fernando. As Origens Conceituais da Construção da Paz das Nações Unidas-10.5102/uri. v8i2. 1328. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 8, n. 2, 2010.

COGGIOLA, O. **Teoria Econômica Marxista**. 2. ed.). Boitempo, 2021.

COHN, Carol; DUNCANSON, Claire. IFI Post-War Economic Recovery Prescriptions, and How Feminists Offer a Better Path to Real Recovery. 2018.

COUNTRY ECONOMY. Timor-Leste - Despesa pública em saúde 2017. 2017. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/despesa/saude/timor-leste>. Acesso em: 18 jun. 2022.

COUNTRY ECONOMY. Timor-Leste - Despesa pública com educação 2018. 2018. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/despesa/educacao/timor-leste>. Acesso em: 18 jun. 2022.

COUNTRY ECONOMY. Timor-Leste - Government debt 2019. 2019. Disponível em: <https://countryeconomy.com/national-debt/timor-leste>. Acesso em: 18 jun. 2022.

DAL PAZ, Alberto. 'Buying Peace' in Timor-Leste: Another UN-success Story?. **Peace Human Rights Governance**, v. 2, n. 2, 2018.

DAVID, Charles-Philippe. Does peacebuilding build peace? Liberal (mis) steps in the peace process. Montreal: **Security Dialogue**, v. 30, n. 1, p. 25-41, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade**. Dieese, 2010.

DOBBINS, J.; MILLER, L. E.; PEZARD, S.; CHIVVIS, C. S.; TAYLOR, J. E.. East Timor. In: DOBBINS, J.; MILLER, L. E.; PEZARD, S.; CHIVVIS, C. S.; TAYLOR, J. E..

Overcoming obstacles to peace: Local factors in nation-building. Rand Corporation, p 125-150, 2013.

DOS SANTOS, T. La Teoría del Desarrollo y Su Crisis. In: DOS SANTOS, T. **Imperialismo y Dependencia.** Fundación Biblioteca Ayacucho, p. 331-354, 2011.

DOS SANTOS, T.. **A estrutura da dependência.** nº 30. Soc. Bras. Economia Política, p. 5-18, 2011.

DOS SANTOS, T.. Da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema Mundial. In: DOS SANTOS, T. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas.** 1 ed. Insular Livros, p. 6-50, 2020.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars: The merging of development and security.** Bloomsbury Publishing, 2001.

FATTORELLI, M. L. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos.** 1. ed. Inove Editora, 2013.

FEARON, James D.; LAITIN, David D. **Ethnicity, insurgency, and civil war.** Califórnia: Department of Political Science, Stanford University, 2001.

FURTADO, Celso. Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de domínio das grandes empresas. *In:* FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Paz e Terra, 3. ed, p. 15-76, 1974.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Three realistic approaches to peace: Peacekeeping, peacemaking and peacebuilding. GALTUNG, Johan. **Impact of science on society**, v. 26, n. 1-2, p. 103-115, 1976.

GERRING, J.; COJOCARU, L.. Selecting Cases for Intensive Analysis: A Diversity of Goals and Methods. **Sociological Methods & Research**, v. 45, nº 3, p. 392-423, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas SA, 6. ed., 2008.

GLOBAL HUNGER INDEX. **Timor-Leste.** Global Hunger Index, 2021. Disponível em: <https://www.globalhungerindex.org/timor-leste.html> . Acesso em: 18 jun. 2022.

IEG - Independent Evaluation Group. **Evaluation of World Bank Support to Low-Income Countries Under Stress (LICUS). An Approach Paper** . Independent Evaluation Group, 2004.

IEG - Independent Evaluation Group. **Timor-Leste Country Program Evaluation, 2000-2010: Evaluation of the World Bank Group Program.** World Bank Open Knowledge, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22736> . Acesso em: 22 maio 2022.

IMF. **Democratic Republic of Timor-Leste: Poverty Reduction Strategy Paper—National Development Plan, Road Map for Implementation of National Development Plan, Overview of Sector Investment Programs—Strategies and Priorities for the Medium Term.** Washington D.C: International Monetary Fund, 2005.

IMF. **Donors Meeting on East Timor, December 17, 1999.** International Monetary Fund, 1999. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/29/18/04/dm121799> . Acesso em: 25 maio 2022.

IMF. **Democratic Republic of Timor-Leste: Selected Issues and Statistical Appendix.** International Monetary Fund, 2005. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2005/250/article-A003-en.xml> . Acesso em: 19 jun 2022.

IMF. **Democratic Republic of Timor-Leste: 2011 Article IV Consultation: Staff Report; Informational Annex; Debt Sustainability Analysis; and Public Information Notice.** International Monetary Fund, 2012. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2012/024/article-A004-en.xml> . Acesso em: 19 jun 2022.

IPIM - Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau. **Timor Leste.** 2021. Disponível em: <https://www.ipim.gov.mo/pt-pt/market-information/comunidade-de-paises-de-lingua-portuguesa/portuguese-speaking-countries-briefing/east-timor/> Acesso em: 27 de jun de 2022.

JACQUAND, M. **Center on International Cooperation.** 2020. Disponível em: <<https://cic.nyu.edu/publications/summary-un-ifi-institutional-arrangements-and-instruments-fcv-contexts>>. Acesso em: 23 mar 2022.

KALDOR, Mary. In defence of new wars. **Stability: International journal of security and development**, v. 2, n. 1, 2013.

KEMER, T. A comissão para a construção da paz das nações unidas: coordenando o local e o global?. **Conjuntura Global**, 4 ed., nº 2, p. 196-211, 2015.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alessandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 137-150, 2016.

KIEVELITZ, Uwe et al. Practical guide to multilateral needs assessments in post-conflict situations. **Social Development Papers: Conflict Prevention & Reconstruction.** CPR Working Paper, v. 15, 2004.

KUZNETS, Simon. Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados: uma tentativa de comparação. **Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado**, p. 163-180, 2010.

LA'O HAMUTUK. **Can the Petroleum Fund Exorcise the Resource Curse from Timor-Leste?** Lao Hamutuk, 2014. Disponível em: <https://www.laohamutuk.org/econ/exor/14ExorcisePaper.htm> . Acesso em: 18 jun 2022.

LA'O HAMUTUK. **18 Years Later: Should Timor Drop the U.S. Dollar?** Lao Hamutuk, 2018. Disponível em: <http://laohamutuk.blogspot.com/2018/03/18-years-later-should-timor-drop-us.html> . Acesso em: 18 jun 2022.

LA'O HAMUTUK. **Petroleum Fund index.** Lao Hamutuk, 2020. Disponível em: <https://www.laohamutuk.org/Oil/PetFund/05PFIndex.htm> . Acesso em: 18 jun 2022.

LEFRANCOIS, Fabien. World Bank, IMF: Helping peace or creating conditions for war?. **Bretton Woods Project**, 2004.

LLOYD, Grayson J. The diplomacy on East Timor: Indonesia, the United Nations and the international community. *In*: FOX, James J.; BABO-SOARES, Dionisio. **Out of the Ashes: Destruction and Reconstruction of East Timor**, v. 26, p. 74, 2003.

LOPES, Dawisson Belém; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. ONU e segurança coletiva no século XXI: tensões entre autoridade política e exercício efetivo da coerção. **Contexto Internacional**, v. 31, p. 9-48, 2009.

LOPES, Paula Duarte. Construção da paz e desenvolvimento em Timor-Leste: uma análise crítica 10.5102/uri.v11i2.2532. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 11, n. 2, 2013.

LOUREIRO, Rui Manuel. Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor. **Lusotopie**, v. 8, n. 1, p. 143-155, 2001.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 169-190, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUNDAHL, Mats; SJÖHOLM, Fredrik. Improving the lot of the farmer: development challenges in timor-leste during the second decade of independence. **Asian Economic Papers**, v. 12, n. 2, p. 71-96, 2013.

MARINI, R. M. Desenvolvimento e Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra.** Expressão Popular, 2011. p. 213-217.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra.** Expressão Popular, 2011. p. 131-173.

MARX, K. (2017). A lei da queda tendencial da taxa de lucro. *In*: MARX, K. **O Capital - Livro III, O processo global da produção capitalista.** Boitempo, p. 245-310, 2017.

MAY, T. **Estatísticas oficiais: tópico e recurso.** Artned, ed. 3, 2004.

MEIER, Gerald M. **O problema do desenvolvimento econômico limitado.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 87-106, 2010.

NSD; MFTL. **Timor-Leste Household Income and Expenditure Survey 2011**. Statistics Timor-Leste, 2011. Disponível em: https://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2013/12/HIES2011_Report_20-20Final.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

NICOLAU, G.; SCHEINER, C.; LA'O HAMUTUK. **Petróleo em Timor-Leste**. Lao Hamutuk, 2005. Disponível em: https://www.laohamutuk.org/Oil/curse/deuda_timor_esp.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

OIT. **Guia para estabelecer uma organização do tempo de trabalho equilibrada**. Organização Internacional do Trabalho, 2020.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

UN; OIT; MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL. **Desafios e Recomendações para a Extensão da Proteção Social a Todos em Timor-Leste: Relatório do Diálogo Nacional Baseado na Avaliação**. Nações Unidas; OIT; Ministério da Solidariedade Social de Timor-Leste, 2018.

OSORIO, Jaime. **Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente**. *Temporalis*, v. 17, n. 34, p. 25-51, 2017.

PARIS, Roland. **At war's end: building peace after civil conflict**. Cambridge University Press, 2004.

PARIS, Roland. Understanding the “coordination problem” in postwar statebuilding. In: SISK, Timothy D. **The dilemmas of statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations**. Routledge, p. 53-79, 2009.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. Saraiva Educação SA, ed. 1, 2003.

PBSO. **UN Peacebuilding: an Orientation**. United Nations, 2010.

PNUD. **Human Development Report 1994: New Dimensions of Human Security**. United Nations Development Programme, 1994. Disponível em: <http://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PREBISCH, R.. Nova etapa na propagação do progresso técnico. In: CEPAL, N. U. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Record, vol. 1, p. 139-179, 2000.

PUGH, Michael. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. **International journal of peace studies**, p. 23-42, 2005.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 05-19, 2005.

RAMSBOTHAM, Oliver; MIALL, Hugh; WOODHOUSE, Tom. Conflict resolution: origins, foundations and development of the field. *In*: RAMSBOTHAM, Oliver; MIALL, Hugh; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution**. Polity, p. 35-63, 2011.

RICHMOND, Oliver P. **The transformation of peace**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

RICHMOND, Oliver P.; FRANKS, J. **Liberal peace transitions: between statebuilding and peacebuilding**. Edinburgh University Press, 2009.

ROSTOW, W. W. A decolagem para o crescimento autossustentado (1956). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, ed.2, p. 181-215, 2010.

SEABRA, Raphael Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 261-283, 2019.

SEFOPE. **Timor-Leste key labour market indicators December 2008**. Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego - Timor Leste, 2008. Disponível em: http://www.oit.org/jakarta/whatwedo/publications/WCMS_117135/lang--en/index.htm . Acesso em: 25 maio 2022.

SEFOPE; DNE. (2010). **Timor-Leste Labour Force Survey 2010**. Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego - Timor Leste e Directorio Nacional de Estatísticas, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/jakarta/whatwedo/publications/WCMS_152168/lang--en/index.htm . Acesso em: 19 jun. 2022.

SOUSA, Domingos Francisco de Jesus de. **A ocupação Indonésia e a Resistência Timorense (1975-2002)**. Lisboa: University Institute of Lisbon, 2019.

S/RES/1246. **Resolution 1246 (1999) / adopted by the Security Council at its 4013th meeting, on 11 June 1999**. New York: United Nations Security Council Resolutions, 1999. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1494150> . Acesso em: 22 maio 2022.

S/RES/1272. **The situation in East Timor**. United Nations Security Council Resolutions, 1999. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/1272> . Acesso em: 22 maio 2022.

S/RES/1704. **The situation in Timor Leste**. United Nations Security Council Resolutions, 2006. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/1704> . Acesso em: 22 maio 2022.

TAYLOR, Ian. Liberal peace, liberal imperialism: a gramscian critique. *In*: **Palgrave Advances in Peacebuilding**. Palgrave Macmillan, London, 2010. p. 154-174.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra**. Expressão Popular, 2011

TRASPADINI, Roberta Sperandio et al. **A Perspectiva (Inter) dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto NS. Pesquisa qualitativa. *In*: TRIVIÑOS, Augusto NS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, p. 116-173, 1987.

TSCHIRGI, Necla. **Peacebuilding as the link between security and development: Is the window of opportunity closing?**. New York: International Peace Academy, Studies in Security and Development, 2003.

UN. **Carta de las Naciones Unidas**. United Nations, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us/un-charter/> . Acesso em: 29 jun. 2021.

UN. UNMISSET: **United Nations Mission of Support in East Timor - Mandate**. United Nations Peacekeeping, 2005. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmisset/mandate.html> . Acesso em: 18 jun. 2022.

UN; WORLD BANK. **Working with the World Bank in Fragile and Conflict-Affected Situations - A Resource Note for United Nations Staff**. United Nations and World Bank, 2015.

UN., S.-G. **An agenda for peace : preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping : report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992**. United Nations Digital Library, 1992. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/144858/files/A_47_277--S_24111-ES.pdf . Acesso em: 28 jun. 2021.

UN, S.-G. **Un programa de desarrollo**. UN Digital Library, 1994. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/188719> . Acesso em: 23 mar. 2022.

UNGA. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations (A/55/305 - S/2000/809)**. UN General Assembly, 2000.

UNGA. **2005 World Summit Outcome [A/RES/60/1]**. UN General Assembly, 2005.

UNMIT. **The United Nations and East Timor - A Chronology** . United Nations Peacekeeping, 2000. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/Untaetchrono.html> . Acesso em: 18 jun. 2022.

UNMIT. **UNMIT Background - United Nations Integrated Mission in Timor-Leste**. United Nations Peacekeeping, [200-]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmit/background.shtml> . Acesso em: 18 jun. 2022.

UNMIT. **UNMIT Mandate - United Nations Integrated Mission in Timor-Leste**. United Nations Peacekeeping, [200-]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmit/mandate.shtml> . Acesso em: 18 jun. 2022.

UNTAET. **East Timor - UNTAET Mandate**. UNTAET, 1999. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/UntaetM.htm> . Acesso em: 18 jun. 2022.

UNTAET/REG/1999/1. **Sobre os poderes da administração transitória em Timor Leste.**

UNTAET, 1999. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/reg1p.html> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/1999/2. **Sobre a criação de um conselho consultivo nacional.** UNTAET, 1999. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/etreg2p.htm> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/1999/3. **Sobre a criação de uma comissão transitória de serviço judicial.**

UNTAET, 1999. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/reg3p.html> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/1999/4. **Sobre a criação do boletim oficial de timor-leste.** UNTAET, 1999.

Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/reg4p.html> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/2000/1. **Sobre a criação da autoridade fiscal central de Timor-Leste.**

UNTAET, 2000. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/Reg001P.pdf> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/2000/7. **Sobre o estabelecimento da moeda de circulação legal em Timor Leste.** UNTAET, 2000. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/Reg007P.pdf> . Acesso em: 22 maio 2022.

UNTAET/REG/2000/18. **Sobre o sistema tributário de Timor-Leste.** UNTAET, 2000.

Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/etimor/untaetR/Reg1800P.pdf> . Acesso em: 22 maio 2022.

VALDIVIESO, L., MENDONCA, L. V., & LOPEZ MEJIA, A. **East Timor: establishing the foundations of sound macroeconomic management.** International Monetary Fund, 2000.

WALLENSTEEN, Peter. The origins of contemporary peace research. In: M. Öberg & K. Höglund. **Understanding Peace Research: Methods and Challenges.** Routledge, p. 79-103, 2021.

WALLENSTEEN, P., GLEDITSCH, N., ERIKSSON, M., SOLLENBERG, M., & STRAND, H. Armed conflict 1946-2001: A new dataset. **Journal of peace research**, v. 39, n. 5, p. 615-637, 2002.

WB. **East Timor - Transitional Support Strategy.** World Bank Group, 2000. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/357211468766500346/East-Timor-Transitional-Support-Strategy> . Acesso em: 18 jun. 2022.

WB. **Timor Leste - Country assistance strategy: Timor Leste - Estrategia Assistencia ao País - criar as condições para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (Português)**. World Bank Documents, 20005. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/823511468172743030/timor-leste-estrategia-assistencia-ao-pais-criar-as-condicoes-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-a-reducao-da-pobreza> . Acesso em: 22 maio 2022.

WIGGLESWORTH, Ann. The growth of civil society in Timor-Leste: three moments of activism. **Journal of Contemporary Asia**, p. 1-24, 2012.

WOODWARD, Susan L. The IFIs and post-conflict political economy. **Political economy of statebuilding. Power after peace**, p. 140-157, 2013.

WB. **East Asia and Pacific Region - The World Bank : Background paper prepared for the information meeting on East Timor (English)**. Washington, D.C.: World Bank, 1999. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/310611493730461810/Background-paper-prepared-for-the-information-meeting-on-East-Timor> . Acesso em: 22 maio 2022.

Xavier, A. I. As Ameaças à Paz e à Segurança Internacionais (Prevenção e Resolução de Conflitos). In: Xavier, A. I. at al. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Humana Global, p. 87-99, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

ZIMERMAN, Artur. A guerra civil e seus determinantes quantitativos. **Carta Internacional**, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2009.